

Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre
condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no
trabalho**

Andréa Aparecida da Luz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção do
título de Mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Ambiental

Orientadora: Professora Dra. Frida Marina
Fischer

São Paulo

2010

Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no trabalho

Andréa Aparecida da Luz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Ambiental

Orientadora: Professora Dra. Frida Marina Fischer

São Paulo

2010

A André Zelanis, por você também existir na minha vida.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela vida e por iluminar o meu caminho nessa longa jornada pessoal e profissional.

A meus pais Eloir Ferreira da Luz e Maria de Fátima Coutinho da Luz, pela dedicação, ensinamentos, amizade, apoio, incentivo e amor incondicional. Amo muito vocês!

A meu noivo, André Zelanis Palitot Pereira, amigo, companheiro, único. É difícil conseguir expressar com palavras... Agradeço pelo seu amor, carinho, dedicação, conselhos, incentivos e por estar ao meu lado em todos os momentos. Meu maior fã!

Aos meus amados irmãos, Anderson Eduardo da Luz, Amanda Cristina da Luz, Gustavo Aparecido Coutinho e Erik Fernando da Luz, pelo amor, amizade, cumplicidade, apoio e torcida.

Aos meus amados avós Tereza de Jesus Coutinho e Edézio Coutinho, pelo carinho, dedicação, palavras de conforto e incentivo.

Aos meus tios, tias, primos, primas, minhas afilhadas lindas Fernanda Cristina Werlich e Emanuelle Vírgina Werlich. Amo todos vocês!

A minha orientadora Dra. Frida Marina Fischer, uma pessoa singular em todos os aspectos. Agradeço pelo acolhimento, oportunidade, incentivo, por tudo que aprendi, e pela possibilidade de realizar esse trabalho.

A Dra. Liliane Reis Teixeira, pelo grande incentivo para meu ingresso na Pós-Graduação e pela amizade. Obrigada!

A Samantha Lemos Turte Cavadinha e Maria Eduarda Corrêa Cavadinha Turte, afilhadas incentivadoras. Agradeço pela grande amizade, cumplicidade, carinho, apoio e torcida. Obrigada!

Aos amigos de trabalho, Letícia, Jun, Yuri, Amanda, Aline, Luna, Roberta, Elaine, Lúcia, Érica e Fabrício, pelos grandes e inesquecíveis momentos juntos, pelas risadas, amizade, apoio e carinho. Agradeço pelos ótimos momentos!

A Suzete Zelanis e José Arioswaldo, pela amizade, apoio, carinho e grande incentivo.

Aos amigos do coração, André Liewton, Alexandre e Luciana Tashima, pelo apoio e amizade.

A Ms. Miryam Mazieiro, que me socorreu por várias vezes e me ensinou a valorizar as falas do outro. Agradeço pelo carinho, orientações, atenção, apoio e palavras amigas.

A Professora Dra. Maria Luiza Schmidt, a qual me ensinou que em um projeto de pesquisa você não pode “Para” em nenhum momento do texto. Agradeço pelo apoio, pelas palavras de conforto e incentivo, por toda sua ajuda na elaboração deste trabalho.

A Professora Dra. Leny Sato e Professor Dr. Fernando Lefevrè, pelos apontamentos e grandes contribuições na qualificação deste estudo.

A Sra. Angela Simões e Sr. Harald Bernhard, por abrir as portas de sua instituição para a realização deste trabalho. Agradeço pela confiança, apoio, oportunidade e carinho.

A Claudenir Queiroz, por ser quem você é, uma pessoa especial, um grande amigo, com qual posso contar em todos os momentos da minha vida pessoal e profissional. Te admiro muito!

A Marildo Lopes, grande idealizador desse trabalho e responsável por me apresentar a ONG. Agradeço por tudo meu amigo. Muito Obrigada!

A toda a equipe da ONG, pelos maravilhosos momentos de convivência e troca: Greici, William, Renata, Márcia, Maria Alice, Cecília, Jailson, Marcos, Admilson, Sandra, Hermínia, Marlene, Anaclei, Regina, Dimas, Francisca, Vera, José, Tatiana, Dona Eva, Dona Antonieta, Dona Vilma, Sr. Loris, Tuca, Walter, Ronalda, Sônia e Cleber. Sem a ajuda e o apoio de vocês eu não teria conseguido!

A todos os jovens Aprendizes e Estagiários da ONG. Agradeço pela confiança, participação e carinho. Sem vocês este trabalho não seria possível. Admiro muito vocês!

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos recursos financeiros concedidos e essenciais para a realização deste trabalho.

*“O homem que venceu na vida é aquele que viveu bem.
Que riu muitas vezes e amou muito.
Que conquistou o respeito dos homens inteligentes e
amou as crianças.
Que preencheu um lugar e cumpriu uma missão.
Que deixou o mundo um pouco melhor do que o conheceu,
seja com uma flor, em poema perfeito
ou a salvação de uma alma,
que procurou o melhor nos outros e deu o melhor de si”.*

Robert Louis Stevenson

Luz AA. Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no trabalho [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2010.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo descrever e analisar relatos de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após ingresso no primeiro emprego. Foram utilizados diferentes instrumentos para a coleta de dados. Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas individuais e coletivas com roteiro semi-estruturado. As análises desses dados foram realizadas a partir da metodologia de análise de conteúdo. Foi aplicado um questionário para a obtenção dos dados sócio-demográficos, condições de saúde, sono, hábitos e estilos de vida. Esses dados foram tabulados em planilhas ExcelTM. Participaram deste estudo quarenta jovens, aprendizes e estagiários, entre 14 e 20 anos, que trabalhavam há pelo menos seis meses, em diferentes setores e ramos de empresas, com jornada entre seis e oito horas diárias de trabalho. Todos os participantes estudavam no período noturno, curso técnico, ensino médio, ou faculdade e que, concomitantemente ao estudo e trabalho, frequentavam os programas de aprendizagem e estágio em uma Organização Não Governamental situada na zona Sul de São Paulo, capital. Os resultados desse estudo apontam o ingresso de adolescentes no trabalho cada vez mais cedo em busca de melhores condições financeiras para si e para família. Os jovens relataram passar por muitos desafios para conciliar as atividades pessoais, profissionais e acadêmicas. A extensa jornada diária de trabalho somada ao período de estudo noturno comprometeu, na maioria dos casos, o desempenho acadêmico e a saúde dos participantes. Os principais fatores prejudiciais à saúde relatados pelos jovens foram: falta de tempo para dormir, para se alimentar adequadamente, para praticar atividade física e a redução do tempo de lazer e convívio social com amigos e família. Os aprendizes e estagiários também mencionaram a falta de treinamento e o

desconhecimento da legislação pertinente ao seu trabalho como fatores que contribuíram para as dificuldades apresentadas nos relatos sobre a realização de suas atividades laborais, na identificação de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho.

Descritores: aprendizes, estagiários, saúde de jovens trabalhadores, primeiro emprego

Luz AA. Perceptions of young workers trainees and apprentices about their working conditions, school, health status after they joining the labor force. [dissertation]. São Paulo (BR): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2010.

ABSTRACT

This study aimed to describe and analyze reports of young apprentices and trainees on employment conditions, health and school after entering the first job. Different instruments were employed for data collection. Qualitative data were collected through individual and collective interviews with a semi-structured interview. The data analyzes were performed using the ‘content analysis’ methodology. A questionnaire was applied to obtain the socio-demographic data, health status, sleep habits and lifestyles. Data were tabulated in ExcelTM spreadsheets. The study included forty young people, apprentices and trainees, ranging from 14 to 20 years old, who worked for at least six months in different sectors and branches of companies, with journey between six and eight hours of work. All participants studied in the evening, technical course, high school or college and, simultaneously to study and work, attending learning programs and educational work in an NGO located in the south of Sao Paulo, Brazil. The results of this study showed that getting better financial conditions for themselves and their families were the major reasons for start working earlier. One of the major challenges faced by the participants was dealing with work concomitantly to personal and academic activities. Long daily working hours in addition to the period of study undertaken at night had, in most cases, a reflex, upon academic performance and health of the participants. The main factors detrimental to health reported were: lack of time for sleeping, eating properly, for physical activity and for recreation and socializing with friends and family. Apprentices and trainees also have mentioned the lack of training, and/or not knowing the legislation regarding to their work as the main factors related to the difficulties for doing their task properly, identification of illnesses and work-related accidents.

Keywords: apprentices, trainees, health of young workers, first job

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 APRESENTAÇÃO	16
1.2 DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA	18
1.3 O TRABALHO DE JOVENS NO CONTEXTO BRASILEIRO	22
1.4 O TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS JOVENS	30
2. OBJETIVOS	41
2.1 OBJETIVO GERAL	41
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	41
3. METODOLOGIA	43
3.1 ETAPAS DO ESTUDO	44
3.2 LOCAL DO ESTUDO	45
3.3 O TRABALHO DE CAMPO	46
3.4 CHECAGEM DOS INSTRUMENTOS – PRÉ TESTE	59
3.5 QUESTÕES ÉTICAS	60
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
4.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	62
4.2 INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	72
4.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E ESCOLA	75
4.4 ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS COM O TRABALHO	95
4.5 A SAÚDE	102
4.6 A ESCOLA	114
4.7 LEGISLAÇÃO	120
4.8 VIDA ATUAL E PROFISSIONAL	121
5. CONCLUSÕES	124
6. REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	
Anexo 1 - Quadro1 Legislação	138
Anexo 2 - Roteiro de entrevista	140
Anexo 3 - Questionário	142
Anexo 4 - Termo de consentimento	149
Anexo 5 - Lista de ocupações	153

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição dos jovens Aprendizes e Estagiários e região de moradia. São Paulo, 2009	67
Figura 2: Distribuição dos Pais, segundo atividade laboral. São Paulo, 2009	69
Figura 3: Distribuição da Mães, segundo atividade laboral. São Paulo, 2009	69
Figura 4: Contribuição financeira do jovem na composição da renda familiar. São Paulo, 2009	71
Figura 5: Distribuição dos jovens Aprendizes e Estagiários e setores de trabalho. São Paulo, 2009	80
Figura 6: Distribuição dos jovens Aprendizes e Estagiários e área de atuação. São Paulo, 2009	81
Figura 7: Dificuldades para pegar no sono. São Paulo, 2009.	107
Figura 8: Acordar no meio da noite e sentir dificuldade para voltar a dormir. São Paulo, 2009	107
Figura 9: Acordar muito cedo e não conseguir voltar a dormir. São Paulo, 2009	108
Figura 10: Acordar muitas vezes, mas, frequentemente voltar a dormir. São Paulo, 2009	108
Figura 11: Ter ataques de sono durante o dia (períodos repentinos de sono que não pode resistir. São Paulo, 2009	108
Figura 12: Precisar de muito mais tempo do que as outras pessoas da casa, para acordar pela manhã. São Paulo, 2009	109
Figura 13: Dormir demais ou durante muito tempo à noite. São Paulo, 2009	109
Figura 14: Dormir demais ou durante muito tempo ao dia. São Paulo, 2009	109
Figura 15: Sentir-se cansado ou muito sonolento durante o dia . São Paulo, 2009	110
Figura 16: Dormir o suficiente. São Paulo, 2009	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos, segundo situação de trabalho e estudo Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2006 (em %)	38
Tabela 2: Distribuição da população por sexo, segundo faixa etária. Bairro Zona Sul, São Paulo, 2000	64
Tabela 3: Distribuição número de empregados, segundo faixa etária. Bairro Zona Sul, São Paulo, 2006	65
Tabela 4: Distribuição dos jovens Aprendizes e Estagiários, segundo sexo, idade e escolaridade, São Paulo, 2009	66
Tabela 5: Distribuição dos jovens Aprendizes e Estagiários, segundo tempo de trabalho. São Paulo, 2009	68
Tabela 6: Distribuição dos Aprendizes e Estagiários, segundo renda familiar, São Paulo, 2009	70
Tabela 7: Distribuição dos Aprendizes e Estagiários, segundo renda individual, São Paulo, 2009	70
Tabela 8: Distribuição dos jovens Aprendizes e Estagiários, segundo jornada de trabalho diária. São Paulo, 2009	89
Tabela 9: Distribuição dos Aprendizes e Estagiários antes e depois do ingresso no trabalho, segundo hábitos e estilo de vida. São Paulo, 2009	103
Tabela 10: Distribuição dos Aprendizes e Estagiários, segundo horário de dormir e acordar no período anterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009	105
Tabela 11: Distribuição dos Aprendizes e Estagiários, segundo horário de dormir e acordar no período posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico das principais Leis referentes ao trabalho infanto-juvenil no Brasil	138
Quadro 2: Atividades desenvolvidas na empresa pelos Aprendizes e Estagiários. São Paulo, 2009	82
Quadro 3: Satisfação e insatisfação no trabalho de Aprendizes e Estagiários. São Paulo, 2009	83
Quadro 4: Relatos dos Aprendizes sobre treinamento e acidentes. São Paulo, 2009	97
Quadro 5: Relatos dos Estagiários sobre treinamento e acidentes. São Paulo, 2009	98
Quadro 6: Médias da escala analógica visual de sonolência referida (VAS 0-10 cm)	111
Quadro 7: A saúde dos Aprendizes e Estagiários, nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009	113
Quadro 8: Desempenho escolar dos jovens Estagiários, nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009	118
Quadro 9: Desempenho escolar dos jovens Aprendizes, nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009	119

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Entre os anos de 2006 e 2008, realizei um trabalho como educadora em uma Organização Não Governamental – ONG que prepara jovens para o mercado de trabalho, situada na região Sul da cidade de São Paulo, capital. Nesse período, pude acompanhar o processo de preparo, encaminhamento e acompanhamento dos jovens, antes e após seu ingresso no trabalho. Esse trabalho me proporcionou momentos promissores com os jovens mediante seus relatos de história de vida, bem como, os acontecimentos no trabalho, na escola e nas questões de saúde após seu ingresso no primeiro emprego.

Vale destacar que durante esse período de contato com os jovens em sala de aula, foi possível acompanhar suas mudanças pessoais e profissionais, desde o processo de preparo para o trabalho até o período de permanência deles na empresa e no curso como Estagiários ou Aprendizizes. Essa experiência, somada a minha formação em Psicologia, me remeteu a uma reflexão sobre as contribuições de minha atuação profissional perante as manifestações desses jovens trazidas no curso.

Frente a essas experiências, a temática relativa à atividade laboral de jovens tornou-se fonte de preocupação, tais inquietações me levaram a formular hipóteses que direcionaram para a elaboração de um projeto de pesquisa.

Durante as buscas bibliográficas para fundamentar o projeto em questão, me deparei com artigos sobre o tema, os quais me levaram, a saber, que na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, havia um grupo de pesquisadores sob coordenação da Professora Doutora Frida Marina Fischer, que se dedicavam aos estudos sobre jovens trabalhadores.

Desse modo, o primeiro passo para concretizar o desenvolvimento desse estudo foi o ingresso na carreira acadêmica. Na decisão de trilhar pelos caminhos da Pós Graduação imediatamente surgiu a necessidade de juntar as questões de cunho científico com as demandas do trabalho com jovens trabalhadores da ONG.

O trabalho realizado com os jovens me levou a buscar o movimento da pesquisa, produção de trabalhos científicos e publicações, para colaborar no campo da saúde do jovem trabalhador, mediante os relatos destes sobre suas dificuldades após o ingresso no primeiro emprego. Essas reflexões foram estendidas para outros contextos que também apresentam a preparação de adolescentes para o mercado de trabalho.

Ao final do processo de pesquisa, vale ressaltar que a correlação entre a prática vivida em sala de aula com os jovens na ONG e o eixo científico, foi importante na medida em que pude me desenvolver como profissional da Psicologia, sobretudo, compreendendo que há muitos espaços para nossa área de atuação, principalmente no que tange às Políticas Públicas. Assim sendo, saliento que atuar na Psicologia na contemporaneidade requer do profissional um olhar atento às demandas sociais, sendo nosso papel o de transformador dessa realidade.

Parto da premissa de que o trabalho é parte fundamental nas relações sociais do ser humano. Desse modo, este estudo procura elucidar alguns pontos sócio-históricos da

infância e adolescência até o contexto atual de inserção de jovens como Aprendizes ou Estagiários no mercado de trabalho e como esse ingresso na atividade laboral repercute na vida desses jovens.

1.2 DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA

“Se a adolescência não fosse tão importante na vida das pessoas, entre a palavra criança e a palavra adulto nem precisaria existir a palavra adolescente...”
Lô Galasso

As concepções do período da infância e adolescência são marcadas por diferentes caminhos teóricos e se alteram de acordo com a época. Nesse sentido, a infância que conhecemos hoje é diferente da infância em períodos anteriores e provavelmente será diferente também nos próximos séculos. Isso ocorre porque essas etapas da vida são categorias construídas em um processo histórico e condições socioculturais determinadas (FROTA, 2007).

A distinção entre os períodos da infância, adolescência e vida adulta consolidou-se segundo ARIÈS (1978) a partir do século XVI. Segundo esse autor, nessa época a criança misturava-se aos adultos assim que dispensava a ajuda das amas e de suas mães, participando dos jogos, dos trabalhos no campo, frequentando locais insalubres e batalhas. Nesse período, por muito tempo, a família assegurava às crianças a transmissão da vida, do nome e dos bens, mas não assegurava aos pequenos a afetividade, tão necessária ao desenvolvimento do ser humano.

Os estudos de Ariès mostram um novo olhar sobre a infância na sociedade moderna, nos séculos XVI e XVII a criança ganha novos trajes, que começa distingui-las dos adultos. Nesse período a criança recebe um novo *status*, chamado por Ariès de “paparicação”¹, que no século XVIII torna-se preocupação dos moralistas² da época, pois as atitudes permissivas dos adultos frente aos desejos e vontades das crianças contribuíam para a mudança do *status* de “paparicação” para um *status* de “mal educada”. Essa preocupação passa para a família, que deixa de ser apenas uma instituição e assume uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas das crianças, preocupando-se com a educação, a disciplina, a higiene e sua saúde física, preparando-as para a vida (ARIÈS, 1978).

Essa perspectiva sobre um novo olhar e o reconhecimento da infância como uma distinta etapa da vida, também foi apresentada por FROTA (2007). De acordo com essa autora, as mudanças ocorridas no século XVII, na forma de ver e pensar a infância, também contribuiu para que a crianças pudessem ser assistidas por diversos especialistas de diferentes ciências como a psicologia, antropologia, medicina, fonoaudióloga, pedagogia, dentre outras.

Outro aspecto apresentado por AIRÈS (1978) que contribuiu para a divisão do período da infância, adolescência e início da maturidade, foi a preocupação com a disciplina da criança. Segundo esse autor, no final de século XIX iniciou-se um delineamento entre as etapas da infância, considerando a primeira infância até os 10

¹ A criança é vista como ingênua, gentil, graciosa e como fonte de distração para os mais velhos (ARIÈS, 1978).

² Reformadores religiosos e políticos, ligados à igreja, às leis ou ao Estado (ARIÈS, 1978).

anos, idade em que a criança poderia ingressar na escola; a segunda infância-adolescência de 15 a 20 anos e os rapazes até 25 anos, os dois últimos grupos eram mantidos nas mesmas classes escolares, mais tarde, surgiram outras divisões do ensino em: superior, com o surgimento de universidades e grandes escolas.

Conforme ressaltado por ARIÈS (1978) a divisão das classes escolares contribuiu para uma classificação das faixas etárias por turmas, o que posteriormente também favoreceu a distinção entre o período da infância e o período da adolescência. Para esse autor a adolescência surgiu em meados do século XX.

Além da perspectiva histórica do período da adolescência, outros estudos abordam a adolescência como um processo de desenvolvimento do ser humano, marcado por mudanças biológicas, como a puberdade que é caracterizada principalmente pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudança de composição corporal e hormonal (SAITO, 2001; ARPINI & QUINTANA, 2003; FREITAS, 2005).

Dentre os estudos que abordam a adolescência como um processo do desenvolvimento do homem, MARTINS et al. (2002) destaca que as transformações que ocorrem na adolescência, variam de indivíduo para indivíduo, de acordo com suas características genéticas e também pelas interferências do próprio meio onde vivem.

Gomes e Meirelles descrevem “a adolescência como uma etapa do desenvolvimento humano que se inicia na infância e que ritualiza a entrada na vida adulta”. Segundo esses autores, esse processo caracteriza-se por profundas transformações físicas, emocionais e cognitivas que devem receber cuidados e atenção, no intuito de se alcançar uma vida adulta saudável (GOMES e MEIRELLES, 1997 p. 137).

Para alguns pesquisadores esse é um período em que o jovem deixa de ser espectador e assume uma postura mais ativa e questionadora, período importante para o desenvolvimento pessoal do adolescente, procurando conquistar seu espaço e sua identidade (BECKER, 1987; WATARAI e ROMANELLI 2005).

Outras características sobre a adolescência são abordadas por Erikson que considera a tarefa principal do adolescente diferenciar-se de seus pais, questionando e discutindo suas orientações e imposições, tentando construir sua própria individualidade. Em seu livro sobre infância e sociedade, esse autor apresenta a elaboração de oito etapas de desenvolvimento psicossocial, dentre elas, a quinta etapa corresponde a crise normativa, definida entre identidade e difusão de papéis. Segundo esse autor, é necessário o adolescente fazer uma integração de seu passado e futuro, através de um processo de recapitulação e antecipação para a construção de sua identidade e afirma que “... alguns adolescentes tiveram de enfrentar de novo as crises de anos anteriores antes de poderem instalar ídolos e ideais duradouros como guardiões de uma identidade final...”. (ERIKSON, 1987, p. 129).

Nesse processo de mudanças a caminho da vida adulta WATARAI e ROMANELLI (2005), ressaltam que os adolescentes buscam referências fora do núcleo familiar, identificam-se com os grupos da escola, do bairro, dos espaços em comum com seus pares e, nesses espaços, entre os iguais eles expressam emoções, sentimentos, dúvidas e ansiedades, construindo uma forma de conduta para sua idade e sua condição social.

Segundo SALLES (2005) as mudanças ao longo da história constituem a maneira como a subjetividade da criança e do adolescente é construída. Cada indivíduo apropria-

se da realidade que está inserido para construir sua própria subjetividade, valendo-se dos conhecimentos e valores transmitidos pela comunicação, educação, para criar uma forma própria de sentir, de trabalhar e de se relacionar, de acordo com o contexto em que está inserido. Essa autora ainda destaca que a formação do indivíduo e sua subjetividade, são partes integrantes das circunstâncias históricas, culturais e sociais.

Existem diferentes estudos sobre a adolescência, com perspectivas que se alteram de acordo com o momento histórico e em cada momento da história o contexto em que o adolescente está inserido. De acordo com SAITO (2001), o processo de desenvolvimento do jovem depende das relações sociais e culturais que está inserido, como parte fundamental da construção de sua identidade, como ferramenta para tornar-se protagonista e agente de transformação do seu próprio projeto de vida.

Além da perspectiva histórica do surgimento da adolescência, as questões do processo de desenvolvimento como ser humano, como, fatores biológicos, psíquicos e sociais, bem como, questões políticas e econômicas também são relevantes para a compreensão do adolescente no contexto atual na sociedade, sobretudo, para esse estudo no contexto brasileiro. Diante desse quadro de diferentes perspectivas e acontecimentos na vida do adolescente, há ainda as questões do trabalho.

1.3 O TRABALHO DE JOVENS NO CONTEXTO BRASILEIRO

“A gente então junta tudo isso e constrói um projeto de vida, no qual ainda vai ficar faltando encaixar uma profissão que tenha a ver com a gente. Mas essa escolha costuma acontecer só mais tarde, quando a gente já se conhece bem e já não está mais cabendo direito na palavra adolescente...”
Lô Galasso

O processo histórico do reconhecimento da infância e adolescência como etapas distintas da vida no Brasil também é debatido por DOURADO (2009), a qual salienta em seus estudos que antes mesmo da colonização, já havia diferentes práticas culturais relativas ao período anterior à puberdade entre os povos indígenas. Existia uma pluralidade de línguas, costumes, organizações sociais e diferentes práticas de inserção da criança no mundo dos adultos e no trabalho, como, caçar, pescar, roçar, cozinhar, entre outras tarefas desenvolvidas dentro das aldeias. Esse quadro altera-se à medida que as crianças indígenas se tornam escravas no período da colonização do Brasil.

Essa autora aponta que, durante a colonização do Brasil, o país também recebia crianças e adolescentes considerados como pobres que vinham de embarcações portuguesas e africanas e ao chegar ao Brasil, muitas delas se inseriam nas comunidades indígenas, enquanto outras eram comercializadas como mão-de-obra barata nas práticas mercantis existentes na época.

A falta de mão-de-obra dos adultos nessa época contribuía para que os colonizadores explorassem as crianças indígenas, bem como, as que chegavam da África e Portugal, no sentido de alimentar os negócios comercializando-as como escravos. Mais tarde, com o surgimento dos centros urbanos, surgiram diversas formas de utilização do trabalho infantil. Além do trabalho agrícola, elas também foram inseridas em trabalhos domésticos e de produção nas fábricas DOURADO (2009).

Neste contexto histórico, vale ressaltar que após a colonização com a premissa de que as crianças escravas e pobres tinham que trabalhar para sobreviver, (diferente das crianças de famílias abastadas), tiveram sua história marcada pela desigualdade, preconceito, exploração, abandono e exclusão, (FROTA, 2007; PRIORE, 2000).

Em relação à exploração do trabalho infantil, sobretudo, das classes mais pobres, HEYWOOD (2004) destaca que após a segunda guerra mundial, no Brasil as fábricas intensificaram a utilização da mão-de-obra infantil, o que levou o governo da época à elaboração de leis para regulamentar o trabalho infanto-juvenil.

A questão da legislação e do trabalho infantil no Brasil é tema de diversos estudos. De acordo com DOURADO (2009) a intensificação e utilização do trabalho infantil no período após a revolução industrial levou a implementação de leis específicas para regulamentar e fiscalizar o trabalho infanto-juvenil, o que contribuiu para uma nova concepção de trabalho de jovens, que se institui a partir do século XXI. Assim, surge nesse período um olhar mais atento para as questões do trabalho de jovens, com leis que priorizam o desenvolvimento e a educação da criança e do adolescente e um maior acompanhamento destes, pela família e pelo Governo.

Esses apontamentos também foram apresentados em um estudo por FROTA (2007), ao destacar que no Brasil o cuidado com a infância e adolescência teve início no século XIX, intensificando-se nos séculos seguintes. Esse período marca uma preocupação com o desenvolvimento biológico e psicológico da criança e do adolescente, que passa a receber mais atenção em sua educação formal, a maneira de aprender e a disciplina.

Atualmente a definição do período da adolescência, bem como, o ingresso de jovens e adolescentes no trabalho é discutida amplamente em várias áreas do conhecimento. Assim, surgem muitas definições oriundas desses diferentes olhares.

- No âmbito internacional:

- Organização Mundial de Saúde (OMS) considera adolescente todo jovem na faixa etária compreendida entre 10 e 19 anos (WHO, 2003; OPAS, 1990).
- O projeto “Promoção do Emprego de Jovens na América Latina” (PREJAL), desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em oito países da América Latina, em seu relatório intitulado “Trabalho Decente e Juventude no Brasil” utiliza a definição de jovens, a faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos de idade (OIT, 2009).

- No âmbito nacional:
 - A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRASIL, 1943) prevê o ingresso do adolescente no trabalho a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz.
 - Para efeitos da prática de atividade laboral do adolescente algumas leis também destacam a idade correspondente para ingressar em cursos profissionalizantes e no trabalho, dentre elas, a Constituição da República Federativa do Brasil que determina 16 anos como a idade mínima para ingresso no trabalho e somente a partir dos 14 anos de idade é permitido o trabalho, mas, na condição de Aprendiz (BRASIL, 1988).
 - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).
 - A Lei nº 10.097 (BRASIL, 2000) permite o ingresso no mercado de trabalho de adolescentes entre quatorze e dezoito anos. O decreto nº 5.598 (BRASIL, 2005)

que regulamenta a lei 10.097 estende a faixa etária para ingressar como aprendiz o jovem de 14 até 24 anos de idade.

Os delineamentos da legislação que estabelecem a faixa etária permitida para ingressar no mercado de trabalho são apontados por GOMES (1998) como uma construção particular de cada país, de acordo com suas práticas socioculturais, políticas e econômicas.

Diante desse panorama da legislação, um breve histórico das principais leis brasileiras referentes ao trabalho infanto-juvenil está apresentado no Quadro 1 (ANEXO 1).

SOUZA (1999) destaca que a primeira lei visando à proteção do trabalho juvenil no Brasil é de 1891, o Decreto nº 1313, que proibia o trabalho noturno em algumas ocupações e fixava e estipulava em sete horas a jornada diária máxima de trabalho.

Em 1927, com a criação do código de menores surge o termo “menor”, possuindo nessa época uma conotação negativa, pois era utilizado em referência a crianças e adolescentes pobres. Essas, caracterizadas como “menores” eram consideradas passíveis de se tornarem delinquentes, marginais, sendo um risco para a sociedade. Portanto, essas crianças passaram a ser uma preocupação da sociedade e do Estado, sendo editadas novas medidas no intuito de “salvar” e atender essa infância abandonada e pobre (FROTA, 2007).

Entre 1934 e 1973 a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promove a proteção ao menor trabalhador, proíbe o ingresso no trabalho antes dos 12 anos e o trabalho noturno ao menor de 18 anos, locais e serviços perigosos ou insalubres ou

serviços prejudiciais a sua moralidade, garantindo ao menor maior segurança no trabalho e proteção à saúde (BRASIL, 1934, 1937, 1946, 1967).

Porém, somente com a Constituição de 1988 o trabalho do jovem foi cingido pelas peculiaridades, proibindo qualquer outro trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, com direitos previdenciários e garantia de frequência a escola (BRASIL, 1988).

Em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente é determinado que, no período da infância até o final da adolescência, as crianças e os jovens devem ser assistidos pela família, sociedade e poder público, bem como, veda o uso do termo “menor” para a criança e o adolescente (BRASIL, 1990).

Atualmente no Brasil, a economia tem passado por grandes mudanças, o que dificulta a inserção ocupacional da população, principalmente da população jovem pertencente à famílias com menor renda. Estes, ao ingressarem no trabalho, acabam realizando tarefas em condições precárias para sua idade (DIEESE, 2006). Contudo, apesar das dificuldades observadas para a obtenção de empregos por jovens, o Governo Brasileiro tem reconhecido a importância do ingresso no trabalho para essa população, criando leis e programas sócio-econômicos direcionados à juventude de nosso país no intuito de se erradicar o trabalho infantil e proteger o adolescente trabalhador. Dentre os programas existentes, os abordados neste estudo são:

- Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essa lei trata das relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, prevê ao adolescente aprendiz, direitos trabalhistas e

previdenciários, ou seja, a remuneração mínima prevista nesta lei, férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), aviso prévio, contribuição para aposentadoria, além do direito ao acesso e frequência à escola. O contrato de aprendizagem pressupõe frequência escolar, horário especial para o exercício das atividades, programa de formação técnico-profissional e capacitação adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, 2000).

Dessa forma, na hipótese dos serviços nacionais de aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber: "II – **entidades sem fins lucrativos**, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Essa lei também destaca que a contratação de aprendizes é obrigatória para a empresa de qualquer natureza que tenha pelo menos sete empregados submetidos ao regime das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT) e a cota obrigatória de contratação de aprendizes é de no mínimo 5% e no máximo 15% de seus trabalhadores. Sendo optativa a contratação de aprendizes para microempresas e entidades sem fins lucrativos.

- Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Esse decreto impõe limites ao trabalho dos

adolescentes, visando propiciar reais condições de trabalho ao jovem aprendiz e minimizar os impactos do trabalho precoce (BRASIL, 2005).

- Incorporado a essas medidas para a proteção do jovem trabalhador pode-se também citar artigos da Lei nº 8.069 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990):

- O Art. 68 descreve que o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada, como exemplificado nos parágrafos:

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

- Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Diante desses novos contornos sobre o ingresso de jovens no mercado de trabalho, é importante que sejam explicitadas algumas questões que caracterizam essa entrada e também o acompanhamento desse jovem após a sua inserção na atividade laboral.

1.4 O TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS JOVENS

1.4.1 O trabalho

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.”
Karl Marx

Segundo MARX (1987 p.202) “antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Assim, da mesma forma que o homem modifica a natureza externa modifica também sua própria natureza. Essa transformação gera elementos componentes do processo de trabalho, tais como: a aplicação da atividade laboral a um fim, a matéria aplicada ao trabalho e os meios de trabalho (instrumentos utilizados).

Ainda sob a perspectiva de MARX (1987), esse processo de trabalho intensifica-se e desenvolve-se nos séculos XIX e XX, com a incorporação de máquinas e novos processos produtivos. Com o desenvolvimento tecnológico, aumentam-se as exigências de produtividade dos trabalhadores, transformando o trabalho que tinha uma finalidade

central na vida humana em meio de subsistência, configurando o modelo de produção capitalista cuja base de sustentação é a valorização da mais valia³.

O final do século XX e início do século XXI foram marcados pelo processo de globalização econômica⁴ que trouxe bruscas transformações no contexto do trabalho em decorrência do avanço tecnológico, aumento das exigências de produtividade, e consequentemente competitividade exacerbada entre os trabalhadores.

Inserido nessas mudanças, o indivíduo passou a sofrer também maiores exigências de suas habilidades e competências. Conforme apontado por GOMEZ e COSTA (1999) esse quadro de reestruturação das empresas e dos sistemas produtivos, contribuiu para a precarização do trabalho por meio da diminuição de postos de trabalho, novos arranjos laborais como a oferta de trabalhos temporários ou de tempo parcial, instabilidade e irregularidade ocupacional, subemprego e desemprego recorrente, muitas vezes duradouro e sem perspectivas de ingresso no mercado formal.

A precariedade na atividade laboral também é discutida por ANTUNES (2007), que aponta a reestruturação das empresas e dos processos produtivos em escala global implementada pelo capital a partir do início da década de 1970. Essa precarização

³ A teoria marxista da mais-valia pode ser compreendida em “mais valia absoluta” onde há um prolongamento da jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador já produziu o suficiente e equivalente ao valor de sua força de trabalho. Dividindo a jornada em trabalho necessário e trabalho excedente. Dessa forma encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir mais em menos tempo (aumenta o trabalho excedente e produtividade com aplicação de tecnologias), ou seja, o trabalhador trabalha mais tempo sem receber pelo tempo excedente, configurando a “mais valia relativa” (MARX, 198, p.210).

⁴ O movimento da globalização econômica se caracteriza pela grande mobilidade de massas de capitais, pelo crescimento de corporações transnacionais e pela predominância dos investimentos no âmbito financeiro, onde acontece a maior valorização do capital, inclusive por corporações industriais ou de serviços (GOMEZ e COSTA, 1999).

acabou por criar uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação, bem como, proporcionou as perdas dos direitos jurídicos e garantias sociais dos trabalhadores.

Esse autor ainda destaca que um terço da força humana disponível para o trabalho em escala global, encontra-se exercendo trabalhos precários, parciais, temporários ou já vivencia a crise do desemprego. Esses fatores exigem um novo tipo de trabalho, que o mercado capitalista denominou “colaborador”, ou seja, exigem um trabalhador polivalente e multifuncional. Mediante esses desdobramentos há uma maior exigência de mão-de-obra qualificada, fato que exclui trabalhadores sem educação formal e contribui para uma inserção cada vez maior de crianças e adolescentes em idade escolar nas diversas atividades produtivas. Além disso, sem perspectiva, jovens e adultos sem escolaridade, ingressam cada vez mais em trabalhos precários (ANTUNES, 2007).

Dentre outros estudos que abordam essa temática FALEIROS (2008) ressalta que, para enfrentar esse quadro de desigualdades sociais, os jovens procuram por emprego cada vez mais cedo, no intuito de auxiliar na composição da renda familiar e proporcionar melhores condições de vida para si e sua família.

No contexto atual, a inserção dos jovens nas atividades laborais ocorre cada vez mais precocemente, o que leva a uma preocupação em vários níveis na medida em que se reconhecem os impactos do trabalho infanto-juvenil. Dentre essas instâncias a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004) manifestou-se por meio de pesquisas sobre os aspectos negativos do trabalho precoce na vida adulta, como baixo desempenho e evasão escolar, danos físicos e psicológicos de acordo com a atividade

desenvolvida, situação que revela a importância acerca das questões relativas à temática do trabalho de jovens.

1.4.1 O trabalho e suas repercussões na escola e na saúde

“Adolescentes são seres especiais que nos ensinam a vivenciar as mudanças do presente, plenos de fé no futuro. Para eles o futuro é agora e o presente é para sempre, sendo o tempo uma variável ilógica entre o poder e a escolha, entre sonhos e realidade”.
Maria Ines Saito

Nas últimas décadas o trabalho e suas repercussões na escola e na saúde de jovens ganharam visibilidade em vários estudos (SAITO e SILVA, 2001; FISCHER et al., 2003; OLIVEIRA e ROBAZZI, 2001; CAMPOS e FRANCISCHINI, 2003; GOMES, 1998; ASMUS et al., 2005; ASMUS, 1997; AMAZZARRAY et al., 2009; OLIVEIRA et al., 2010; FACCHINNI et al., 2003; OLIVEIRA et al., 2006).

FISCHER et al. (2003) definem trabalho como sendo toda atividade sistemática, em que há uma obrigatoriedade de desenvolver tarefas, em horários e períodos pré-determinados, seja no ambiente doméstico, seja para terceiros, com ou sem remuneração, tendo ou não vínculo empregatício formalizado (carteira de trabalho assinada).

De acordo com NETO (1979) o trabalho é introduzido na vida da criança inicialmente dentro do grupo doméstico, com a realização de tarefas especificamente

voltada para a família em algum processo produtivo, essas atividades são muitas vezes endossada pelos pais como aprendizagem.

Ainda hoje, erroneamente, são atribuídos ao trabalho “poderes curativos”, isto é, acredita-se que o trabalho possa apresentar soluções para os problemas relacionados à juventude, como o insucesso escolar e a marginalidade (GTAP – DRT, 2000). Dessa forma, a entrada precoce do jovem no trabalho é incentivada e disseminada.

O trabalho precoce é caracterizado pelo ingresso de crianças e adolescentes em atividades laborais pela busca de assegurar sobrevivência individual e da família (FRANKLIN et al., 2001). Segundo esses autores essas atividades geralmente são desenvolvidas em circunstâncias que compromete a saúde e longevidade do jovem, bem como pode prejudicar a formação intelectual dos mesmos. Pois a necessidade financeira individual e familiar leva o jovem a se dedicar mais ao trabalho, o que contribui para uma privação dos direitos à educação, ao convívio familiar, ao lazer e à saúde.

Ingressar no mercado de trabalho é um grande desafio para os jovens, além das exigências da experiência e da escolaridade, o jovem também se depara com as questões que dizem respeito às suas características intrínsecas, do seu processo de desenvolvimento, tais como, falta de experiência, tendência à experimentação, a busca pela formação de uma identidade profissional perante a família. Esse cenário leva a uma maior proporção desses jovens a procurarem atividades de subsistência e de baixa remuneração (ROCHA, 2008).

Em pesquisas relacionadas à temática de adolescentes trabalhadores, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2006) ressalta que a falta de experiência profissional prévia, somada aos fatores da baixa renda

familiar e escolaridade, podem levar o jovem a um quadro de exclusão social. Além disso, o impacto negativo no desenvolvimento intelectual, cognitivo e psíquico, leva o jovem a uma concorrência cada vez mais injusta para a obtenção de postos de trabalhos condizentes com sua faixa etária e condição de aprendizado.

Muitas vezes, para os jovens, o trabalho assume a forma de uma porta de entrada para o mundo do consumo, uma sensação de “independência ou autonomia” financeira, em que o ato de trabalhar restringe-se a uma possibilidade de consumo, como: comprar roupas, calçados, aparelhos eletrônicos, atividades de lazer, ou seja, aquisições e eventos que os pais não podem custear (WICKERT, 2006; GUIMARÃES e ROMANELLI, 2002, OLIVEIRA et al., 2006).

Os rendimentos desses jovens muitas vezes os convertem em co-responsáveis pela sobrevivência da família, principalmente quando um dos responsáveis, pai ou mãe, estão desempregados, o que fragiliza a situação financeira familiar e contribui cada vez mais para a entrada do jovem em atividades laborais, muitas vezes de subsistência. (GUIMARÃES e ROMANELLI, 2002; GOMES, 1998).

A baixa renda familiar é um dos principais fatores que contribui para o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Os jovens que pertencem a famílias de baixa renda podem submeter-se a empregos assalariados e sem contrato formal de trabalho, configurando um quadro de maior exclusão dos benefícios de legislação social e trabalhista (POCHMANN, 2004).

Nesse aspecto, conforme demonstrado por FACCHINI et al. (2003), em estudo realizado na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, quanto menor a renda familiar dos adultos, maior a proporção da contribuição dos jovens para a renda familiar. Para as

famílias em que os adultos têm renda menor que três salários mínimos, foi verificado que 47,3% dos jovens trabalhadores contribuem e representam 25% ou mais da renda familiar total. Já para as famílias em que os adultos têm renda maior que seis salários mínimos, apenas 1% dos jovens trabalhadores contribuem com a renda familiar.

O ingresso do jovem precocemente no mercado de trabalho (de famílias com baixa renda) é visto como “normal”, que faz um contraponto entre uma adolescência marginalizada (desocupado) e uma identidade ocupacional (trabalhador), que também vai assinalar a importância do trabalho como valor cultural, econômico e como uma estratégia de socialização das camadas populares (DAUSTER, 1992). Contudo, essa autora também aponta que o trabalho precoce contribui para uma passagem abrupta para a vida adulta, prejudicando o tempo e a dedicação à formação escolar do jovem.

A inserção de jovens e adolescentes na atividade laboral durante a idade escolar foi estudado por (FISCHER et al., 2003), esses autores observaram que o ingresso precoce em atividades laborais que impliquem em muita responsabilidade, estresse, sobrecarga de atividades, somada a falta de experiência, pode contribuir para o surgimento ou agravamento de problemas de saúde, como: redução dos períodos de sono, maior sonolência diurna e durante as aulas noturnas, dificuldades para alimentar-se adequadamente, dores musculares e cansaço físico.

Nesse contexto, ZAHER et al. (2001) destaca que vários aspectos podem ser levados em consideração quando se reflete as questões, trabalhar e estudar. O adolescente requer cuidados, bem como várias considerações sobre sua inclusão no mercado de trabalho, em especial, quando esta ocorre precocemente e de maneira abrupta.

Quanto à escolaridade do jovem, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os jovens entre 15 e 24 anos correspondem a 25% da população economicamente ativa, embora a taxa nacional de desemprego do jovem chega a 50%. Dos 33,5 milhões de jovens apenas a metade estuda, a maioria não está na série escolar correspondente à sua faixa etária (PNAD, 2001).

De acordo com OLIVEIRA et al. (2001), a associação do trabalho a valores morais, como um recurso para melhorar as condições de vida, promover a inserção social, evitando problemas e envolvimento com drogas, marginalidade e situação de risco, contribui para uma maior valorização e investimento no trabalho e consequentemente uma maior evasão escolar.

Segundo DIEESE (2006), a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostra que em 2005, no Distrito Federal e região metropolitana, a população jovem entre 16 e 24 anos somava 6,5 milhões, correspondendo a 23,8% da população acima de 16 anos. Destes, 4,6 milhões fazia parte da força de trabalho local, ocupados ou desempregados, mostrando expressiva presença na População Economicamente Ativa (PEA), o que representa um quarto dos trabalhadores da região.

Embora a faixa etária compreendida entre 16 e 24 anos, seja um período importante para a conclusão da formação escolar e para o ingresso na vida profissional, a maioria dos jovens que trabalha não consegue conciliar a formação escolar e profissional (VIEIRA, 2001).

Dessa forma, a diminuição da evasão escolar também é um fator importante para proteção do adolescente trabalhador. Segundo o Anuário dos Trabalhadores (DIEESE, 2007) a porcentagem de jovens que não estudam e são trabalhadores e/ou estão

procurando emprego é significativa, representando 50,6% do total dos jovens de regiões metropolitanas do estado de São Paulo, a maior porcentagem comparada a outros estados brasileiros (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos, segundo situação de trabalho e estudo – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2006 (em %)

Situação de Trabalho e Estudo	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Salvador	Recife	Distrito Federal
Só Estuda	13,6	20,4	21,8	23,3	28,4	17,9
Estuda e trabalha e/ou procura trabalho	25,3	23,8	25,3	26,4	20,0	28,1
Só trabalha e/ou procura	50,6	45,1	44,4	40,0	35,7	44,8
Apenas cuida dos afazeres domésticos	4,9	5,1	4,0	3,4	5,8	3,2
Outros	4,5	5,6	4,5	7,0	10,0	5,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2007.

Nesse sentido, é importante uma retomada da questão educacional como aponta POCHMANN (2004), em que a escola deve ser repensada com uma ascensão social e não apenas como uma ferramenta de luta contra a elevação do desemprego.

Sobre a temática, trabalho e estudo, os autores (OLIVEIRA et al., 2006) descrevem sobre as condições ambientais e estruturais da escola como pontos importantes para o desenvolvimento pessoal e profissional do jovem. Quadros como a falta de professores para atender as demandas atuais do adolescente trabalhador e de infra-estrutura, redimensiona o papel da escola na vida do jovem à medida que o mesmo não encontra na escola suporte para atender as demandas do mercado de trabalho.

Segundo essa equipe de pesquisadores o tema trabalhar e estudar na adolescência tem apontado a influência desses dois fenômenos nas condições de saúde e vida dos jovens trabalhadores que, em busca do acesso a um emprego e possível melhor retorno financeiro, maior *status* social, os jovens estão submetidos ao comprometimento da saúde física e do seu desenvolvimento psicossocial, muitas vezes, resultantes de condições de trabalho inadequadas.

ASMUS et al. (1996) e MEIRE (2000), apontam que os adolescentes precisam de condições favoráveis para atravessar as várias etapas a caminho da vida adulta, as transformações ocorridas durante esse período podem torná-los vulneráveis à situações de riscos (físico, químico, acidentes e biológicos), o que pode ser agravado com a inserção no mercado de trabalho, tornando-os mais suscetíveis a adquirir doenças ocupacionais.

Em relação ao trabalho e agravos á saúde, SELIGMAN (1997 p.46) também aponta em seus estudos que: “[...] o trabalho tanto poderá fortalecer a saúde mental quanto levar a distúrbios que se expressaram coletivamente em termos psicossociais e/ou individuais em manifestações psicossomáticas ou psiquiátricas”.

A inserção precoce do adolescente no trabalho pode acarretar consequências negativas para o seu desenvolvimento físico e psicossocial. A competição entre atividades de trabalho, extracurriculares, domiciliares e escolares, podem causar conflitos ao jovem na administração destes eventos, o que impede o jovem de dedicar-se a atividades lúdicas e sociais condizentes com sua idade, contribuindo para um isolamento social, dos pares e da família. Além disso, a sobrecarga de atividades

contribuiu para o comprometimento do desenvolvimento acadêmico do jovem (FISCHER et al., 2003; OLIVEIRA et al., 2001; SANTANA et al., 2005; OLIVEIRA et al., 2006).

Quando avaliadas as condições de trabalho de adolescentes, FISCHER et al. (2005) destacaram que, além dos estressores físicos do trabalho, também devem ser levados em consideração os fatores psicológicos. De acordo com esses pesquisadores em um estudo sobre controle e apoio social, as exigências psicológicas mostram-se associadas aos relatos dos adolescentes de dores no corpo, e a redução da duração do sono durante os dias da semana estão relacionadas à maior duração da jornada diária de trabalho.

TEIXEIRA et al. (2007), em estudo sobre privação do sono com jovens trabalhadores, ressalta que a dupla jornada, trabalhar e estudar, pode dificultar sua frequência à escola, acarretando problemas associados com o aprendizado escolar, baixo desempenho, perda de concentração, alerta e atenção. Segundo esses autores, observaram-se diferenças entre os grupos de trabalhadores e não-trabalhadores com relação à duração do sono e regularidade nos horários de dormir e acordar. Os trabalhadores tinham menor duração de sono e regularidade nos horários de dormir e acordar, o que indica que este grupo pode ter um baixo rendimento escolar.

As dificuldades apresentadas pelos jovens na administração da jornada dupla, trabalho e estudo, são resultados de uma rotina pesada e como consequência a interferência no desenvolvimento psíquico e sócio-cognitivo, fato que desrespeita os direitos como cidadão e da legislação trabalhista em vigor para o trabalho de jovens (OLIVEIRA et al., 2006).

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar e descrever as percepções dos jovens, aprendizes e estagiários, sobre condições de trabalho, saúde e escola, após ingresso no primeiro emprego.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as relações estabelecidas pelos Aprendizes e Estagiários com a inserção no primeiro emprego.
- Identificar as expectativas e os motivos pessoais dos jovens estagiários e aprendizes em relação ao ingresso no trabalho.
- Analisar e comparar as percepções das condições de trabalho, condições de saúde, desempenho escolar, hábitos e estilos de vida, no período anterior e posterior ao ingresso no trabalho.
- Aprender por meio dos relatos dos participantes os fatores ambientais/organizacionais que possam estar associados à ocorrência de acidentes e doenças relacionados ao trabalho.
- Verificar a percepção de riscos de acidentes no contexto laboral bem como os meios utilizados pelos jovens para preveni-los.

- Identificar por meio dos relatos, os conhecimentos dos participantes sobre a legislação pertinente do trabalho de jovens/adolescentes.

- Contribuir com conhecimentos acerca da tríade – Trabalho, Saúde e Escola entre jovens Aprendizes e Estagiários.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa foi metodologicamente embasada na abordagem qualitativa mediante características do objeto e objetivos em estudo.

DENZIN e LINCOLN (2006) destacam que a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas como, notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias e as gravações, que dão visibilidade ao mundo. Ou seja, o pesquisador qualitativo estuda os eventos em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os significados que as pessoas atribuem a esses fenômenos. Os pesquisadores nessa abordagem utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas, sempre com o intuito de compreender melhor o assunto em estudo.

Existem várias perspectivas de coleta de dados na pesquisa qualitativa, dentre elas a entrevista individual e coletiva com roteiro semi-estruturado ou totalmente estruturado ou por meio de questionários (MINAYO, 1996; BONI e QUARESMA, 2005).

Dessa forma, partimos de uma importante reflexão apresentada por MINAYO (1996) em que a autora ressalta que alguns dados podem ser coletados por meio de questionários dada sua característica “objetiva”, outros dados só podem ser coletados com a contribuição dos atores sociais envolvidos, dada sua característica “subjativa”.

Assim, a escolha da aplicação de um questionário se deu considerando alguns objetivos dessa pesquisa relacionados às questões objetivas para caracterização da população em estudo, bem como, dados para descrição de hábitos e estilo de vida de jovens Aprendizes e Estagiários, nos períodos, anterior e posterior ao ingresso no

trabalho. Além disso, foram realizadas entrevistas (com roteiro semi-estruturado) devido a necessidade de contemplar as falas dos participantes como matéria prima de alguns objetivos desse estudo.

De acordo com DEJOURS (1987), a perspectiva qualitativa ensina muita coisa sobre a vivência subjetiva do sujeito e entende a palavra como mediador privilegiado da relação pesquisador-pesquisado. Segundo ele:

“Devemos entender a fala não como uma série de palavras, como com um ato. Ato que implica o ato de pensar, que é preciso distinguir da atividade de pensar. Por meio da palavra na sua opinião, o sujeito ao pensar na sua situação em relação ao trabalho, permite-se avaliar as consequências dessa relação na vida fora do trabalho em geral” (Dejours, 1987 p.158).

Mediante o exposto, para a realização dessa pesquisa foram utilizadas diferentes ferramentas para a coleta de dados devido a necessidade de nos aproximarmos ao máximo possível da realidade dos jovens Aprendizes e Estagiários.

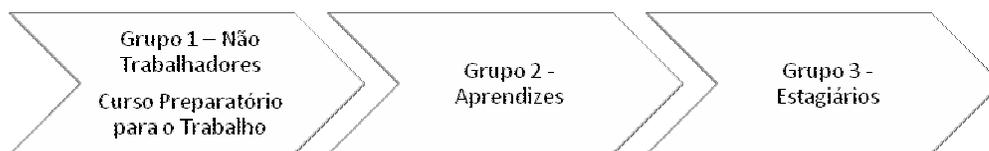
3.1 ETAPAS DO ESTUDO



3.2 LOCAL DO ESTUDO

Uma Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos que prioriza a capacitação profissional e ingresso no primeiro emprego de jovens entre 14 e 24 anos de idade.

3.2.1 População atendida na ONG



Grupo 1- Alunos do Curso de Preparação para o Trabalho – Não Trabalhadores

- Processo seletivo
- Ingresso no curso de Preparação para o Trabalho
- Os alunos deste grupo são preparados durante cinco meses para o mercado de trabalho em diversas oficinas.
- Encaminhamentos para empresas.

Grupo 2- Aprendizes - LEI nº 10.097/2000

- Disponibilidade da vaga
- Processo seletivo
- Ingresso na empresa com contrato por prazo determinado, até dois anos, com vínculo empregatício.
- Ingresso no Curso de Aprendizagem na ONG, com Preparação Técnico-Profissional-Metódica de 600 horas. (uma vez por semana na ONG)
- Jornada semanal até 40h

Grupo 3 – Estagiários - LEI nº 8.069/1990 Art. 68

- Disponibilidade da vaga
- Processo seletivo
- Ingresso na empresa com contrato por prazo determinado, até dois anos, sem vínculo empregatício.
- Ingresso no Programa de Estágio na ONG, com acompanhamento do serviço social e pedagógico. (uma vez por mês na ONG)
- Jornada semanal de até 40h

3.3 O TRABALHO DE CAMPO

3.3.1 Participantes

A abordagem qualitativa preocupa-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão do grupo estudado (MINAYO, 2004). De acordo com essa autora considera que na pesquisa qualitativa uma amostra se completa quando:

- (a) Os sujeitos sociais detêm os atributos que o investigador pretende conhecer;
- (b) Há um número suficiente para permitir certa reincidência das informações, porém não desprezando informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta;
- (c) O conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças.
- (d) A escolha do *locus* e do grupo de observação e informação contenha o conjunto de experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa.

Dessa forma, buscou-se uma diversidade na composição do grupo participante, entre homens e mulheres de diferentes salas de aula (programas da ONG), idades, escolaridade (ensino médio, superior e técnico) e de diferentes empresas (empresas contratantes de aprendizes e estagiários).

A composição do grupo participante também foi definida conjuntamente com a Diretoria e Coordenação Pedagógica da ONG, que avaliou o melhor momento para a

coleta de dados de modo a não interferir no andamento das atividades previamente estabelecidas, evitando assim, prejuízos nos conteúdos do processo de aprendizagem previstos nos programas da Instituição.

De acordo com esses critérios, o grupo foi composto por 40 (quarenta) jovens de 14 a 24 anos, sendo 20 (vinte) Estagiários e 20 (vinte) Aprendizes integrantes dos programas da ONG, que trabalhavam há pelo menos seis meses e estudavam no período noturno.

Nesse sentido, realizamos um recorte específico sem intenção de caracterizá-lo como representativo do universo maior dos Programas de Estágio e Aprendizagem.

No momento da coleta de dados a distribuição dos Aprendizes e Estagiários em sala de aula estava organizada da seguinte forma:

Quadro 2: Distribuição do número de Aprendizes por turma/dia da semana.

Dia da Semana	Distribuição dos alunos por sala de aula	Média de alunos participantes por turma
Segunda-feira	25	05
Terça-feira	25	05
Quarta-feira	25	05
Quinta-feira	25	00*
Sexta-feira	25	05
Total	125	20

*No momento da coleta de dados a Turma de Quinta-feira havia sido aberta há pouco tempo, fator que restringia a participação de jovens com menos de seis meses de contrato de trabalho.

OBS. Levando-se em consideração que em algumas salas houve um número excedente de interessados (acima de 05 por turma), optou-se pela realização de um sorteio.

Quadro 3: Distribuição do número de Estagiários por semana/mês.

Dia da Semana/Mês	Distribuição dos alunos por sala de aula	Média de alunos participantes por turma
Quarta-feira	45	05
Total	180	20

OBS. Levando-se em consideração que em algumas salas houve um número excedente de interessados (acima de 05 por turma), optou-se pela realização de um sorteio.

3.3.2 Contato com os jovens

Etapa 1: Contato Pessoal

- Os jovens aprendizes e estagiários foram contatados pessoalmente em sala de aula, todas as salas de aula de aprendizes e estagiários foram visitadas.
- Realizou-se uma breve explicação dos instrumentos e finalidade desse estudo.

Etapa 2: O Convite

- Após apresentação, os jovens foram convidados para participar da pesquisa.
- Os interessados foram individualmente encaminhados para uma sala cedida pela ONG em horários previamente estabelecidos para receber maiores informações sobre a pesquisa.

Etapa 3: Informações gerais sobre a pesquisa

- Nesse momento realizamos a entrega e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os jovens menores de dezoito anos de idade foram orientados a entregar o documento para os pais ou responsável legal e se, de acordo com a participação do jovem, deveriam encaminhá-lo de volta assinado.
- No caso dos jovens com 18 anos ou mais o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado ao final da leitura.
- Nesse momento também foi esclarecido ao jovem sobre o papel deste estudo, distinguindo-o de um trabalho da ONG, enfatizando a quem se destinava a pesquisa e a preservação de sua identidade, como forma de tranquilizar os participantes, estabelecendo assim, um vínculo de confiança entre pesquisador-pesquisado, aspecto relevante para o bom andamento da pesquisa.

3.3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada no período entre os meses de Setembro e Dezembro de 2009, por meio de Entrevista Individual e Coletiva com uso de roteiro semi estruturado (modelo ANEXO 2) e aplicação de Questionário (modelo ANEXO 3).

3.3.3.1 Questionário

O questionário foi utilizado na coleta de dados para caracterização da população em estudo e obter informações sobre hábitos e estilo de vida nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho.

O corpo do texto do questionário foi composto por questões fechadas direcionadas aos aspectos de identificação do jovem, aspectos ocupacionais e aspectos relacionados a saúde e qualidade de vida, dividido em duas partes, à saber:

A) Caracterização sóciodemográfica composta de:

- Idade, escolaridade, situação conjugal, presença/número de filhos, renda familiar e salário.
- Aspectos ocupacionais: tempo na ocupação, função e atividades realizadas, jornada diária e semanal de trabalho.

B) Hábitos e estilo de vida (anterior e posterior ao ingresso no trabalho) tais como:

- Consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e refrigerantes, prática de atividade física, uso de medicamentos.
- Horários de dormir e acordar, problemas para dormir, questões sobre saúde, escala de sonolência (escala analógica visual-VAS de 10 centímetros).

Os 40 (quarenta) jovens responderam o questionário individualmente em uma sala reservada em sessões de aproximadamente 20 (vinte) minutos cada.

3.3.3.2 Entrevistas Individuais

Outro instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista individual. Segundo MINAYO (1999), este instrumento é privilegiado na coleta de informações para as ciências sociais, sendo a fala reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos. A autora ressalta que ao mesmo tempo, essa fala também pode transmitir as representações de um grupo determinado, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Nessa perspectiva DUARTE (2004 p.215) destaca que “as entrevistas permitem ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade”. Desse modo para essa autora, a entrevista permite levantar informações para descrever e compreender a lógica que preside as relações estabelecidas no interior daquele grupo.

Os jovens Aprendizes e Estagiários foram convidados individualmente para a realização da entrevista em uma sala reservada, em horários previamente estabelecidos pela Coordenação Pedagógica da ONG.

Foram realizadas 32 (trinta e duas) entrevistas individuais. No momento da entrevista retomamos a importância da mesma ser gravada (gravador digital) conforme previamente apresentado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para posteriormente ser transcrita e analisada, bem como breve explanação do roteiro semi-estruturado. Cada entrevista durou aproximadamente 30 (trinta) minutos.

O roteiro semi-estruturado foi utilizado como um guia e nos permitiu uma orientação dos temas abordados na entrevista mediante os objetivos desse estudo. De

acordo com MINAYO (1996), o roteiro semi-estruturado consiste em enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de seus pressupostos, advindos da definição do objeto de investigação.

BOURDIEU (1999 p.693) coloca que “não há maneira mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele que ele interroga”.

Nesse sentido, ao eleger a entrevista como técnica de coleta de informações para um estudo MINAYO (1999) destaca a importância da interação entre o pesquisador e pesquisado.

Mediante o exposto pelos autores MINAYO (1999) e BOURDIEU (1999), considerou-se a entrevista não apenas como instrumento de coleta de dados, mas uma situação de interação, estabelecendo uma escuta respeitosa com os jovens entrevistados.

O contato anterior (2006 a 2008) do pesquisador com alguns dos Estagiários e Aprendizes possibilitou um vínculo de solidariedade e uma posição de acolhimento, em que os jovens sentiram-se a vontade para relatar sobre situações relacionadas ao trabalho, escola e saúde. Aspecto abordado por Minayo: “Há situação em que o pesquisador é escolhido, ele próprio, como confidente, desta forma, passa a compor a região interior também, mas sob condição de não a revelar. Isto é, passa a ser considerado um do grupo” (MINAYO, 1999 p. 118).

Embora a relação entre o pesquisador e os participantes tenha ocorrido de forma respeitosa e receptiva com todos os participantes, alguns jovens demonstraram não se sentirem a vontade para responder algumas questões relacionadas ao seu trabalho, ainda

que o pesquisador tenha esclarecido sobre o sigilo de sua identidade e a identidade da empresa.

Apesar disso, o momento da entrevista permitiu para muitos jovens, uma possibilidade de refletirem sobre as questões que fazem parte da sua vida pessoal e profissional, expressando a necessidade de falar sobre tais temas, bem como, agradeciam pelo momento de escuta e de reflexão proporcionados pela entrevista e a possibilidade de os Estagiários e Aprendizes ganharem visibilidade no que tange aos fatores relacionados a temática Trabalho, Escola e Saúde.

3.3.3.3 Entrevistas Coletivas

Foram realizadas 02 (duas) entrevistas coletivas com roteiro semi-estruturado, em sessões de aproximadamente 80 (oitenta) minutos cada. Uma sessão com um grupo de 04 (quatro) aprendizes e outra com um grupo de 04 (quatro) estagiários, em sala reservada, gravadas (gravador digital) para posteriormente serem transcritas e analisadas.

Segundo MINAYO (1999), a discussão em grupo nos permite conhecer peculiaridades acerca de crenças, atitudes e percepções, possibilitando comparações entre grupos semelhantes e distintos.

Alguns apontamentos acerca da entrevista em grupo foram previamente estabelecidos com os participantes, de acordo com WELLER (2006), tais como:

- Foi estabelecido um contato respeitoso com todos os jovens do grupo, o que permitiu um momento de confiança mútua.
- Realizou-se uma breve conversa com os jovens em relação à participação, permitindo que a organização ou ordenação das falas fosse decida pelo próprio grupo. Desse modo os jovens optaram por expressar-se sobre os temas abordados a qualquer momento que se sentissem mais a vontade, desde que respeitando os momentos da fala do outro.
- Em relação aos momentos de intervenção do pesquisador na entrevista coletiva, tomou-se o cuidado de acompanhar o fluxo da entrevista respeitando o andamento do grupo, mas sempre lançando as perguntas sobre os temas abordados no roteiro semi-estruturado para todos os integrantes do grupo, estimulando a participação e interação de todos.

WELLER (2006) destaca as vantagens obtidas pela entrevista coletiva, sobretudo nas pesquisas com adolescentes e jovens. De acordo com a autora, quando estão entre colegas da mesma faixa etária e meio social, os jovens sentem-se mais a vontade para utilizar seu próprio vocabulário, desenvolvendo durante a entrevista, um diálogo que reflete melhor a realidade cotidiana.

A entrevista coletiva permite momentos de reflexão acerca dos temas abordados, os quais o grupo ainda não havia pensado. Nesse sentido, é possível verificar que os jovens a partir dessas reflexões compartilham relatos de suas situações semelhantes ou diferentes da sua realidade social (WELLER, 2006).

De acordo com a perspectiva dessa autora, juntamente com os resultados do pré-teste dos instrumentos deste estudo, nas entrevistas coletivas, os jovens refletiram e compartilharam informações sobre situações e conteúdos semelhantes, que poderiam não surgir ou serem relatados na entrevista individual.

Assim como nas entrevistas individuais, tomou-se o cuidado em reiterar sobre o sigilo e preservação da identidade do jovem e da empresa onde trabalha, bem como, da importância das falas de todos os integrantes do grupo para a composição do trabalho.

Esses fatores relacionados a interação que ocorre no momento da entrevista também é abordado por BOURDIEU (1999), que aponta a disposição acolhedora que inclina o entrevistador fazer seus, os problemas dos entrevistados, a aptidão para aceitá-los e compreendê-los tal como ele é, proporciona uma situação de comunicação excepcional, com momentos de troca importantes possibilitando mais uma alternativa ao pesquisado para contribuir com seus discursos e opiniões sobre determinados temas.

A entrevista coletiva também possibilitou aos jovens momentos de reflexão sobre sua realidade pessoal e profissional e conhecer a realidade dos seus colegas.

3.3.4 Análises das entrevistas

Tanto as entrevista individuais como as coletivas foram transcritas integralmente, valorizado todas as falas e expressões dos jovens Aprendizes e Estagiários. Nesse sentido, GUERRA (2008) ressalta a importância de a transcrição ser fiel ao que foi dito pelos participantes. Além disso, essa autora destaca pontos importantes que devem ser observados, como:

- No primeiro momento transcrever o que se entende na audição, deixando espaços para os episódios em que a audição não é clara.
- No segundo momento, rever as gravações preenchendo os espaços em branco.
- Numa terceira fase, redigir a gravação, corrigindo pontuações e expressões.

De acordo com esses critérios, as entrevistas foram ouvidas várias vezes, no intuito de valorizar e ser fidedigno ao máximo possível às falas dos jovens.

Em relação às análises do material empírico coletado por meios de entrevistas individuais e coletivas, utilizou-se o referencial de Análise de Conteúdo respaldado em BARDIN (2009). Essa autora destaca que:

“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações”. Não se trata de um instrumento, mas um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2009 p.33)

Na tentativa de se atingir os significados manifestos presentes nos discursos dos jovens Aprendizes e Estagiários, optou-se por realizar a técnica de análise temática (BARDIN, 2009).

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos do sentido” ou “temas” que compõem a comunicação, cuja presença ou frequência de aparição podem significar ou relacionar-se ao objetivo visado (BARDIN, 2009; MINAYO, 1999).

Dessa forma, para operacionalizar essa técnica são necessárias três etapas, descritas por BARDIN (2009):

- Pré-análise: Fase de organização composta por três etapas:

1. Leitura flutuante: leitura exaustiva do material para a impregnação dos dados e conseqüentemente eleger o material mais promissor para as análises.

2. Escolha do material: Foi realizada mediante regras necessárias apontadas por essa autora: a regra da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência. Dessa forma, foram eleitas vinte e três entrevistas individuais e as duas coletivas para serem analisadas em profundidade, devido aos discursos dessas entrevistas estarem mais elaborados e promissores para a realização de uma análise mais aprofundada.

3. Formulação de hipóteses e objetivos: escolha da categoria analítica mediante objetivos deste estudo, “trabalho, escola e saúde”.

- Exploração do material: A categoria analítica possibilitou a integração de quatro grandes temas a serem explorados:

1. Ingresso no mercado de trabalho
2. Condições de trabalho, escola e saúde.
3. Legislação do trabalho de jovens/adolescentes.
4. Vida e trabalho atual

- Tratamento dos dados e interpretação: A categorização - consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação.

Nessa fase o pesquisador propõe inferências, ou seja, faz interpretações previstas em suas pesquisas teóricas, ou considera novas possibilidades e descobertas sugeridas pela leitura do material.

Mediante os temas escolhidos, uma nova leitura dos conteúdos em busca de subcategorias relacionadas a esses temas foi realizada.

3.4 CHECAGEM DOS INSTRUMENTOS – PRÉ TESTE

Foi realizada a checagem dos instrumentos visando avaliar a adequação do roteiro de entrevista e o questionário de caracterização sócio demográfica, hábitos e estilo de vida.

O momento de preparação e orientação do pesquisador/entrevistador e dos instrumentos utilizados pode evitar alguns impasses, como apontado por BOSI (2003). Segundo esta autora, é importante fazer a “pré-entrevista”, ou o “pré-teste” de seus instrumentos para evitar falhas, sobre o espaço onde os encontros acontecem e o tempo que entrevistado ou depoente pode disponibilizar.

Os participantes do pré-teste foram jovens de 14 a 24 anos de idade que trabalhavam durante o dia há pelo menos seis meses e estudavam no período da noite, alunos de um Colégio público da região da ONG.

De acordo com o espaço e as condições do Colégio para a realização do pré-teste foi possível convidar oito jovens para pré testar os instrumentos dessa pesquisa. Os

jovens foram informados da condição de pré-teste dos instrumentos, sobre o sigilo dos dados e informações, bem como a importância da contribuição e colaboração deles para a realização do estudo.

Foi realizada uma entrevista coletiva com roteiro semi-estruturado com todos os participantes, o que possibilitou uma discussão sobre os temas abordados no estudo e uma adaptação no enunciado que algumas questões para a entrevista coletiva e individual. Após adaptação do roteiro foram realizadas as entrevistas individuais com todos os participantes e preenchimento do questionário. Desse modo, também foi possível estimar o tempo de permanência do jovem para a realização desse processo, bem como a elaboração de novas adaptações no enunciado de algumas questões destes instrumentos com a finalidade de alcançar o objetivo proposto.

3.5 QUESTÕES ÉTICAS

3.5.1 Termo de Consentimento

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo sob protocolo nº 1894.

Os jovens foram convidados a participar voluntariamente deste estudo. Todos os estudantes menores de 18 anos que aceitaram participar da pesquisa e os pais ou responsáveis, também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 4). Dentro dos preceitos da Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996), o termo de consentimento tem

informações sobre os objetivos da pesquisa, procedimentos e sobre a destinação e divulgação dos dados.

Foram esclarecidas as dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa, antes de ser iniciada e durante todo o seu curso. Todos os participantes tiveram liberdade para abandonar a pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa ou privados de informações sobre a temática, trabalho, escola e saúde. Os dados individuais serão mantidos sob sigilo, somente disponíveis para o próprio respondente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo serão abordados os dados analisados dos questionários, relativos à caracterização sócio-demográfica e hábitos e estilo de vida dos jovens Aprendizes e Estagiários, conjuntamente com os dados empíricos que emergiram na coleta de campo por meio das entrevistas individuais e coletivas.

4.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Participaram da pesquisa 20 (vinte) Aprendizes e 20 (vinte) Estagiários entre 14 e 24 anos de idade que estudavam no período noturno e frequentavam os programas de aprendizagem e estágio da ONG. Todos os participantes preencheram o questionário, destes, 32 participaram das entrevistas individuais e 8 das entrevistas coletivas.

4.1.1 Características da ONG

Há mais de 20 anos a ONG atende a comunidade de um bairro da Zona Sul do município de São Paulo. Essa instituição promove um processo seletivo para o curso de preparação para trabalho, o número de inscrições ultrapassa o número de vagas disponíveis a cada semestre. Após o ingresso e conclusão do curso de preparação para o trabalho com duração de cinco meses, os jovens são encaminhados para empresas em parceria com a ONG e podem ser contratados por até dois anos como aprendizes ou

estagiários, concomitantemente com o desenvolvimento da atividade laboral também frequentam as aulas dos programas de Estágio e Aprendizagem.

O aprendiz frequenta o curso de aprendizagem com carga horária distribuída nos vinte e quatro meses de contrato, o que possibilita a frequência desse jovem na ONG uma vez por semana por um período de oito horas e as demais horas e dias da semana, cumpridos na empresa, totalizando uma jornada de até quarenta horas semanais.

Os estagiários deste programa, são acompanhados em reuniões mensais em um período de quatro horas, cumprem uma jornada de até quarenta horas semanais na empresa. As reuniões são temáticas e seguem um roteiro estruturado com assuntos previamente estabelecidos de acordo com a demanda de necessidades dos jovens e das empresas contratantes.

Alguns dados sobre região atendida pela ONG nos permitem conhecer sobre o contexto que os jovens em estudo estão inseridos. Nessa região há uma grande concentração de jovens entre 14 e 24 anos de idade, segundo a Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da população por sexo, segundo faixa etária. Bairro Zona Sul, São Paulo, 2000.

Faixa etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 a 4 anos	11.779	51,09	11.275	48,91	23.054	9,82
5 a 9 anos	10.470	50,59	10.224	49,41	20.694	8,82
10 a 14 anos	10.953	50,43	10.768	49,57	21.721	9,25
15 a 19 anos	11.970	48,37	12.775	51,63	24.745	10,54
20 a 24 anos	12.226	48,84	12.806	51,16	25.032	10,67
25 a 29 anos	11.451	48,99	11.925	51,01	23.376	9,96
30 a 34 anos	10.289	48,51	10.923	51,49	21.212	9,04
35 a 39 anos	8.630	47,10	9.693	52,90	18.323	7,81
40 a 44 anos	7.211	46,59	8.268	53,41	15.479	6,60
45 a 49 anos	5.795	46,95	6.549	53,05	12.344	5,26
50 a 54 anos	4.318	46,17	5.034	53,83	9.352	3,98
55 a 59 anos	2.903	46,75	3.307	53,25	6.210	2,65
60 a 64 anos	2.151	45,59	2.567	54,41	4.718	2,01
65 a 69 anos	1.442	44,74	1.781	55,26	3.223	1,37
70 a 74 anos	869	40,31	1.287	59,69	2.156	0,92
75 a 79 anos	502	40,10	750	59,90	1.252	0,53
80 ou mais	344	33,14	694	66,86	1.038	0,44
Total	113.696	48,44	121.005	51,56	234.701	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

O terceiro maior número de empregados dessa região segundo faixa etária corresponde à dos grupos estudados nesse estudo. Há uma grande concentração de jovens em idade escolar ingressos no mercado de trabalho, segundo Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição número de empregados, segundo faixa etária. Bairro Zona Sul, São Paulo, 2006.

Faixa Etária	Número de Empregados	Em % do total do Distrito	Empregados no Município	Em % do total do Município
10 a 15 anos de idade	10	0,03	1.086	0,92
16 a 24 anos de idade	7.829	20,52	691.815	1,13
25 a 29 anos de idade	7.919	20,75	683.359	1,16
30 a 39 anos de idade	11.962	31,35	1.154.147	1,04
40 a 49 anos de idade	7.247	18,99	865.344	0,84
50 a 59 anos de idade	2.745	7,19	418.121	0,66
60 a 64 anos de idade	310	0,81	63.612	0,49
65 ou mais anos de idade	137	0,36	30.142	0,45
Total	38.159	100,00	3.907.626	0,98

Fonte: MTE - Relação Anual de Informações Sociais

4.1.2 Características dos participantes

De acordo com os dados analisados, os jovens aprendizes e estagiários apresentam características semelhantes quanto à idade, escolarização, região de moradia, renda individual e familiar, profissão dos pais, bem como área de atuação e atividades desenvolvidas nas empresas.

Conforme procedimento adotado para compor o grupo, na Tabela 4 observa-se que o número de homens e mulheres é similar, bem como as diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, pois tomou-se o cuidado de privilegiar a diversidade.

Tabela 4: Distribuição dos jovens Aprendizes e Estagiários, segundo sexo, idade e escolaridade, São Paulo, 2009.

Sexo, idade e escolaridade	Aprendiz	%	Estagiário	%
Sexo masculino	09	45	12	60
Sexo feminino	11	55	08	40
Idade- (14-18)	18	90	18	90
Idade > 18	02	10	02	10
Ensino médio	15	75	13	65
Ensino superior/ técnico	05	25	07	35

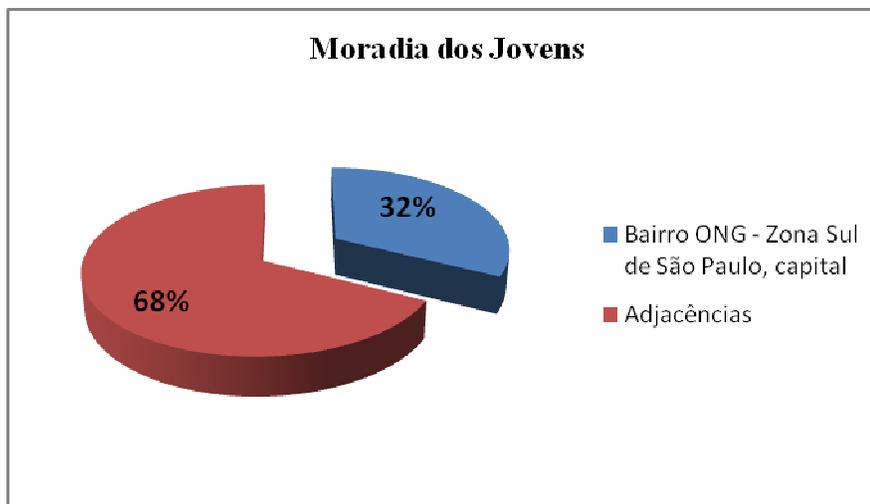
4.1.3 Estado civil e filhos

Em relação ao estado civil dos participantes dos dois grupos estudados, 100% responderam: solteiro. Apenas 01 (uma) jovem aprendiz relatou ter 01 (um) filho, mas não conviver com o pai da criança.

4.1.4 Região de moradia dos jovens aprendizes e estagiários

De acordo com os dados referidos pelos aprendizes e estagiários, a maioria reside na periferia em bairros com população de baixa renda, distribuídos na Zona Sul de São Paulo como, Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim São Luiz, Parelheiros, Santo Amaro, Campo Limpo e adjacências. No período da coleta dos dados, apenas 32% dos jovens residiam no mesmo bairro situado pela ONG, segundo dados apresentados na Figura 1.

Figura 1: Distribuição dos jovens aprendizes e estagiários e região de moradia. São Paulo, 2009.



4.1.5 Tempo de contrato de trabalho dos jovens aprendizes e estagiários.

Os dois grupos de jovens possuem contrato especial de trabalho ajustado por prazo determinado, conforme legislação Lei nº 10.097 (BRASIL, 2000) e Lei 8.069 Artigo 68 (BRASIL, 1990). De acordo com a Tabela 5, a composição dos grupos contemplou vários períodos de contrato de trabalho, respeitando os diferentes momentos de experiência dos jovens como integrantes de programas de inserção no primeiro emprego e desenvolvimento de atividades laborais na empresa.

Tabela 5: Distribuição dos jovens aprendizes e estagiários, segundo tempo de trabalho. São Paulo, 2009.

Tempo de trabalho	Aprendiz	%	Estagiário	%
Até 12 meses	10	50	13	65
Entre 12 e 18 meses	06	30	03	15
De 18 a 24 meses	04	20	04	20
Total	20	100	20	100

4.1.6 Atividades laborais dos pais dos jovens aprendizes e estagiários

Conforme apresentado nos dados das Figuras 2 e 3, os pais dos aprendizes e estagiários atuam em diferentes setores no mercado trabalho. Dessa forma, encontramos 51% das mães desenvolvendo atividades como diaristas, autônomas e donas de casa; 44% dos pais em trabalhos relacionados à funilaria, pintura, segurança e autônomos. Além disso, observou-se que 10% entre pais e mães encontravam-se desempregados no período da coleta de dados e 28% dos participantes relataram ter pais desconhecidos.

Esses fatores, relacionados às atividades de menor remuneração no mercado, pais ausentes ou desempregados, podem contribuir para ingresso precoce do jovem no mercado de trabalho.

Nesse contexto, CAMPOS e FRANCISCHINI (2003) relataram em estudo com jovens trabalhadores, que, além do próprio jovem, as mães também assumem o sustento das famílias em decorrência da ausência dos pais, ou de uma composição de baixa renda

familiar devido às atividades laborais pouco remuneradas dos pais, como serventes de pedreiro, domésticas, vendedores ambulantes entre outros.

Figura 2: Distribuição dos pais, segundo atividade laboral. São Paulo, 2009.

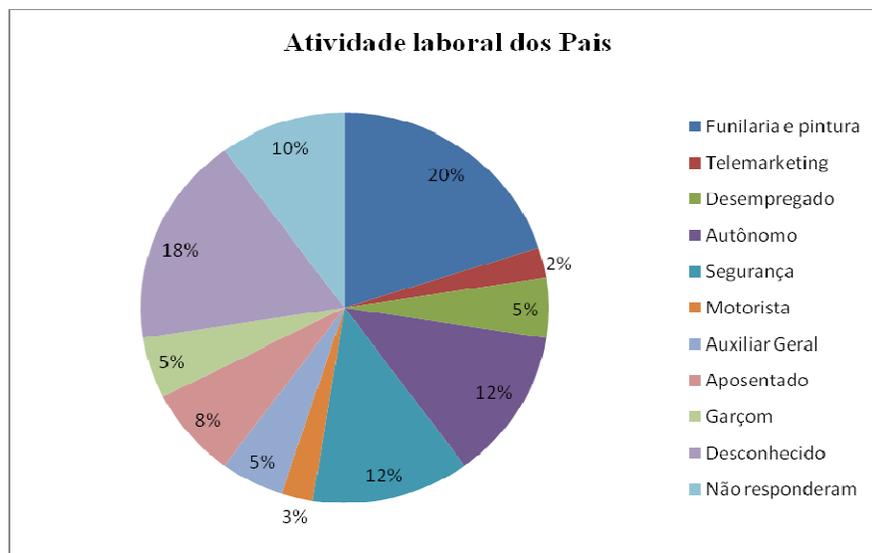
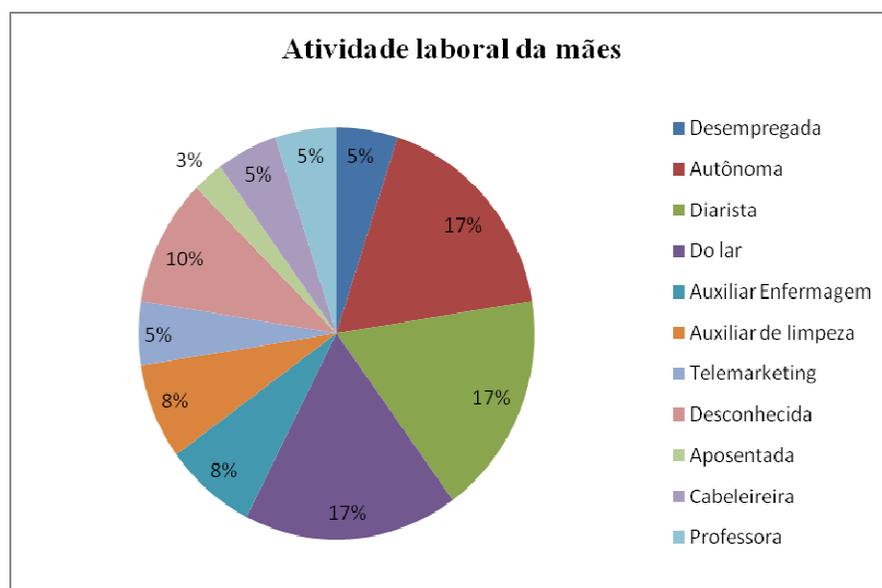


Figura 3: Distribuição da mães, segundo atividade laboral. São Paulo, 2009.



4.1.7 Renda familiar e individual

Por meio das análises dos questionários apresentadas na Tabelas 6 e 7, identificamos que 77,5% dos jovens Aprendizes e estagiários recebem aproximadamente o valor correspondente a um salário mínimo, conforme previsto na Legislação vigente para esses programas, Lei nº 10.097 (BRASIL, 2000) e Lei 8.069 Artigo 68 (BRASIL, 1990). Em relação a renda familiar, 42,5% do total de jovens Aprendizes e estagiários possui renda entre 1 e 3 salários mínimos e 47,5% mais de 5 salários mínimos.

Tabela 6: Distribuição dos Aprendizes e estagiários, segundo renda familiar, São Paulo, 2009.

Salário mínimo (R\$465,00)	Aprendiz	%	Estagiário	%
Familiar				
De 01 a 03	09	45	08	40
De 03 a 05	02	10	02	10
Mais de 5	09	45	10	50
Total	20	100	20	100

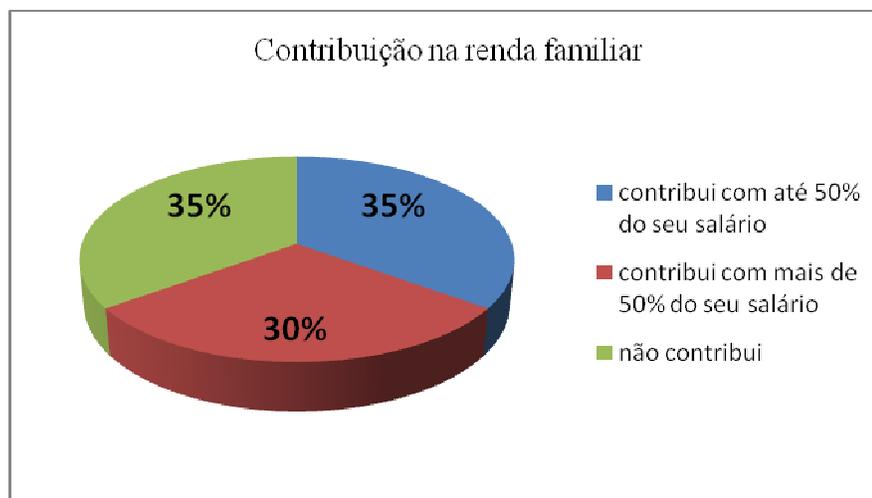
Tabela 7: Distribuição dos Aprendizes e estagiários, segundo renda individual, São Paulo, 2009.

Salário mínimo (R\$465,00)	Aprendiz	%	Estagiário	%
Individual				
Até 01	18	90	13	65
De 01 a 03	02	10	07	35
Total	20	100	20	100

A contribuição do jovem com algum rendimento do seu salário para complementar a renda familiar foi abordada por FACCHINI et al. (2003), em uma pesquisa com crianças e adolescentes trabalhadores em Pelotas/RS. Esses pesquisadores destacaram que, quanto menor os rendimentos financeiros familiares dos adultos na família, maior a proporção de contribuição das crianças e adolescentes à composição financeira familiar total. Além disso, os dados apresentados por esses autores demonstram que aproximadamente 47,3% dos menores trabalhadores cuja renda familiar era composta por até 3 (três) salários mínimos, contribuíam com 25% ou mais nas despesas de casa.

Mediante os dados apresentados na Figura 4, observamos que 65% jovens Aprendizes e estagiários contribuem parcialmente com seu salário para complementar a renda familiar. Esse expressivo número de auxílio financeiro por parte do jovem na composição da renda familiar pode ser decorrente do fato de que aproximadamente 50% das famílias dos dois grupos em estudo possuem renda inferior a cinco salários mínimos.

Figura 4: Contribuição financeira do jovem na composição da renda familiar. São Paulo, 2009.



4.2 INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Ao observarmos os aspectos referentes ao ingresso no mercado de trabalho, identificou-se, por meio das análises do material empírico, fatores relacionados às expectativas e motivos pessoais dos jovens Aprendizes e estagiários, tais como, necessidades financeiras pessoais e da família, busca pelo desenvolvimento pessoal e aperfeiçoamento profissional, incentivo familiar, curiosidade em conhecer o mercado e o ambiente profissional.

4.2.1 Necessidades financeiras pessoais e da família

O trabalho infanto-juvenil muitas vezes é justificado, entre outros fatores, pela necessidade financeira da família como apontado por OLIVEIRA et al. (2010), em uma pesquisa sobre representações sociais da atividade laboral para jovens trabalhadores e não trabalhadores. De acordo com esses autores, os apontamentos do grupo trabalhador demonstraram um predomínio dos significados positivos relacionados aos benefícios financeiros decorrentes do trabalho como forma de emancipação econômica.

Outro estudo sobre representação do trabalho com vários grupos de meninas e meninos trabalhadores realizada por MAZZOTTI (1994) ressaltou fatores positivos advindos da atividade laboral, além de apontar essa atividade como necessária para o próprio sustento e o apoio financeiro para a família. Nessa perspectiva, resultados semelhantes podem ser observados nesse estudo através dos discursos dos jovens Aprendizes e estagiários, como exemplificados a seguir:

“Bom, o que me motivou pra esse primeiro emprego, ah... foi assim, um aperto que tava na minha casa né? Meu pai tava desempregado...” (Estagiário, 15 anos)

“... Eu comecei a trabalhar e comecei ajudar em casa. Eu tipo... pagava as contas da casa onde a gente estava morando”. (Aprendiz, 17 anos)

Esses discursos demonstram expressiva necessidade de trabalhar para contribuir financeiramente em casa. Aspecto também abordado por SOUSA e ALBERTO (2008), em pesquisa sobre o trabalho precoce e o processo de escolarização de crianças e adolescentes, que demonstrou o ingresso na atividade laboral como fator necessário diante de uma situação compulsória de contribuir com o orçamento familiar. Além disso, esses pesquisadores tecem outra perspectiva sobre a representação do trabalho para os jovens em relação à satisfação pessoal: a oportunidade do ganho financeiro para custear suas aquisições materiais e de lazer, a conquista do papel de “trabalhador” e consequentemente obtendo uma valorização de seu esforço perante a família, sentido-se mais útil.

No que se refere aos participantes desta pesquisa, a despeito da perspectiva do ingresso no trabalho, identificamos relatos semelhantes dos jovens Aprendizes e estagiários sobre a importância de arcar com suas despesas pessoais e contribuir financeiramente em casa por meio da atividade laboral. Além disso, observou-se por meio desses discursos, que são muitas as necessidades pessoais oriundas do contexto familiar e social que levam os jovens a buscar precocemente ingressar no mercado de trabalho de acordo com os seguintes discursos:

“O que me motivou a buscar um emprego foi meu filho e a parte financeira...”
(Aprendiz, 17 anos)

“... ter um pouquinho de dinheiro pra mim, pra poder comprar umas coisinhas pra mim entendeu? Meio que ser independente... e eu também sempre tive vontade de me sustentar, comprar minhas próprias coisas...” [o que quiser] (Estagiária, 17 anos)

“Bom, no meu caso, eh... pretendo entrar numa faculdade que é muito concorrida. Então eu sei que vai ser muito difícil, e eu percebi que a escola, só, não ia me dar suporte nenhum para fazer esse vestibular. Então eu trabalho também pela parte financeira, pra poder juntar um dinheiro para poder pagar um cursinho, pra poder me preparar pra entrar na faculdade”. (Aprendiz, 16 anos-Entrevista coletiva)

4.2.2. Crescimento pessoal e profissional

Segundo AMAZARRAY et al. (2009 p. 334), “os jovens vêm o trabalho como um meio de ajudar as famílias, de adquirir independência financeira e uma maneira de conquistar a liberdade”. De acordo com esses pesquisadores outros fatores também permeiam a escolha do momento de ingressar na atividade laboral como incentivo familiar e a curiosidade sobre o mercado de trabalho.

Em estudo semelhante GUIMARÃES e ROMANELLI (2002) observaram que, para os jovens o trabalho pode ser motivo de “amadurecimento precoce”, o fato de se tornarem co-provedores das despesas familiares os leva assumir responsabilidades na atividade laboral e autonomia em suas decisões.

Nesse sentido, os jovens Aprendizes e estagiários desta pesquisa também apresentaram depoimentos similares sobre outros aspectos que os levaram ingressar no

mercado de trabalho, como: curiosidade, incentivo familiar em procurar uma atividade laboral para se ocupar, se preparar para o futuro, além de pleitearem adquirir experiência profissional por meio da aprendizagem, como consta nos depoimentos a seguir:

“O que me motivou a buscar o primeiro emprego foi mais os meus pais, eles me motivaram assim, a estudar a começar a correr atrás de um foco mais profissional entendeu?...” (Aprendiz, 20 anos)

“Na verdade... foi pressão mesmo. Minha mãe sempre falou que só ia me sustentar até os dezoito anos, e isso sempre meio que me apavorou, né?”. (Estagiária, 17 anos).

“Então, foi a necessidade de conhecer o mercado de trabalho, que eu nunca tive uma experiência... eu queria ver como que era esse mundo empresarial e adquirir conhecimento e crescer futuramente”. (Aprendiz, 18 anos)

“Acho que eu vim buscar novos conhecimentos... vim me preparar para o primeiro emprego, porque eu sabia que o quanto... mais cedo eu ingressasse, mais cedo eu ia ter uma resposta, ia ter um amadurecimento, acho que foi isso”. (Estagiário, 15 anos-Entrevista coletiva)

4.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E ESCOLA

4.3.1 O Trabalho

Estudos demonstram que a representação do trabalho para jovens trabalhadores consiste em compromisso, responsabilidade e amadurecimento. Esses fatores estão

relacionados ao reconhecimento do seu papel de trabalhador no contexto familiar, o que exige ao mesmo tempo o desenvolvimento de sua autonomia e independência, tornando-os provedores de suas necessidades financeiras pessoais e da família (AMAZARRAY et al., 2009; GUIMARÃES e ROMANELLI, 2002; FISCHER et al., 2003; SOUZA e ALBERTO, 2008; OLIVEIRA et al., 2010).

Outros aspectos determinantes para o ingresso na atividade laboral apontados por OLIVEIRA e ROBAZZI (2001) ressaltam a ideologia em relação ao trabalho, que considera essa atividade nobre, uma panacéia para todos os males, a remissão do crime e marginalidade e até mesmo como única fonte de aquisição de bens e meios de subsistência.

Desse modo, o trabalho é incentivado pela família e sociedade como um fator decisivo para o jovem conseguir um futuro com melhores condições de vida e afastar-se da marginalidade (SOUZA e ALBERTO, 2008).

Esses apontamentos foram também observados neste estudo. Os Aprendiz e estagiários relataram ingressar na atividade laboral em busca de melhorias das condições financeiras individuais e da família ou para adquirir experiência e conhecimentos sobre o mercado e ambiente profissional. Contudo, também foi observado que após ingressar na atividade laboral esses jovens se depararam com situações adversas, principalmente em relação às atividades desenvolvidas por eles nas empresas.

4.3.1.1 Expectativas em relação ao ingresso no trabalho

Os Aprendizes e estagiários apresentaram diferentes perspectivas em relação ao que esperavam do primeiro emprego e o que de fato aconteceu após o ingresso no trabalho. Em alguns casos constatou-se que as expectativas foram correspondidas à medida que a realização da atividade laboral contemplava o que o jovem pretendia encontrar no ambiente profissional, nas seguintes falas:

“Eu acho que esperava exatamente o que aconteceu. Que eu tivesse uma chance de... tanto me aprimorar, quanto adquirir conhecimento novo, novo desafio”. (Estagiário, 18 anos)

“Olha, de primeiro momento eu esperava que fosse um monstro de sete cabeças, é porque do jeito que todo mundo falava, né? Mas depois que eu entrei na empresa, eu não vivo mais sem trabalhar. Então, pra mim é muito gratificante trabalhar”. (Aprendiz, 18 anos)

Verificou-se que alguns jovens idealizaram o mercado de trabalho diferente do que encontraram quando contratados. Nesse sentido, as dimensões negativas parecem estar relacionadas às dificuldades enfrentadas por esses grupos ao conciliar várias atividades profissionais e pessoais, relatando sentirem-se estressados e pressionados para corresponder as exigências das empresas, conforme exemplos a seguir:

“Enquanto eu tava aqui... enquanto eu tava fazendo o curso, era uma visão diferente. Você acha que tudo é bonito, é tudo muito lindo, tudo perfeito. Depois quando você começa... você começa a ver as coisas, né? Não que o trabalho seja ruim, mas tudo compete pra que fique estressante assim, sabe? Pegar ônibus de manhã é estressante,

você voltar a tarde do serviço é estressante, você não conseguir fazer seu serviço direito é estressante, tudo começa juntar e formar uma bola de neve”. (Estagiária, 18 anos)

“Eu não tinha muito uma visão de do mercado de trabalho, por nunca ter entrado nele. Então, eu não tinha uma visão feita, ainda dele. Ele é diferente, ele é desgastante, exige muito de você, da sua saúde mental, não mais do físico, mas do mental. Porque você se estressa, às vezes você não tem o direito de se expressar, então acaba desgastando sua... sua mente, sua saúde mental”. (Aprendiz, 16 anos)

“De fato aconteceu a independência, mas, eu também não tenho mais aquela vida social que eu tinha antes, que era sair pra escola depois podia voltar pra casa. Eu podia ter mais relacionamento com as pessoas na minha volta”. (Aprendiz, 17 anos)

Esses resultados são contemplados em outros estudos sobre as dificuldades apresentadas pelos jovens trabalhadores para administrar as tarefas laborais, escolares e pessoais. Esses fatores que podem contribuir para o isolamento social, uma sobrecarga de responsabilidades além de suas capacidades em detrimento de momentos de lazer, estudo e convívio social condizentes com seu processo de desenvolvimento (AMAZARRAY et al., 2009; OLIVEIRA et al., 2005; FISCHER et al., 2003; CAMPOS e FRANCISCHINI, 2003; OLIVEIRA e ROBAZZI, 2001).

Alguns Aprendizes e estagiários relataram encontrar após o ingresso no trabalho um ambiente de exigências e fatores estressantes, dificuldades para conciliar o tempo e a sobrecarga de trabalho. Mediante esse quadro, identificamos em alguns casos, que existem divergências entre as concepções das empresas sobre as atividades laborais que esses jovens podem ou não realizar quando ingressam na empresa, um exemplo pode ser observado nos seguintes relatos:

“Assim, quando entrei lá eu não sabia nada, né? E tal. E aí eu entrei lá, achando que eu ia ser...trabalhar bastante e tal. Aí não foi o que aconteceu. Eu cheguei lá e fiquei meio parado. A única coisa que eu fazia lá era... tirar umas cópias pra uma mulher”.
(Aprendiz, 17 anos)

“Esperava uma coisa bem mais puxada, achava que... eu achei que iam me cobrar bem mais de mim. Mas não foi tudo isso, foi tranquilo, mas eu esperava muito mais cobranças da minha pessoa, mas não aconteceu”. (Estagiário, 15 anos)

“Então eu tenho é... uma coisa que eu... que eu não esperava, é eu ter tanta responsabilidade do que eu tenho. Muita. Do que ser um simples menor aprendiz, que eu faço coisa que um... efetivo mesmo da empresa não faz. Entendeu? Não... sabe nem o que é”. (Aprendiz, 17 anos – Entrevista coletiva)

“Sempre tem uma exigência, é pra ontem isso, você fica exausto, não tem cabeça pra... tem hora que você fica até sem almoçar pra terminar o seu serviço. Isso acontece várias vezes. Eu também não imaginei... eu não imaginava que ia ser tão pressionada assim a esse ponto”. (Estagiária, 16 anos)

Dessa forma, verificou-se por meio desses discursos uma divergência entre as atividades laborais desenvolvidas na empresa e a prevista na legislação vigente para esses grupos.

4.3.1.2 Atividades desenvolvidas pelos jovens Aprendizes e estagiários

Contatou-se que 58% dos jovens Aprendizes e estagiários trabalhavam no setor de prestação de serviços: telecomunicações, advocacia, contabilidade, telemarketing, entre outros. Outros 42% trabalhavam em diferentes setores como, indústria farmacêutica e de confecção de roupas, seguradoras, material de construção, metalúrgica e outros. Do total, 60% atuavam na área administrativa, desenvolvendo atividades como: arquivo e expedição de documentos, manuseio de máquina de fotocópias, recepção e atendimento ao cliente, entradas e baixas de serviços em sistemas, elaboração de planilhas e digitação de documentos, envio e recebimento de malotes, entre outros (Figuras 5 e 6).

Figura 5: Distribuição dos jovens aprendizes e estagiários e setores de trabalho. São Paulo, 2009.

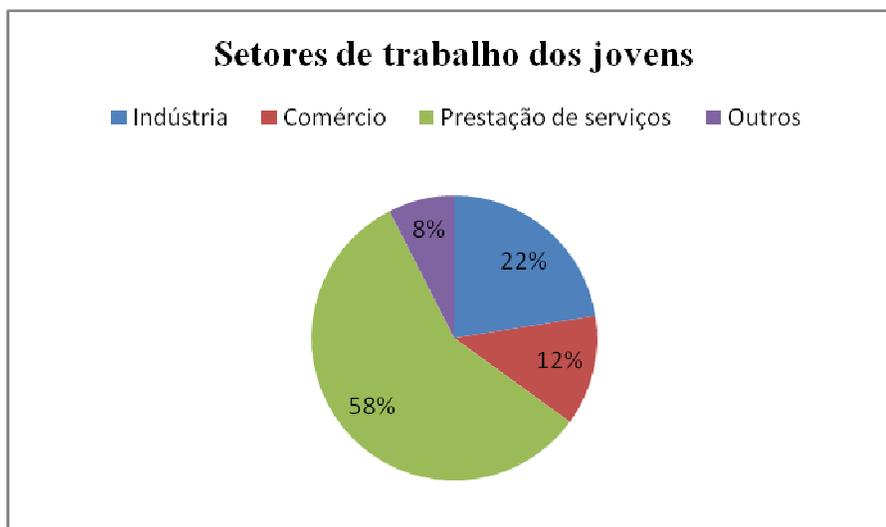
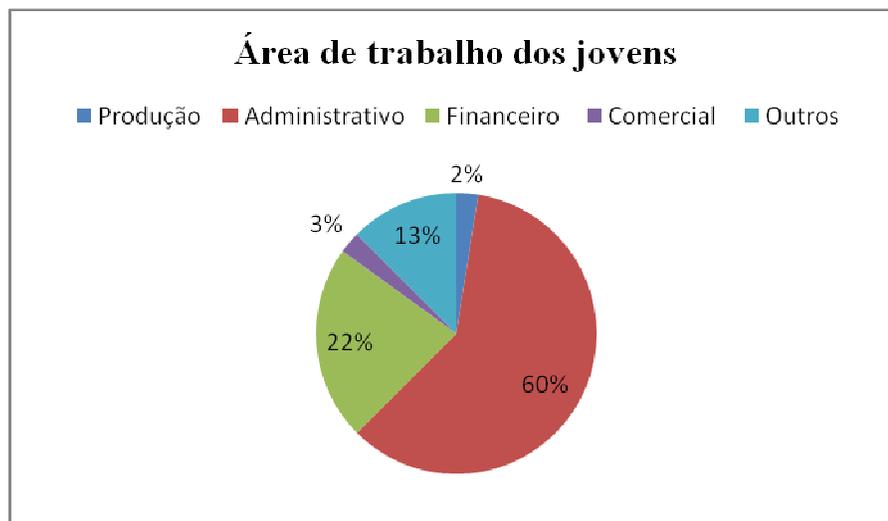


Figura 6: Distribuição dos jovens aprendizes e estagiários e área de atuação. São Paulo, 2009.



Os jovens aprendizes e estagiários relataram realizar atividades além das previstas na legislação⁵, como: substituir outros funcionários com cargos de chefia, de grande responsabilidade, respondendo por processos com exigências de um funcionário mais experiente, de acordo com o quadro 2.

⁵ Que contempla o trabalho educativo sobressaindo-se ao trabalho produtivo, gerando novos conhecimentos e possibilitando o preparo do jovem para construir uma identidade profissional (BRASIL, 1990).

Quadro 2: Atividades desenvolvidas na empresa pelos aprendizes e estagiários. São Paulo, 2009.

O que você faz? Aprendiz	O que você faz? Estagiário
<i>“Atualmente minha atividade é no almoxarifado, mas também presto serviço pro o estoque. Eu ajudo na organização e na identificação, ou seja, eu verifico se esta tudo ok no sistema, faço uma planilha e entrego para o meu chefe. Também faço solicitações de compra de peças quando falta, tudo isso”.</i>	<i>“Durante a semana, por exemplo, eu chego vejo se tem correspondência na mesa de gerentes, diretores, fico na recepção quando a recepcionista vai almoçar ou quando ela ta de férias, e quando uma das secretárias falta, eu também fico lá auxiliando as outras duas porque são três, ajudo na copa também, faço a relação de todos os itens da copa e controlo também”.</i>
<i>“Auxilio na elaboração e execução de projetos de qualidade de vida e responsabilidade social. Além de promover alguns eventos e reuniões”.</i>	<i>“Eu... faço de tudo um pouco. Eu sou recepcionista, mas eu faço atendimento telefônico, eu faço arquivo, eu dou apoio no RH, dou apoio na expedição. Então, tudo que sobra, cai na minha mesa”.</i>
<i>“Eu faço cotação de preço de material, mexo com nota-fiscal, é... acabaram me transferindo para um lugar só para auxiliar um comprador, porque quando eu entrei lá tinham três compradores e um comprador, ele teve que sair. Ai ficaram dois. Só que ai, todas essas empresas desse comprador passaram para eles dois. Ahn... e um comprador, ele não estava conseguindo, ai eles me chamaram para auxiliar ele”.</i>	<i>“É, eu faço a, eu trabalho na área administrativa, então quando, logo que eu entrei, eu fiquei uma semana tive que pegar todo o trabalho em uma semana, porque minha chefe entrou de férias. Ai fiquei uma semana fazendo tudo mais ou menos o que ela fazia né? Depois quando ela voltou, eu fiquei com a parte financeira, então eu mexo mais com relatórios, com dinheiro às vezes, com nota fiscal essas coisas, pagamento, mexo bastante com parte de dinheiro, então é bem estressante, bem estressante mesmo”.</i>
<i>“Eh... lá é mais o telefone, o telemarketing, né? Eh... o computador, eu passo a maior parte do tempo na frente do computador, e... é uma responsabilidade muito grande lidar com o cliente, e com... pessoas internas mesmo da empresa. Então tem que ter bastante jogo de cintura e... essa é a maior parte do tempo que eu fico lá, é no computador e no telefone”.</i>	<i>“O principal, sou office boy, trabalho na parte externa e interna, correio, banco, entregas particulares. Nos horários quando não estou no trabalho externo, trabalho dentro do arquivo, no arquivamento em pastas e abertura de processos”.</i>

Além dos relatos dos jovens sobre o que fazem no trabalho, observou-se que quando questionados sobre suas satisfações e insatisfações no trabalho, os aprendizes e estagiários relataram maiores insatisfações com os acontecimentos no ambiente profissional que caracterizam a utilização da mão-de-obra desses jovens de forma

inadequada e em desacordo com a legislação vigente para trabalho do jovem/adolescente, conforme quadro 3.

Embora esses jovens apresentem dificuldades para administrar várias atividades (pessoais, escolares e de trabalho), recebam salário mínimo e a composição da renda familiar seja baixa, quando questionados sobre o que os deixam insatisfeitos no trabalho, eles relataram que a falta de reconhecimento e a exploração do seu trabalho. Alguns aprendizes e estagiários também referiram que o contrário, o reconhecimento e a valorização do seu trabalho e seu empenho na realização de suas atividades os deixa muito satisfeitos.

Quadro 3: Satisfação e insatisfação no trabalho de aprendizes e estagiários. São Paulo, 2009.

Satisfação no trabalho	Insatisfação no trabalho
<i>“É em ver que tipo, as pessoas dão valor ao que eu faço, eu me sinto bem realizada sim, em ver que tipo, eu bem organizada, que fala nossa você conseguiu que bom, que bom”.</i>	<i>“O que me deixa insatisfeito? Ah, o que me deixa insatisfeito é... a mudança de, por exemplo, de trabalho instantaneamente. Assim, porque às vezes ele pede pra gente fazer um serviço novo e como a gente não tá acostumado, a gente produz pouco, o gesto reclama porque a gente tá produzindo pouco”.</i>
<i>“Elogios, fazer a pessoa falar assim:- Você fez bem feito, era desse jeito que eu queria, e você conseguiu alcançar as expectativas. É o que me, mais me deixa satisfeito no trabalho”.</i>	<i>“O que me insatisfaz, é a relação assim, da pessoa querer te sugar. Ela não tem piedade, assim, por mais que você já tenha dado o melhor de si: - Não, você consegue ainda. Vai que sai alguma coisa aí. É tipo uma laranja, né? Está te espremendo, chegou no bagaço, assim: - Não, tem um suquinho ainda, tem no meio. É... uma empresa, precisa ter lucro, mas a relação que as pessoas tem, assim, é muito fria, na minha opinião. Me insatisfaz, tudo isso”.</i>
<i>“Eh... a coisa mais gratificante que você tem é você receber um elogio. Eh... um exemplo, semana passada, eh... era um processo... que já tinha mais de um ano que já estava lá na... na... na empresa, e ninguém resolvia. Eu fui atrás, eh... corri atrás desse processo e acabei resolvendo. Foi muito gratificante, eh... você ouvir do... da pessoa: - Parabéns, você é um... é um funcionário muito eficiente, para mim é a coisa mais gratificante que tem”.</i>	<i>“É que às vezes lá confundem o estagiário como um efetivo. Nossa! Coloca responsabilidade em você que não é sua. Mas eles exigem que faça, se você faz errado, ainda brigam com você. E você não pode falar que porque você é um estagiário... Não pode. Ai você tem que ficar calado e ouvir a bronca. Mas é difícil você fazer um relatório perfeito, sendo que não passou por um efetivo, mas lá é assim, colocam a responsabilidade que não é sua, ainda”.</i>

Em relação ao aprendiz, a Lei nº 10.097 (BRASIL, 2000) Art. 403 destaca que, o trabalho desse jovem não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. Porém, observou-se em vários discursos a realização de atividades e procedimentos que exigem do jovem maior responsabilidade correspondentes às de um funcionário experiente, aspecto em desacordo com a lei.

Além disso, o Art. 428 da Lei nº 10.097, também destaca no 4º parágrafo, a formação técnico-profissional do jovem aprendiz, que deve ser caracterizada pelas atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho (BRASIL, 2000). Nessa perspectiva, verificou-se que os jovens desta pesquisa realizam atividades laborais além das estabelecidas na legislação, como apresentado no seguinte trecho:

“Na minha opinião, o aprendiz perdeu aquela imagem de... pessoa que tá ali para aprender, sabe? Eu treino pessoas que chegam lá, novas, a fazer determinadas coisas, então... só não aprendo. Chegando uma hora que a gente está ensinando, não é mais estar ajudando”. (Aprendiz, 16 anos – Entrevista coletiva)

Segundo Art. 10 do Decreto nº 5.598 no parágrafo 1º, ficam excluídas para o Aprendiz as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança. Fator em discordância, conforme relato de alguns jovens entrevistados nesta pesquisa, que executam atividades e procedimentos

não correspondentes com a Classificação Brasileira de Ocupação - CBO para programas de aprendizagem previstos no Decreto 5.598 e Portaria 615 (ANEXO 5) (BRASIL, 2005, 2007).

Em termos legislativos, o trabalho do Estagiário é acompanhado pela ONG sob perspectiva do Art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que determina: “O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada” (BRASIL, 1990).

COELHO (2005) ressalta que a compreensão do trabalho educativo é dividida entre o seu conteúdo e alcance. De acordo com esse autor, o Art. 68 - ECA permite ser interpretado como mera forma de ocupar jovens ou como intermediação de mão-de-obra geradora de renda para minimizar as dificuldades financeiras da família. Além desse aspecto, esse pesquisador alerta para os cuidados que devem ser tomados pelas instituições de capacitação e as empresas, para não configurar essa atividade como um programa social de renda mínima e exploração do trabalho do adolescente.

Conforme Art. 68 - ECA, no parágrafo 1º, entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo (BRASIL, 1990). Aspecto não condizente com a prática desenvolvida por alguns Estagiários desta pesquisa, observada no seguinte relato:

“Sou Office boy, trabalho na parte interna e externa, faço correio, banco, entregas particulares, dos sócios principalmente”.

E: E você transporta valores?

“Muito”.

E: Transporta dinheiro? Valores altos?

“Sim. Muitos malotes”. (Estagiário, 15 anos)

Essa atividade realizada pelo Estagiário denota uma maior utilização de mão-de-obra do jovem do que sua condição de aprendizagem, lhe atribuindo atividades com responsabilidade de um profissional mais experiente. De acordo com a legislação, o decreto nº 6.481 no item 72, proíbe aos menores de 18 anos as funções (de office boys, mensageiros e contínuos) que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco sua segurança. Dessa forma, evitando ao menor de idade consequências como: acidentes de trânsito, exposição à violência ou situações que gerem traumatismos, ferimentos, ansiedade e estresse (BRASIL, 2008).

O Art.68 - ECA também é discutido por OLIVEIRA (2009) em seu livro sobre o trabalho e profissionalização de adolescentes. Alguns pontos abordados pelo autor destacam que é educativo o trabalho quando:

- a) Há exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando;
- b) As exigências pedagógicas prevalecem sobre as da produção;
- c) Assegura condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

De acordo com OLIVEIRA (2009), o trabalho educativo não é uma atividade laborativa qualquer, deve estar inserida em um projeto que vise o desenvolvimento pessoal e social do educando. Segundo esse pesquisador, o Art. 68 apresenta uma ampla definição de trabalho educativo, permitindo que a entidade, que o tem por base de sua atuação, escolha a modalidade que melhor responder às necessidades dos jovens que atende. Podem, por exemplo, ser apontadas duas modalidades nessa perspectiva, a aprendizagem empresarial e o estágio profissionalizante, ambas, implicam em: o trabalho estar em conformidade com a legislação do trabalho de adolescentes, onde o aspecto pedagógico deve prevalecer sobre o aspecto produtivo.

Mediante o exposto, torna-se evidente a dificuldade encontrada pelas empresas, instituições que preparam jovens para o trabalho e pelo próprio adolescente, em compreender as dimensões do Art. 68 do ECA e da Lei nº 10.097, bem como as funções que podem ou não ser realizadas por esses jovens na empresa. Fato constatado por meio dos relatos de alguns Aprendizes e estagiários, que relataram realizar atividades onde os aspectos produtivos sobressaíram aos aspectos formativos/educativos.

4.3.1.3 Jornada de trabalho

Em relação à jornada de trabalho de jovens, podemos observar os seguintes apontamentos nas leis:

- Lei nº 10.097 (BRASIL, 2000) - "Art. 432. § 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o

ensino fundamental, se nelas já forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica, cuja proporção deverá constar em contrato. De acordo com essa lei, não é possível uma jornada diária de oito horas somente com atividades práticas.

- Lei nº 8.069 - ECA (BRASIL, 1990) – “Art. 67. IV. É vedado o trabalho realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola”.

Ao analisarmos a questão da jornada de trabalho na Tabela 8, vale reiterar que:

- A maioria dos Aprendizes trabalha oito horas/dia (durante quatro dias na semana na empresa), além de oito horas/dia (no Programa de Aprendizagem, uma vez na semana), totalizando uma jornada de 40 horas semanais;
- Alguns Aprendizes relataram trabalhar seis horas/dia (por cinco dias na empresa na semana), além das oito horas/dia (no Programa de Aprendizagem, uma vez na semana), somando 38 horas semanais;
- Um maior número de Estagiários trabalha oito horas diárias, completando uma jornada de 40 horas semanais.

Tabela 8: Distribuição dos jovens Aprendizizes e estagiários, segundo jornada de trabalho diária. São Paulo, 2009.

Jornada de trabalho diária	Aprendiz	%	Estagiário	%
De segunda a sexta feira				
06h	5	25	4	20
08h	9	45	16	80
De segunda a sábado				
06h	6	30	0	0
08h	0	0	0	0
Total	20	100	20	100

Nesse aspecto, os dados apresentados diferem do previsto na lei. A legislação vigente para o programa dos Aprendizizes, em âmbito nacional, determina no Art. 432 no parágrafo primeiro que: "O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

No município de São Paulo, bem como em outras grandes capitais do país, a locomoção desses jovens é inviável em horários de muita circulação de transportes e veículos automotivos de uma região para outra, com longas distâncias. Dessa forma, algumas empresas estão localizadas distantes da ONG, o que dificulta o jovem concluir uma jornada laboral na empresa, deslocar-se até a ONG para realizar as atividades do curso de aprendizagem e ainda frequentar a escola no período noturno.

Esses fatores também estão sendo discutidos em algumas reuniões do FOPAP-Fórum Paulista de Aprendizagem coordenado pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Estado de São Paulo. Esses encontros acontecem uma vez por mês, sediadas no próprio prédio do SRTE/SP. De acordo com a Superintendência Regional do Trabalho/SP a meta do Governo Federal é que 800.000 mil jovens ingressem no mercado de trabalho como Aprendizes até o final de 2010.

Assim, o ingresso do jovem aprendiz tem sido incentivado pelo Governo. Entretanto, algumas empresas são obrigadas a contratar aprendizes, de acordo com o percentual exigido por lei, o que contribui para um aumento do número de jovens aprendizes contratados, mas, sem um direcionamento específico e acompanhamento das atividades realizadas por esses, após sua inserção no trabalho. Além disso, a maioria dos jovens tem receio de levar essas situações (de exploração do trabalho) para a ONG com medo de perder a oportunidade de trabalho.

Embora a legislação favoreça os aspectos educativos e de aprendizagem, também permite diferentes interpretações, gerando dúvidas para as empresas contratantes e para as instituições que possuem programas de inserção de jovens no trabalho.

Essas diferentes interpretações podem ser identificadas à medida que a distribuição da jornada dos jovens Aprendizes e estagiários chega a 40 horas semanais. Esse fato pode prejudicar a frequência do jovem à escola, havendo uma incoerência entre a teoria prevista na lei, que favorece a aprendizagem sobre o aspecto produtivo, e a prática desenvolvida nas empresas.

Por outro lado, no caso do Aprendiz, na Lei nº 10.097 consta no Art. 433, terceiro parágrafo, a rescisão contratual pelas ausências injustificadas à escola que acarretarem perda do ano letivo para os estudantes do ensino fundamental e médio. Dessa forma, esses fatores merecem um olhar atencioso das políticas públicas, das instituições que preparam jovens para o mercado de trabalho, das empresas e demais órgãos de proteção ao trabalho infanto-juvenil.

Verificou-se em alguns casos, que a questão da jornada diária foi relatada quando questionados sobre outros aspectos do trabalho e da escola, demonstrando insatisfação com o horário de trabalho, como: chegar atrasado à escola, redução do tempo para alimentar-se adequadamente, maior cansaço físico devido a maior permanência em atividade laboral na empresa, sair em horários de “pico”, com maiores congestionamentos e transporte público com lotação máxima de passageiros, além de reduzir o tempo diário para fazer pesquisas e trabalhos escolares, conforme descrito nos seguintes relatos:

“O horário. Me deixa meio insatisfeito, que eu tenho que correr, sair correndo pra ir pra escola. Às vezes nem consigo jantar, entro na segunda aula, e também acordo muito cedo... o trabalho é longe, tem que pega... pra ir, chega rápido, tem que pega um ônibus, metrô, trem e outro ônibus, pra chega rápido, e transporte hoje é super lotado. Então, me deixa bem insatisfeito”. (Estagiário, 17 anos).

“Falta de tempo. Porque mesmo que dá tempo de ir pra escola, nunca dá tempo de fazer um trabalho ou outra... sempre fica pendente”. (Estagiária, 16 anos)

“Porque é muito difícil trabalhar e depois estudar. É... depende também do horário que você trabalha, se você trabalha das oito às cinco é muito difícil né? Porque se você

mora longe, você vai chegar em cima da hora, suado, não tem tempo de você passar em casa tomar um banho, arrumar alguma coisa”. (Aprendiz, 17 anos)

4.3.1.4 Horas extras

Observou-se por meio das análises, que cinco aprendizes e três estagiários (entre 15 e 20 anos), relataram realizar eventualmente entre uma e duas horas extras. As justificativas foram relacionadas à sobrecarga de trabalho, substituições de funcionários em período de férias, final de mês para fechamentos financeiros e emissão de relatórios da empresa.

Alguns jovens referiram realizar eventualmente até duas horas extras. O manual de Aprendizagem fornecido pelo Ministério do Trabalho para as instituições e empresas, consta no item 44 e no Art. 432 da lei da Aprendizagem: “em qualquer caso, a compensação e a prorrogação da jornada, são proibidas” (BRASIL, 2000).

No caso do Estagiário, observou-se nesse programa de inserção de jovens no trabalho que tem por base o trabalho educativo, que os jovens cumprem uma jornada além da prevista na Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008). Dessa forma, é importante ressaltar que essa lei também trata o estágio como ato educativo, porém prevê uma jornada de até seis horas diárias, fato que requer atenção das instituições envolvidas sobre o cuidado do aspecto produtivo não prevalecer sobre o educativo.

4.3.1.5 Pausas e intervalos

A maioria dos aprendizes e estagiários declarou ter uma pausa de uma hora para o horário de almoço, além de usufruírem de alguns intervalos durante o período de trabalho para tomar um café, beber água e ir ao banheiro, conforme as falas a seguir:

“Tenho só a pausa do almoço mesmo. Mas só que, a gente sempre está indo ao banheiro, bebe água”. (Estagiário, 15 anos –Entrevista Coletiva).

“Eu faço essas pausas, mais não que tenha determinado, mas às vezes, eu faço. Por exemplo, como eu trabalho sentado, eu levanto, tomo uma água, estico o corpo, alongo um pouquinho, uns cinco minutos e volto pra mesa, mais nada que esteja... determinado”. (Aprendiz, 17 anos)

Alguns jovens relataram realizar atividades de teleatendimento/telemarketing com uso de “*headfone*” e uma jornada de seis horas diárias com duas pausas de dez minutos cada e uma de vinte minutos. Além disso, também houve relatos de jovens nessa mesma função cumprindo uma jornada de sete horas diárias com uma hora de almoço, mas sem as pausas, demonstrado no seguinte trecho:

E: Durante o seu trabalho, você possui pausas e intervalos?

“Não, só o almoço”

E Quanto tempo?

“Uma hora” (Aprendiz, 17 anos – trabalha seis horas diárias de terça a sábado, em teleatendimento de cliente interno e externo)

A Norma Regulamentadora NR 17 da Portaria SIT nº 09, dá providências em relação às atividades de teleatendimento/telemarketing. O item 5 recomenda que a

organização do trabalho seja feita de forma que não haja atividades sábados e domingos, jornada de até seis horas diárias, duas pausas de dez minutos fora do posto de trabalho divididas em dois períodos, após os primeiros e antes dos últimos sessenta minutos de trabalho, bem como intervalo para repouso e alimentação de vinte minutos (BRASIL, 2002). De acordo com essa Norma as pausas e intervalo são fundamentais para trabalhadores nessa função, para prevenir sobrecarga psíquica, muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores e poder alimentar-se.

VILELA e ASSUNÇÃO (2004) em um estudo sobre os mecanismos de controle da atividade no setor do teleatendimento identificaram que os trabalhadores deste segmento estão submetidos a uma série de mecanismos de controle no trabalho como, controle do tempo de atendimento ao cliente, do volume de serviços realizados e dos resultados obtidos pelo teleatendente. Outras exigências relacionadas à atividade desse trabalhador correspondem a preenchimento de formulários de cada atendimento, registros eletrônicos em tempo real do atendimento, tom de voz e agilidade no atendimento supervisionado a todo o momento, são fatores que contribuem para o adoecimento desse trabalhador. As maiores queixas segundo dados apresentados nesse estudo são: cansaço e esgotamento. Fato que corrobora com os achados deste estudo com os jovens Aprendizes e estagiários.

Mediante esses fatores, observou-se que a empresas apresentam inconformidades em relação às atividades desenvolvidas por jovens aprendizes e estagiários, como: repetitivas, onde o aspecto produtivo prevalece sobre o aspecto educativo. Além disso, identificou-se a realização dessas atividades por jovens menores de dezoito anos, fato também divergente do previsto em lei para essa função, configurando a execução de

atividades laborais, não condizentes com o desenvolvimento físico, psíquico e moral, saudáveis para os jovens, conforme previsto nas Leis nº 10.097, 8.069, 5.452 (BRASIL, 2000, 1990, 1943).

4.4 ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS COM O TRABALHO

4.4.1 Treinamento, acidentes e doenças relacionadas ao trabalho

Em relação aos dados analisados sobre o treinamento, identificamos que, tanto os aprendizes quanto os Estagiários receberam informações sobre suas atividades laborais, mas relataram não se sentirem preparados/treinados para executar as tarefas a eles delegadas na empresa. Observou-se nesse contexto relatos que os jovens destacaram receber orientações somente direcionadas à atividade que iria realizar. Alguns casos, como na metalúrgica, os aprendizes relataram receber orientações gerais, abrangendo informações sobre o uso de equipamentos de segurança e sobre o ambiente que iriam circular.

Segundo CHIAVENATO (1998) o treinamento significa preparo da pessoa para o cargo e deve ser dividida com a área da educação que prepara a pessoa para o ambiente dentro ou fora do trabalho.

Muitos jovens entrevistados referiram receber orientações em curtos períodos, voltadas para as atividades administrativas que iriam realizar. Mediante esse quadro, os jovens apresentaram dificuldades para exercerem com desenvoltura suas tarefas,

sentindo muitas vezes, dúvida sobre qual decisão tomar em determinados procedimentos. Alguns jovens relataram que suas atividades “não apresentam riscos”, portanto, não necessitar de um treinamento específico ou intensivo. Fato que pode contribuir para a ocorrência de acidentes ou o surgimento de doenças relacionadas com o trabalho.

Aprendizes e estagiários relataram a falta de treinamento e a necessidade de “se virar”, muitas vezes sozinhos na empresa. Além disso, observou-se que nesses casos, os jovens apresentaram maior dificuldade para identificar a ocorrência de acidentes e conseqüentemente na identificação e formas de se proteger. Fato que pode ser observado nos Quadros 4 e 5 .

Quadro 4: Relatos dos aprendizes sobre treinamento e acidentes. São Paulo, 2009.

Treinamento	Machucou no trabalho	Por que acha que não se machucou no trabalho
<p><i>“Não. De ensinar a tarefa que eu ia realizar, agora, treinamento não, treinamento, treinamento específico não. Foi só aquele básico que é te ensinar como é que faz, mas treinamento, não”.</i></p> <p><i>“Não tive nenhum treinamento, foi direto, me deram o head e falaram assim, ó você vai atender porque a gente precisa, eu sei que você não sabe, mas tem que ir”.</i></p> <p><i>“O resto eu fui desenvolvendo com o tempo, cada passo que eu teria que tomar, isso foi uma coisa que, foi difícil, cada passo eu teria que tomar eu ficava com dúvida de fazer alguma coisa errada.”</i></p>	<p><i>“Sim, mais não seria bem machucar, seria cortar os dedos no, no arquivo”.</i></p> <p><i>“Então, é o problema que eu, eu tenho no ombro mais ainda não sabemos se é por causa da posição no trabalho ou se foi algum movimento que fiz no, no passado. O meu músculo tá inflamado pode ser a posição no trabalho é...assim, é... poderia ser o começo de tendinite mais não é, é mialgia”.</i></p> <p><i>“Machucar não, mas já tive, acho... foi dois dias fiquei com muita dor nas costas, que eu não fui trabalhar, ficava o tempo inteiro sentada lá, eu não consegui ir trabalhar”.</i></p>	<p><i>“Ó, ao meu ver, eu presto muita atenção, presto muito atenção na onde que eu to”.</i></p> <p><i>“Porque não tem tantas, é... risco, não tem tanto risco de acidente, também por tomar muito cuidado”.</i></p> <p><i>“Por é..., não sei, assim, não teve sei lá algum deslize pra tipo eu cair, acho que lá é bem assim estruturado não sei, não, não cai, nunca cai, me machuquei assim grave”.</i></p> <p><i>“Então, porque eu fico sentada e não tem como ter muito movimento, então acho que é por isso”.</i></p>

Quadro 5: Relatos dos estagiários sobre treinamento e acidentes. São Paulo, 2009

Treinamento	Machucou no trabalho	Porque acha que não se machucou
<p>“Não foi... não foi um treinamento, a pessoa me explicou basicamente o que eu teria que fazer e eu fui aperfeiçoando. Só que a pessoa que tava fazendo esse cargo não me explicou muito bem então eu tive que me virar um pouco sozinha”</p> <p>“Sim, mas... muitas das partes eu tive que... trabalhar sozinho... eu tive que me virar. Porque a outra pessoa passou para o... a pessoa que me treinou, ela também estava sendo treinada”</p> <p>“Treinamento... não. Houve um acompanhamento, é... do encarregado, me ensinando a tarefa e sempre que eu tenho dúvida, eu posso recorrer a ele. Mas um treinamento não”</p>	<p>“Já. Com a guilhotina, a guilhotina era nova e eu não tinha muita experiência com ela, e uma coisa dela também, que ela estava muito solta aquela alavanquinha, aí... se soltava no ar ela descia com tudo”.</p> <p>“Ah, cortezinho assim, às vezes eu to manuseando alguma coisa que corta papel, e às vezes acabo me arranhando alguma coisa assim”</p> <p>“Já. No trajeto, acidente de trajeto. Na porta do ônibus fechou no meu braço. O ônibus estava muito lotado e acabou fechando em... no trajeto, mas... mas... nada sério”</p> <p>“Ah, papel dá uma rasgadinha assim no dedo, mais não foi nada demais, machucar, machucar, não machuquei não”</p>	<p>“Por... ah... eu acredito que eu não corra muitos riscos, nada de mais assim. Já torci o pé na rua, mas nada no trabalho assim, nada dentro do trabalho”.</p> <p>“Porque só fico sentada no computador, ou então levanto pra ir na impressora mas nunca me machuquei, eu acho assim, às vezes eu sinto um pouco de dor de tendinite que eu já tinha de ficar digitando, digitando o dia inteiro, então, às vezes tem dia que eu saio com o braço doendo, mas me machucar de me ferir, sangrar essas coisas não”.</p> <p>“Por atenção. Atenção e por não estar, eh... encarregado de tarefas de alto risco. Sempre em circulação, ou sentado, sobre digitação, tabelas e Excel, então por esse motivo”</p>

Os relatos dos aprendizes e estagiários demonstram diferentes percepções sobre as condições de trabalho: o ambiente, as atividades desenvolvidas, bem como na identificação de acidentes ou doenças relacionadas com o trabalho. Muitos jovens apresentaram dúvidas sobre dores musculares e a relação com a atividade laboral, embora, relataram digitar ou ficar sentando em frente ao computador por longos períodos. Além disso, a maioria dos jovens abordou a questão de não ter se machucado

ao fato de “ter atenção”. Dados que corroboram com o estudo de NAGAI et al. (2007), sobre adolescentes trabalhadores e acidentes de trabalho. Essa equipe de pesquisadores destacou que, os adolescentes entrevistados em um colégio público de São Paulo, capital, apresentaram discursos semelhantes aos desta pesquisa, como: acidentes acontecem por descuido do funcionário.

O trabalho desse grupo de pesquisadores também destacou que os jovens pesquisados referiram a falta de treinamento ocasionar acidentes de trabalho. Esse dado não foi identificado nessa pesquisa, os jovens Aprendizes e estagiários não relataram episódios de acidentes relacionando-os a falta de treinamento. Nesse sentido, a falta de treinamento não possibilita ao jovem o conhecimento necessário para identificar e consequentemente proteger-se dos possíveis riscos de suas atividades laborais, como: postura inadequada, utilização de equipamentos como “*headfone*” sem orientações específicas, longos períodos desenvolvendo atividades repetitivas.

Esses dados são relevantes, demonstra a necessidade de se incluir na legislação, nas grades curriculares dos cursos de inserção no primeiro emprego, nas empresas, o treinamento adequado para que o jovem possa se prevenir e se proteger de possíveis riscos no trabalho e realizar suas atividades laborais em compatibilidade com seu processo de desenvolvimento físico e psíquico, saudáveis.

ASMUS et al. (1996) destacam que, apesar da extensa legislação que protege o adolescente trabalhador, frequentemente as leis que regulamentam o trabalho de jovens não são cumpridas, permanecendo os indivíduos sujeitos às condições lesivas ao seu desenvolvimento biopsicossocial. Esses pesquisadores também ressaltam a importância

de uma maior fiscalização do cumprimento da legislação, para a proteção do jovem, de condições inadequadas de trabalho.

4.4.2 Fatores prejudiciais à saúde

Somente quando foram questionados sobre que fatores ambientais e das suas atividades de trabalho podem prejudicar sua saúde, os Aprendizes e estagiários relataram alguns fatores que acreditam ser lesivos a sua saúde, a médio e longo prazo.

Nesse aspecto, o ar condicionado foi citado por um grande número de jovens, seguido de dores musculares decorrentes dos longos períodos que desenvolvem atividade no computador, atividades repetitivas, carregar peso, estresse para corresponder as exigências da empresa, longas distâncias para chegar ao trabalho e na escola. Conforme demonstrado nos seguintes relatos:

- Ar condicionado: desconforto térmico

“Um deles é o ar condicionado. Uma vez já aconteceu que eu tava trabalhando, eu tava num ambiente mais quente, depois eu fui trabalhar de baixo do ar condicionado e não percebi que tinha aquilo ali, eu fazendo serviço... aí acabou que inchou uma veia do peito, eu tive que ir pro, pro hospital não tava conseguindo respirar”. (Aprendiz, 17 anos).

- Carregar peso

“Eu acredito que, de vez em quando eu tenho que carregar muito peso, não muito peso, carregar caixa, por exemplo, aí acredito que isso prejudica muito porque eu tenho um certo probleminha na coluna cervical”. (Estagiária, 15 anos)

- Dores musculares: longos períodos em frente ao computador

“Bom... tem o fator assim, que acho que muitos que tem isso, é de ficar muito sentado né? Às vezes a cadeira é desconfortável, teve um tempo que eu tive uma dor nas costas porque eu ficava muito sentada, numa posição que não era agradável, então eu tinha dor nas costas”. (Aprendiz, 16 anos – Entrevista Coletiva).

- Dores de cabeça: longos períodos em frente ao computador

“Mais assim, dor de cabeça, o olho começa a arder de vez em quando entendeu? (Estagiário, 17 anos – Entrevista coletiva).

- Estresse: mesmas exigências de um profissional experiente e sobrecarga de atividades

“Sempre existem. Eh... como eu havia dito, a pressão, o estresse, eh... faz muito mal, a ingestão de... a alimentação em si. Você acaba eh... ingerindo muito café, se alimentando não devidamente, porque você tem muita... muitas vezes você tem que alimentar... se alimentar rápido, e... e no caso de... porque também... algumas vezes eu faço trabalho externo”. (Estagiário, 18 anos)

- Atividades repetitivas

“Se for assim, olhar pelo esforço mesmo repetitivo, acho que poderia futuramente, não agora se eu não me cuidar, dar alguma relação a LER mesmo, alguma doença de esforço repetitivo. Porque você fica muito tempo digitando e atendendo, então se for no futuro vai ser referente a isso”. (Aprendiz, 18 anos)

4.5 A SAÚDE

No que tange a relação, trabalho e saúde, FRANKLIN (2001) destaca que crianças e adolescentes apresentam fatores mais vulneráveis aos riscos do trabalho precoce, como: imaturidade e inexperiência, distração e curiosidade naturais à idade, desconhecimento dos riscos do trabalho, tarefas inadequadas a sua capacidade física, locais e instrumentos de trabalho desenhados para adultos.

Nesse sentido, GOMES e MEIRELLES (1997) ressaltam que a realização de atividades laborais inadequadas à saúde e ao desenvolvimento físico do adolescente pode contribuir para o surgimento de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho.

4.5.1 Hábitos e estilo de vida nos períodos anterior e posterior do ingresso no trabalho

À medida que o jovem trabalhador torna-se provedor de suas necessidades financeiras pessoais, também assume o papel de consumidor (GUIMARÃES e ROMANELLI, 2002). Nesse sentido identificou-se que alguns hábitos e estilos vida alteram-se após o ingresso no trabalho, possivelmente, pela aquisição do salário.

Por meio dos dados (Tabela 9), observa-se que 50% dos jovens praticavam alguma atividade física antes de ingressar no trabalho; destes, 4 deixaram de praticar, provavelmente devido a falta de tempo relatada. Além disso, no período anterior ao trabalho 16 jovens faziam uso de bebidas alcoólicas, quadro que aumenta em mais 4 participantes no período posterior, totalizando 50% do total, consumidores de bebidas

alcoólicas. O número de participantes consumidores de café manteve-se tanto no período anterior, quanto no período posterior ao ingresso no trabalho. Dos 33 jovens que consumiam refrigerante antes do trabalho, somente 1 deixou de consumir depois de começar a trabalhar.

Tabela 9: Distribuição dos Aprendizes e estagiários antes e depois do ingresso no trabalho, segundo hábitos e estilo de vida. São Paulo, 2009.

Hábitos e estilo de vida	Antes do ingresso no trabalho		Depois do ingresso no trabalho	
		%		%
Atividade física				
sim	20	50	16	40
Fumo				
Sim	3	7,5	2	5
Uso de Bebida alcoólica				
Sim	16	40	20	50
Café				
Sim	23	57,5	23	57,5
Refrigerante				
Sim	33	82,5	32	80

De acordo com os dados referidos pelos jovens, a maioria consome raramente bebidas alcoólicas em festas, “baladas” e eventos, entre 660 ml a 1 litro por pessoa, as bebidas mais consumidas são: vodka, cerveja, batida e vinho.

O consumo de substâncias como: café, refrigerantes, bebidas alcoólicas são abordados também por TEIXEIRA et al. (2007). Estes pesquisadores destacam que essas substâncias podem contribuir para a alteração da condição de alerta. Nesse aspecto, ao analisarmos os dados relatados sobre o consumo de café e refrigerante, identificou-se que 14 jovens que consumiam entre quatro vezes na semana e todos os dias, em torno de 1 copo de 200 ml de café e a mesma quantidade de refrigerante, relataram menor média (5,9) de sonolência durante o dia no período de trabalho (escala analógica visual-VAS).

4.5.2 Sono

Uma pesquisa realizada por TEIXEIRA et al. (2007) referente às consequências da privação do sono em estudantes trabalhadores, demonstrou que a jornada de trabalho e estudo está associada à redução do tempo para dormir. Isto contribui para o aumento da sonolência no período de aula noturno, o que pode interferir no rendimento escolar e na qualificação profissional baseada em seus estudos em uma escola pública de São Paulo, capital.

FISCHER et al. (2003) destacam que o fato de acordar mais cedo para trabalhar e ir dormir mais tarde para estudar, estão associados a uma privação parcial do sono do jovem. Segundo esses pesquisadores essa privação parcial do sono noturno durante os dias da semana podem contribuir para que o jovem sinta-se mais sonolento nos períodos de trabalho e na escola.

Esses dados corroboram com os resultados dessa pesquisa, conforme demonstram as Tabelas 10 e 11.

Tabela 10: Distribuição dos Aprendizes e estagiários, segundo horário de dormir e acordar no período anterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009.

Dias da semana	Aprendizes e	
	Estagiários	%
De segunda a quinta		
Entre 22h e 07h	08	20
Entre 23h e 08h	10	25
Entre 00h e 09h	22	55
De sexta pra sábado		
Entre 22h e 08h	03	7,5
Entre 23h e 09h	09	22,5
Entre 00h e 10h	28	70
De sábado para domingo		
Entre 22h e 08h	04	10
Entre 23h e 09h	07	17,5
Entre 00h e 10h	29	72,5
De domingo para segunda		
Entre 22h e 08h	13	32,5
Entre 23h e 09h	11	27,5
Entre 00h e 10h	16	40

Devido ao curso de preparação para o mercado de trabalho antes, de serem encaminhados para empresas, os jovens já mantinham uma jornada dupla, curso e escola. Portanto, 55% dos jovens já dormiam em horários mais tarde de segunda a

quinta-feira, por volta de 00h00 e 01h e acordavam mais cedo, aproximadamente às 06h e 07h, da manhã.

Tabela 11: Distribuição dos Aprendizes e estagiários, segundo horário de dormir e acordar no período posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009.

Dias da semana	Aprendizes e Estagiários	
		%
De segunda a quinta		
Entre 22h e 07h	00	-
Entre 23h e 06h	07	17,5
Entre 00h e 05h	33	85,5
De sexta pra sábado		
Entre 22h e 08h	02	5
Entre 23h e 09h	05	12,5
Entre 00h e 10h	33	82,5
De sábado para domingo		
Entre 22h e 08h	07	17,5
Entre 23h e 09h	06	15
Entre 00h e 10h	27	67,5
De domingo para segunda		
Entre 22h e 07h	21	52,5
Entre 23h e 06h	12	30,0
Entre 00h e 05h	07	17,5

Após o ingresso no trabalho, durante a semana de segunda a quinta-feira, nenhum jovem relatou dormir antes das 23h e 85,5% referiu dormir entre 00h e 05h da manhã. Conforme esses dados, essa redução do período do sono noturno também pode acontecer devido a frequência a escola à noite e pela necessidade de fazer trabalhos

escolares quando chegam em casa depois da aula, conjuntamente com o horário de acordar mais cedo, dada as longas distâncias percorridas para chegar no trabalho.

4.5.3 Fatores relacionados ao sono antes e depois do ingresso no trabalho

Em relação aos dados dos questionários sobre a questão de problemas relacionados ao sono nos períodos: anterior e posterior ao ingresso na atividade laboral. Jovens Aprendizes e estagiários referiram algumas mudanças conforme demonstrado nas seguintes figuras:

Figura 7: Dificuldades para pegar no sono. São Paulo,2009.

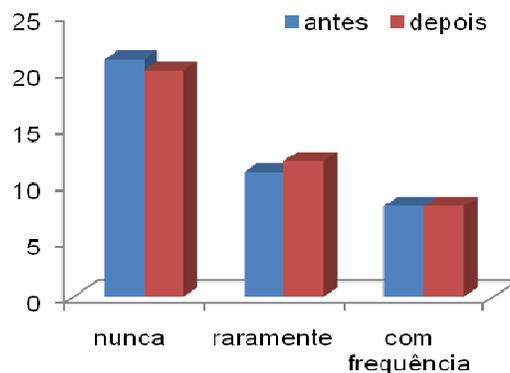


Figura 8: Acordar no meio da noite e sentir dificuldade para voltar a dormir. São Paulo,2009

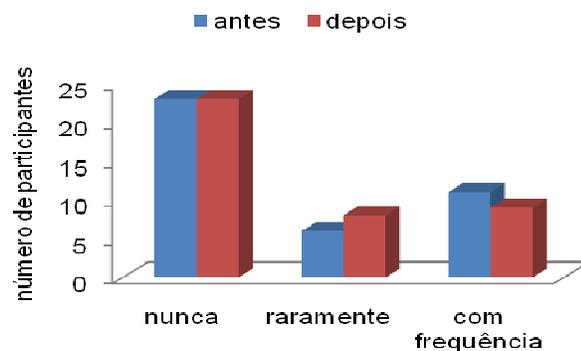


Figura 9: Acordar muito cedo e não conseguir voltar a dormir. São Paulo, 2009.

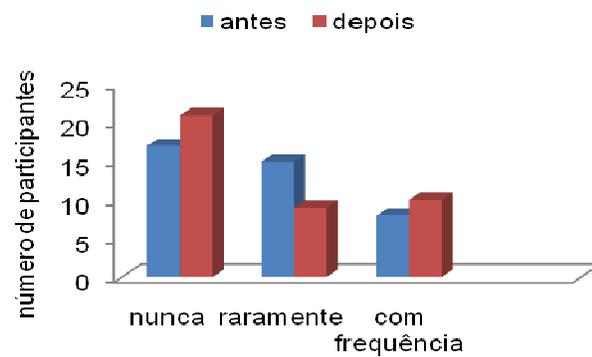


Figura 10: Acordar muitas vezes, mas, frequentemente voltar a dormir. São Paulo, 2009.

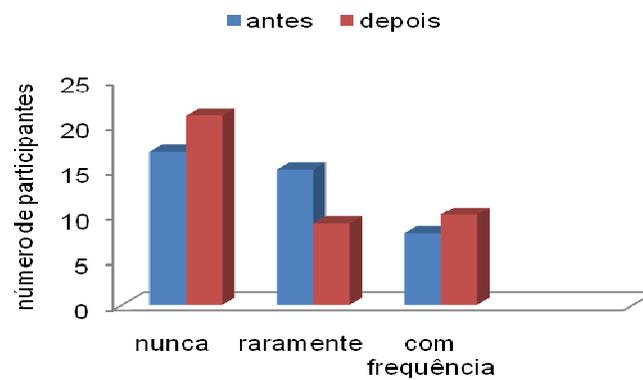


Figura 11: Ter ataques de sono durante o dia (períodos repentinos de sono que não pode resistir). São Paulo, 2009.

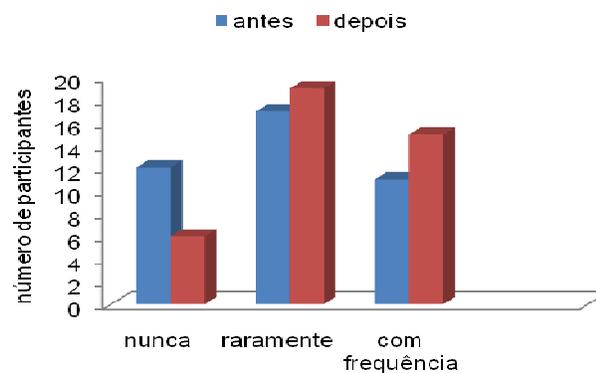


Figura 12: Precisar de muito mais tempo do que as outras pessoas da casa, para acordar pela manhã. São Paulo, 2009.

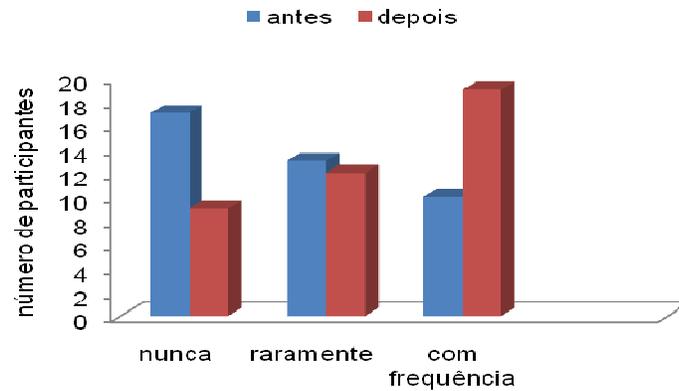


Figura 13: Dormir demais ou durante muito tempo à noite. São Paulo, 2009.

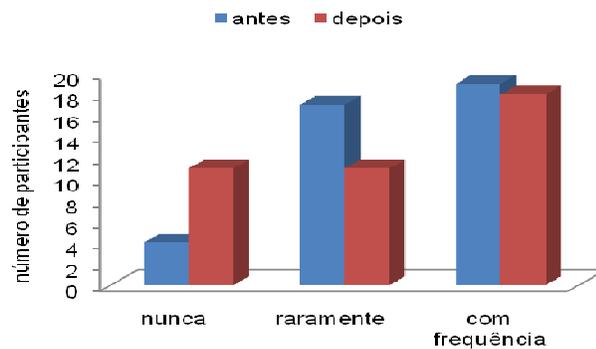


Figura 14: Dormir demais ou durante muito tempo ao dia. São Paulo, 2009.

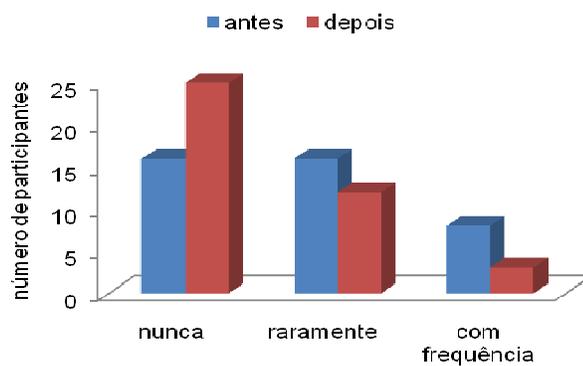


Figura 15: Sentir-se cansado ou muito sonolento durante o dia . São Paulo, 2009.

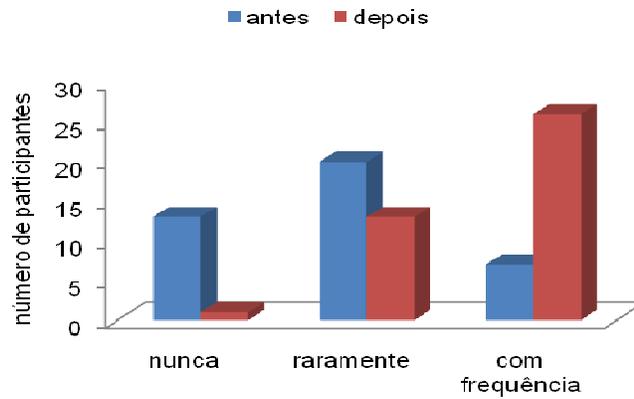
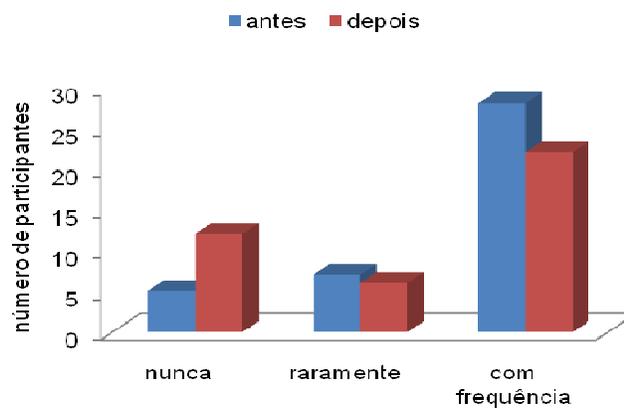


Figura 16: Dormir o suficiente. São Paulo, 2009.



4.5.4 Escala de sonolência

Embora aplicada apenas uma vez, no momento do preenchimento do questionário, foi possível identificar as médias no Quadro 6, em relação à sonolência

referida pelos jovens durante o período do trabalho, o período da escola à noite, e o período nos dias que estavam nos programas de estágio e aprendizagem na ONG.

Quadro 6: Médias da escala analógica visual de sonolência referida (VAS 0-10 cm).

ONG	Escola	Trabalho
5,70	3,82	5,80

(0) _____ (10)

Muito sonolento

Nenhum pouco sonolento

Os Aprendizes e estagiários referiram maior sonolência no período noturno durante as aulas na escola. As longas jornadas de trabalho e os longos trajetos percorridos até chegar à escola, contribuem para uma maior sonolência do jovem durante as aulas na escola.

Esses resultados também foram encontrados por FISCHER et al. (2003), que apontam que a dupla jornada, trabalho e estudo, com um grande fator que obriga os jovens a acordarem muito cedo, e irem dormir tarde, contribuindo para uma redução crônica da duração do seu sono noturno. Além disso, esse grupo de pesquisadores verificou que os débitos de sono podem ser responsáveis pelos problemas de atenção e concentração durante as aulas, com risco de baixo nível de desempenho escolar, além da

maior incidência de uso de substâncias estimulantes para permanecerem acordados nos períodos de aula.

4.5.6 Condições de saúde (últimos 30 dias)

Em relação ao aspecto da condição de saúde nos últimos trinta dias, 40% dos jovens relataram ficar doente, e 56% destes, relataram uso de medicamentos. Os dados referidos pelos jovens em relação aos sintomas nos últimos trinta dias são: dores musculares, dores de cabeça, gripe e resfriado, tontura e fraqueza, doenças respiratórias, doenças gastrointestinais e estresse.

4.5.7 A saúde nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho

Os dados referentes à percepção dos jovens em relação às suas condições de saúde, nos períodos, anterior e posterior, ao ingresso no trabalho, demonstraram que um maior número, de Aprendizes e estagiários, relatou que sua saúde piorou após o ingressar na atividade laboral. Contudo, alguns jovens referiram que sua saúde melhorou devido aos maiores cuidados com a alimentação, por ter acesso a atendimentos clínicos, devido aos recursos financeiros (salário) e planos de saúde ofertados pelas empresas. Estes dados que podem ser observados no Quadro 7.

Quadro 7: A saúde dos Aprendizes e estagiários, nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009.

	Comparando a saúde, antes e depois do ingresso no trabalho
Melhorou	<i>“Hum... eu acho que comecei a me cuidar melhor, não desenvolvi nenhuma doença, não tive nenhuma coisa assim, muito grave. Mas comecei a me cuidar melhor agora, por ter mais oportunidade de fazer tratamento, essas coisas”</i> (Aprendiz, 17 anos – Entrevista coletiva)
Piorou	<i>“Piorou bastante. Fiquei com... eu não... nunca fui assim de ficar com resfriado, eu resfriado direto agora. Dor de cabeça, por causa do frio [ar condicionado]. Fiquei muito mal mesmo, comecei a... ter uma tontura e tal”</i> (Aprendiz, 16 anos). <i>“Piorou um pouquinho, que eu era mais viva, sabe? Tinha mais ânimo. Depois que eu comecei a trabalhar, eu não sei, a minha mãe olha... olhava para mim, teve uma... umas semanas atrás que olhava para mim e me sentia morta, sabe? Espírito morto, cansado, sem vida?”</i> (Estagiária, 16 anos)
Ficou na mesma	<i>“Ficou na mesma, eu assim, às vezes me sinto mais cansada, tipo eu até dei uma emagrecidinha, por conta... de tipo antes eu só ficava em casa dormia, comia, agora eu já tenho outra rotina e aí a gente já fica mais preocupada, e aí não notei nenhuma grande diferença não”</i> (Aprendiz, 18 anos)

Esses dados corroboram com o estudo de MEIRELLES (1997), sobre adoecimento e acidentes com crianças e adolescentes trabalhadores. Segundo essa autora, o capitalismo trouxe formas de organização do trabalho que contribuem para repercussões na vida de jovens trabalhadores, interferindo no seu processo de crescimento e desenvolvimento, expondo-os à situações de riscos e vulnerabilidade à aquisição de doenças relacionadas com a atividade laboral.

GOMES e MEIRELLES (1997), também destacam que muitos jovens, no Brasil, trabalham em condições abusivas de exploração e de perigo. Nesse sentido, apontam os

autores, que os riscos do trabalho precoce não são somente os fatores externos e imediatos, mas também, àqueles que ameaçam seu desenvolvimento ao longo do tempo, tanto físico, quanto psicossocial.

4.6 A ESCOLA

SOUSA e ALBERTO (2008) descrevem em um estudo a importância de frequentar a escola, como fator decisivo para conseguir um trabalho melhor, que futuramente proporcione melhores condições financeiras e de vida mais dignas. Esses autores também identificaram que crianças e adolescentes trabalhadores são privados de condições essenciais para o desenvolvimento humano, principalmente às relacionadas ao aspecto educativo como, frequentar a escola, momentos de troca e lazer, limitações das aquisições cognitivas no que refere à aprendizagem escolar.

ROCHA (2008) destaca em seu trabalho sobre inserção de jovens no trabalho, que a baixa escolaridade entre jovens de 18 a 25 anos, certamente contribui para suas desvantagens relativas ao ingresso na atividade laboral, o que leva o jovem a ingressar em trabalho precarizado, de subsistência, e de baixa remuneração.

Embora esses fatores ressaltem a importância dos estudos para o ingresso e permanência no trabalho, os jovens aprendizes e estagiários relataram muitas dificuldades para administrar a jornada dupla, trabalho e estudo. Quando questionados sobre o que fazem para dar conta dessas atividades simultâneas, responderam que muitas vezes “não sabe como fazem”. Alguns jovens destacaram a importância de estar estudando e ao mesmo tempo inserido em um programa de inserção no trabalho, porém,

referiram muitas vezes que os aspectos do trabalho recebem maior atenção e investimento do que os estudos, situação decorrente da necessidade financeira apontada pelos mesmos.

4.6.1 Trabalhar e estudar

Quando relatavam suas percepções e experiências sobre essa temática, trabalhar e estudar, durante as entrevistas individuais e coletivas, os jovens ao falarem sobre o tema, manifestavam expressões faciais e gestos de cansaço, desgaste, algo penoso e insatisfação. Contudo, alguns jovens relataram ter “melhorado seu desempenho escolar”, por iniciativa própria, decorrente do próprio reconhecimento de seu esforço, ou por exigências da legislação ou da empresa. Dessa forma, os Aprendizes e estagiários apresentaram diferentes relatos sobre o que pensam em relação a trabalhar e estudar:

- Trabalhar e estudar: oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional.

A relação de trabalhar e estudar como oportunidade para desenvolvimento pessoal e profissional, surgiu apenas nas entrevistas individuais.

“Você trabalha pra você manter o futuro ou realizar um sonho de fazer não sei, uma faculdade em si. Estudar é a mesma coisa, você trabalhando e estudando você vai pensar: eu quero ser alguém na vida, que se você só trabalhar e não estudar não leva a futuro nenhum, porque você não vai garantir que aquele emprego vai ta pra o resto da sua vida” (Aprendiz, 20 anos).

“Futuro. Futuro e sucesso. O trabalhar e estudar, é... as duas palavras que eu defino”. (Estagiário, 15 anos).

- Trabalhar e estudar: relatos de fatores psicossociais associados

“Sacrifício... necessário. Que se você quer alguma coisa, hoje, você tem que fazer esse sacrifício, porque... não tem como você somente trabalhar sem estudar, porque... você vai ficar na mesma ou até mesmo vão te substituir” (Estagiário, 18 anos).

“E o trabalho é uma responsabilidade. Mas comparando os dois, a escola é bem mais importante. Mas aí você pensa: ah, vou ficar sem trabalhar, vou ficar sem receber o meu salário, eh... é uma confusão, né? Porque... você tem que escolher: ou você concilia os dois, ou você escolhe um ou outro” (Aprendiz, 17 anos).

“Bom, vem na minha cabeça que... está errado. Que deveria ser estudo e trabalho. Eu trabalho oito horas. Estudo cinco. Primeiro vem o trabalho depois a escola. Por semana eu estudo vinte e cinco horas, tirando o cursinho pré vestibular, final de semana e trabalho quarenta. Então, eu acho isso injusto. Acho que isso não é correto. A gente tinha que estudar e trabalhar”. (Aprendiz, 16 anos – Entrevista Coletiva).

- Trabalhar e estudar: falta de tempo

“Na escola onde eu estudo, os professores passam muito trabalho, então às vezes, não acaba me sobrando muito tempo pra ... você fazer o trabalho. Você tem que fazer de madrugada, ou no final de semana. Isso quando ocorre dos professores dar um tempo pra entregar o trabalho, agora como já aconteceu, dos professores passarem um trabalho na segunda-feira pra entregar na sexta” (Aprendiz, 16 anos).

4.6.2 Desempenho acadêmico nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho

A questão de o trabalho interferir no desempenho escolar, foi tema abordado por OLIVEIRA et al. (2005), esses pesquisadores descrevem sobre a representação de jovens trabalhadores, onde suas necessidades financeiras prevalecem aos aspectos educativos, podendo significar um aumento do risco ou predispor o atraso escolar.

MAZZOTTI (2006) conclui por meio de relatos de professoras de escola pública, que o aluno típico da escola pública, é hoje de família pobre que luta pela sobrevivência que dá pouca ou nenhuma assistência aos filhos, delegando á escola funções que tradicionalmente cabem aos pais e familiares. Além disso, essa autora ressalta que a escola enfrenta uma situação de sobrecarga das demandas pessoais e educacionais dos alunos, aliada as necessidades de recursos materiais e humanos. Dessa forma, o jovem depara-se com uma escola fragilizada, para atender suas necessidades pessoais e profissionais, quadro que contribui para um maior investimento do jovem no trabalho do que na escola e nos estudos.

O ingresso no trabalho em idade escolar, abordado por FISCHER et al. (2003), descrevem em uma pesquisa com jovens trabalhadores de uma escola pública de São Paulo, capital, que a jornada dupla, trabalhar e estudar, contribui para prejuízos ao desempenho escolar, devido a menor concentração, menor vigilância, atenção e lapsos de memória. Esses pesquisadores também apontam outros aspectos que contribuem como esse quadro, como: tempo reduzido para desenvolver atividades de aprendizagem

na escola, impossibilidade de dedicar-se aos estudos fora do horário escolar, ausências e atrasos.

Nesse aspecto, os jovens Aprendizes e estagiários referiram que após ingressar no trabalho, seu “desempenho” na escola “piorou”. De acordo com alguns discursos, observou-se casos em que a nota manteve-se a mesma comparado ao período anterior ao trabalho, porém, relataram que a rotina de trabalhar e estudar, contribuiu para a redução do tempo de estudo, falta de atenção e concentração, sono, sonolência e cansaço físico durante as aulas à noite, conforme demonstra os Quadros 8 e 9:

Quadro 8: Desempenho escolar dos jovens Estagiários, nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009.

Estagiários	Comparando o desempenho escolar antes e depois do trabalho
Piorou - falta de tempo	<i>“No meu caso piorou. Muito. Porque... eu era... assim, um aluno que, aquele que fazia tudo, que nunca faltava, tinha as melhores médias. Hoje em dia, eu falto, éh... não faço todas as atividades. Não estou presente em todas as aulas porque... geralmente só chego na segunda aula. Ontem, não sei o que aconteceu, que eu cheguei pra primeira. Quando eu entrei na classe, todo mundo: EH! MILAGRE!”</i> (Estagiário, 15 anos – Entrevista Coletiva)
Piorou – estrutura da escola	<i>“Piorou pra mim. Porque o ensino à noite é muito ruim, comparando ao da manhã, né? Da manhã... porque quando eu estudava de manhã, era totalmente diferente”.</i> (Estagiária, 16 anos).
Piorou - Sono, cansaço físico e falta de atenção	<i>“Piorou, era bem melhor na escola, comecei a trabalhar fiquei cansado às vezes eu não consigo entender por causa do cansaço, a explicação do professor, vou confessar que às vezes durmo de tanto cansaço na aula, mais piorou bastante, e o esforço né? Se eu não me esforçar não dá certo.</i> (Estagiário, 17 anos)
Ficou na mesma	<i>“Ficou na mesma né? É... eu nunca fui nenhuma ótima aluna, mais eu também nem, nunca fui a pior, eu só tenho o mesmo desempenho”</i> (Estagiária, 17 anos).
Melhorou – iniciativa própria, exigências da empresa	<i>“Melhorou, eu acho que foi um desafio viu, eu me esforcei mais, dei mais de mim, pra conseguir mais. Melhorou bastante, levei mais a sério”.</i> (Estagiária, 18 anos). <i>“Melhorou, até porque nós temos uma motivação, e se não tem umas notas boas é... a gente não tem décimo terceiro né? Que estagiário já não tem por lei né?E aí a gente não tem, eles dão como se fosse um bônus”.</i>

Quadro 9: Desempenho escolar dos jovens Aprendizizes, nos períodos anterior e posterior ao ingresso no trabalho. São Paulo, 2009

Aprendizes	Comparando o desempenho escolar antes e depois do trabalho
Piorou - falta de tempo	<i>“Piorou, piorou. Eh... você tem que ter um ânimo, né? Porque, assim, você chegou do trabalho, tem alguma coisa da escola pra você fazer, você tem que fazer mesmo, a escola, trabalho de escola, então, eh... você não tem tanto tempo pra você ficar fazendo, você acaba perdendo alguns”</i> (Aprendiz, 17 anos – Entrevista Coletiva).
Piorou - Sono, cansaço físico e falta de atenção	<i>“Piorou bastante, bastante mesmo, no começou quando eu comecei a trabalhar, eu mal ia pra escola, porque eu ficava muito cansada. Por mais que eu saísse cedo do trabalho, eu dormia. Chegava em casa dormia, perdía a hora tava cansada não conseguia ir para escola, eu perdi bastante, tive muita falta e perdi bastante matéria por causa disso, agora que eu to tentando correr pra recuperar, pra poder passar de ano”</i> (Aprendiz, 17 anos).
Melhorou – Acesso aos recursos e iniciativa	<i>“Melhorou. Porque eu não tinha internet em casa, e na empresa tem. Então, aproveito às vezes, quando eu chego mais cedo, eu faço uma pesquisa, imprimo trabalho. Meu desempenho na escola pra mim... por mim, melhorou”</i> (Aprendiz, 16 anos).

Mediante o exposto, observou-se que os jovens reconhecem a importância dos estudos para sua formação pessoal e profissional, porém, em muitos casos os Aprendizizes e estagiários deparam-se com as exigências das empresas cada vez maiores, falta de professores e uma estrutura fragilizada na escola. Esses fatores contribuem para a desmotivação dos jovens para frequentarem as aulas, bem como prestar atenção e concentrar-se no aprendizado dos conteúdos, recorrendo frequentemente à elaboração de trabalhos extras para reposição de notas e faltas.

A legislação do trabalho para esses dois grupos prevê que o processo educativo deve prevalecer sobre o processo produtivo, diferentemente, da realidade vivida pelos

Aprendizes e estagiários. Esses eventos demonstram a necessidade de uma articulação e maiores esclarecimentos sobre as leis vigentes nesses programas em conjunto com as escolas e as empresas.

4.7 LEGISLAÇÃO

Em relação à legislação sobre o trabalho de jovens/ adolescentes, tanto os Aprendizes quanto os Estagiários apresentaram dúvidas e dificuldades para relatar o que sabiam sobre as leis do trabalho de jovens. A maioria referiu não lembrar no momento da entrevista ou nunca ter buscado informações sobre a legislação. De acordo com os seguintes discursos:

Conheço... só de ouvir falar, assim, nunca parei pra ler. Vi a lei do estagiário, só que não se... a nova lei do estagiário, só que não se encaixa pra... projetos sociais, né? Infelizmente, mas... conheço pouca coisa assim". (Estagiária, 16 anos)

"Assim, uma lei assim, que esse ano que era a lei do, do aprendiz de trabalhar seis horas, de segunda a sábado né? E também, uma outra lei que eu, que eu descobri que o aprendiz não, não pode, não poderia tá trabalhando aos domingos, mesmo se fosse intercalado, e que todas as empresas agora tão adotando que pessoas que trabalham com head fone, trabalham seis horas por dia, tanto aprendiz quanto estagiários". (Aprendiz, 18 anos)

Observou-se que os jovens apresentaram relatos confusos a respeito da legislação do trabalho de jovens, esse fator pode contribuir para o surgimento de doenças relacionadas

com as atividades laborais e a ocorrência de acidentes. À medida que esses jovens desconhecem seus direitos trabalhistas, podem submeter-se à atividades não condizentes para o desenvolvimento físico e psicossocial saudável, conforme previsto em lei.

De acordo com esses resultados, identificou-se a necessidade de, assim como o treinamento, incluir nas grades curriculares dos cursos de aprendizagem e estágio, discussões e orientações sobre a legislação do trabalho de jovens, levando-o a uma reflexão do seu papel como cidadão com direitos e deveres dentro e fora da empresa.

4.8 VIDA ATUAL E PROFISSIONAL

4.8.1 Aprendiz, Estagiário e sua relação com o trabalho

Os Aprendizes e estagiários relataram sobre a necessidade e importância de estar inserido em programas de preparo para o primeiro emprego. Em alguns casos, os jovens mencionaram não possuir condições financeiras para custear cursos profissionalizantes e de capacitação, bem como, não conseguirem ingressar no trabalho sem o preparo e auxílio da ONG, exemplificado nos seguintes relatos:

“Pra mim, é uma honra né? Porque a gente vê a taxa de desemprego no Brasil, a gente vê o quanto tá difícil arrumar um serviço, um emprego, ainda mais se você tem uma... tem um carimbo na carteira, tem lá de estágio e tal, eu acho isso uma coisa super positiva né? (Estagiários, 16 anos).

“Bom, além de... de colocarem empresas que você... jamais entraria assim, não agora, pelo menos, a não ser quando você tivesse formado. Eu acho que te dá oportunidade de conhecer, né? Tipo porque você trabalhar em determinado... mesmo que você trabalhe no financeiro, você acaba conhecendo uma empresa inteira. Porque você sabe, determina muito o seu futuro, porque, pelo menos eu escolhi o que eu quero e o que eu não quero fazer”. (Aprendiz, 16 anos – Entrevista coletiva)

Esses dados também foram encontrados AMAZARRAY et al. (2009), esses pesquisadores identificaram por meio de relatos de jovens aprendizes que esse grupo sente-se privilegiado por estarem inseridos no mercado de trabalho, adquirindo uma experiência profissional importante para o seu futuro.

Nesse aspecto, SARRIERA et al. (2001), descrevem que os jovens vislumbram alcançar a felicidade através da atividade laboral. Segundo esses autores, o trabalho representa para esse grupo uma vida melhor, uma identidade, que acreditam que poderá levá-los ao próprio negócio, a um emprego estável, uma boa qualidade de vida e melhores condições de vida para si e seus familiares. Relatos semelhantes foram encontrados nessa pesquisa, conforme exemplo a seguir:

“Ah, eu acredito que agora minha mãe, minha família passou a confiar mais em mim. Eu me sinto mais responsável, sinto assim, que eu cresci muito, eu to me desenvolvendo mais, to prestando mais atenção porque eu tinha muito problema de prestar atenção, to mais atenta as coisas, acredito que isso, de quando eu comecei a trabalhar melhorou muito” (Aprendiz, 16 anos)

“Ah podemos dizer que, eu sou muito feliz, eu sou muito feliz realmente por estar trabalhando, por estar empregado, trabalhar assim, éh... eu não consigo me ver sem trabalho, mas não consigo me ver tipo, se eu sair do emprego acho que ficar em casa., Nem que seja assim, eu ah... nem que eu pense assim, ah... se eu não tivesse trabalhando eu estaria só estudando, estaria mais,minha vida estaria melhor um pouco né?Mas não, não consigo me ver assim longe, longe do trabalho mesmo, embora seja cansativo, embora seja estressante, às vezes a gente se estressa fácil,l por estar trabalhando e estudando, dorme muito pouco, às vezes chego atrasado no serviço por estar com sono, mas acho que tudo isso se for colocar na balança acho que começo ate gostar, porque ficar em casa pra mim não dá”.(Aprendiz, 18 anos)

“O meu trabalho e minha vida estão em paralelos porque eu preciso de uma... eu preciso de uma decisão da empresa, em questão de contratação, se eles vão me contratar ou se eles vão me pegar de estagiário, terceiro, e... eles precisam... eles precisam de uma autorização que não vem do Brasil. E eu preciso dessa... dessa posição deles, porque senão não tem como eu pagar a faculdade”. (Estagiário, 18 anos).

5. CONCLUSÕES

Ao longo desse estudo, foram abordadas questões sobre o ingresso no mercado de trabalho de jovens Aprendizizes e estagiários de 14 a 24 anos de idade e alguns fatores relacionados à tríade, Trabalho, Escola e Saúde, nos períodos, anterior e posterior a sua inserção nas atividades laborais.

Esses jovens residem em bairros com população de baixa renda na zona Sul de São Paulo, capital. A maioria recebe em torno de um salário mínimo, aproximadamente 50% tem renda familiar inferior a cinco salários mínimos. As atividades de trabalho dos pais na maioria dos casos são de profissões com pequena ou nenhuma remuneração, como donas de casa, costureiras, pintores, auxiliares de serviços gerais, entre outros. Além disso, 28% dos participantes relataram desconhecer pai ou mãe.

Em decorrência da baixa renda familiar observou-se nessa pesquisa que 65% dos Aprendizizes e estagiários contribuem parcialmente com seu salário na composição da renda familiar. Esses fatores aumentam o número de jovens que ingressam precocemente no trabalho em busca de melhorias das condições de vida individual e da família.

Nesse estudo, foi possível observar a necessidade de o jovem ingressar cada vez mais cedo no trabalho. O incentivo familiar já se inicia quando o jovem completa 14 anos, como uma medida compulsória de sair em busca de um trabalho para garantir um futuro melhor. O ingresso precoce se dá, em alguns casos, por iniciativa própria do

jovem, no intuito de custear suas despesas pessoais, de estudo, como cursos de aperfeiçoamento, idiomas, faculdade e lazer.

Com relação às atividades desenvolvidas pelos Aprendizizes e estagiários, observou-se que alguns jovens realizam atividades além das previstas em legislação, contribuindo para uma sobrecarga de atividades profissionais, pessoais e escolares. Aspecto discordante do processo de aprendizagem profissional e do trabalho educativo, previstos em lei.

Alguns jovens relataram realizar atividades como: de teleatendimento/ telemarketing sem a utilização adequada de pausas intervalos, atividades de *office boy* portando valores altos, menos de 18 anos de idade, fazer uso de “*headfone*” por longos períodos sem instruções adequadas e realizar horas extras. Essas atividades, não são permitidas para esses jovens, de acordo com a legislação vigente para programas que tenham por base a Lei nº 10.0097 e Lei nº 8.069.

Mediante o exposto, torna-se evidente a utilização e exploração da mão-de-obra do jovem, onde os aspectos produtivos prevalecem sobre os aspectos da formação educacional e profissional.

Os jovens estudados estão desenvolvendo sua identidade ocupacional e apontaram, apesar das dificuldades, grandes expectativas em relação a permanecer no trabalho após o término do contrato e ingressar em uma faculdade. Essa relação com o trabalho demonstra que os Aprendizizes e estagiários idealizam por meio desta atividade, um futuro melhor. Dessa forma, o trabalho assume sentidos em diversas dimensões na vida dos jovens, como o de atender as necessidades pessoais e da família, de pertencimento e reconhecimento e na própria construção da identidade.

Os jovens apresentaram diferentes opiniões sobre “O que é ser Aprendiz” e “O que é ser “Estagiário”. Esses grupos reconhecem a importância de estar inserido em programas de capacitação e preparo profissional, pois não se sentem preparados para o mercado de trabalho apenas com a formação da escola pública. Por outro lado, alguns jovens relataram que os Aprendizes e estagiários não estão na empresa para aprender, em muitos casos esses jovens assumiram postos de trabalhos referentes a cargos de chefia, de supervisão, gerência e coordenação. A maioria dos jovens não leva essas questões para a ONG, provavelmente pelo receio de perder a oportunidade de trabalho e o salário, tão importante para si e sua família.

A maioria das ONGs que atendem os programas de aprendizagem, não possui subsídios e recursos financeiros, tornando-se reféns (das taxas) das empresas, o que dificulta a imposição das ONGs junto as empresas em relação as atividades desenvolvidas pelos jovens, de acordo com a lei, o que pode gerar um conflito entre as ONGs e as empresas e conseqüentemente a perda da parceria e dos contratos de trabalho dos jovens.

Em relação a trabalhar e estudar, foi identificado que o desempenho escolar desses jovens “piorou” após seu ingresso no trabalho. Esse fato é decorrente da longa jornada de trabalho, de até oito horas por dia, redução do tempo de estudo e para preparar trabalhos da escola, cansaço e desgaste físico, redução do tempo para dormir contribuindo para uma maior sonolência ao longo do dia e a noite na escola.

Outro aspecto abordado pelos jovens foi a questão dos longos períodos e longas distâncias percorridas para chegar ao trabalho, ir para a escola e retornar para casa. Esses fatores levam o jovem a uma desmotivação para frequentar as aulas, depois de um longo

dia de trabalho, recorrendo frequentemente à trabalhos extras, apenas para repor notas e frequência, sem a valorização do aprendizado e processo de formação educacional.

Algumas mudanças de hábitos e estilos de vida após o ingresso na atividade laboral também foram identificadas, como: aumento do consumo de bebidas cafeinadas, redução da atividade física e má alimentação.

Quanto ao sono, devido ao curso de preparação para o mercado de trabalho que frequentavam antes do ingresso no trabalho, os jovens já mantinham uma jornada dupla, curso na ONG e escola. Portanto, 55% dos jovens já tinham uma redução do período para dormir, ao ingressar no trabalho.

Em relação ao aspecto da condição de saúde nos últimos trinta dias, 40% dos jovens referiram ficar doente. As doenças apontadas foram: dores musculares, dores de cabeça, gripe e resfriado, tontura e fraqueza, doenças respiratórias, doenças gastrointestinais e estresse.

Os dados referentes à percepção dos jovens sobre as suas condições de saúde nos períodos, anterior e posterior ao ingresso no trabalho, demonstraram que, um maior número de aprendizes e estagiários relataram que sua saúde “piorou” após o ingresso na atividade laboral. Contudo, alguns jovens referiram que sua saúde “melhorou” devido aos maiores cuidados com a alimentação, por ter acesso a atendimentos clínicos, devido aos recursos financeiros (salário) e planos de saúde ofertados pelas empresas.

Sobre os aspectos do treinamento, acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, identificou-se que tanto os Aprendizes quanto os Estagiários receberam informações e orientações em curtos períodos, voltadas para as atividades administrativas que iriam realizar. Diante disso, os jovens apresentaram dificuldades

para exercerem com desenvoltura suas tarefas, tendo dúvidas sobre qual decisão tomar em determinados procedimentos.

A maioria dos participantes relatou não receber treinamento específico, bem como, a necessidade de “se virar” muitas vezes sozinhos, na empresa. Além disso, observou-se que nesses casos os jovens apresentaram maior dificuldade para identificar a ocorrência de acidentes e doenças relacionados com o trabalho, e conseqüentemente na identificação e formas de se proteger.

Esses dados são relevantes pois demonstram a necessidade de se incluir na nas grades curriculares dos cursos de inserção no primeiro emprego, o treinamento adequado para que o jovem possa se prevenir e se proteger de possíveis riscos no trabalho e realizar suas atividades laborais em compatibilidade com seu processo de desenvolvimento físico e psíquico.

Outro aspecto importante para a proteção e prevenção de riscos no trabalho é sobre o conhecimento que os jovens possuem dos seus direitos trabalhistas. Nesse estudo, observou-se que os jovens apresentaram relatos confusos a respeito da “legislação do trabalho de jovens”, em alguns casos referiram desconhecer totalmente a lei. À medida que esses jovens desconhecem seus direitos trabalhistas, podem submeter-se a atividades não condizentes para o desenvolvimento psicossocial saudável, conforme previsto em lei.

De acordo com esses resultados, identificou-se a necessidade de incluir nas grades curriculares dos cursos de aprendizagem e estágio, discussões e orientações acerca da legislação vigente para esses programas, levando-os a uma reflexão de suas

atividades como formadoras constantes de sua própria identidade, como cidadão, com direitos e deveres dentro e fora da empresa.

Embora a legislação contemple a frequência à escola, realização de atividades progressivas em locais e ambientes que permitam ao jovem o desenvolvimento de sua atividade laboral sem comprometer seu desenvolvimento e processo de formação profissional, observamos nesse estudo, por meio dos relatos dos Aprendizes e estagiários, que as empresas não estão cumprindo a lei, delegando aos jovens atividades onde os aspectos produtivos se sobressaem aos aspectos educativos. É importante destacar que as empresas também devem ter o papel de “agente formador” desses jovens, na construção de sua identidade profissional.

Nesse sentido, esse estudo aponta para a necessidade de uma reflexão e formulação de novas medidas das políticas públicas, bem como, empresas e instituições que atendam esses programas, garantindo ao jovem não só o ingresso, mas seu acompanhamento necessário após a inserção no trabalho.

De acordo com os dados apresentados nesse estudo, tanto o Aprendiz (com benefícios e vínculo empregatício) quanto o Estagiário (sem vínculo empregatício), apresentaram dificuldades e irregularidades semelhantes no desenvolvimento de suas atividades na empresas. Os jovens estão inseridos em programas diferenciados, com leis específicas, porém, ao ingressar na empresa, lhe são atribuídas atividades de responsabilidade e complexidade correspondentes às de funcionários experientes, porém, recebendo uma menor remuneração.

A legislação dos programas abordados nesse estudo permite diferentes interpretações. Dessa forma, é necessário aprofundar os estudos sobre esses grupos e

sobre essa temática, à medida que existem outros programas e outras instituições que atendem e preparam jovens para o mercado de trabalho. É importante ampliar os conhecimentos sobre essas práticas, no intuito de cada vez mais contribuir para melhorias e propiciar condições adequadas de inserção do jovem na atividade laboral.

Espera-se que este trabalho possa colaborar de alguma forma na perspectiva da tríade: Trabalho, escola e saúde de jovens Aprendizes e estagiários, principalmente, no que tange na produção dos sentidos e das falas desses jovens trabalhadores, sobre a necessidade de serem reconhecido no mundo do trabalho, com condições dignas e condizentes com o seu processo de desenvolvimento e de formação de uma identidade profissional.

“... Eu quem agradeço pela oportunidade dada para que eu expressasse e desabafasse todos os meus sentimentos, sobre esta nova jornada em minha vida que é o mercado de trabalho. Fico feliz também em saber que por mais que seja com uma mera atitude, estou ajudando, e de alguma forma fazendo parte deste maravilhoso trabalho. E que em um futuro próximo estará ajudando não só a mim, mais muitos jovens. Todo o esforço de hoje é o sucesso de amanhã...” (Estagiário)

6 REFERÊNCIAS

- Amazzarray MR, Thomé LD, Souza APL, Polleto M, Koller SH. Aprendiz *versus* trabalhador: Adolescentes em processo de aprendizagem. Rev Psicologia e Pesquisa. 2009; 25 (3):329-338.
- Antunes R. Dimensão da precarização estrutural do trabalho. In: Druck G, Franco T., organizador. A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo; 2007.
- Ariè P. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara;1978.
- Arpini DM, Quintana AM. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. Rev Estudos de Psicologia. 2003; 20:27-36.
- Asmus CIF, Ruzany MH, Barker SL & Meirelles ZV. Riscos ocupacionais na infância e adolescência. Uma revisão. J Pediatria. 1996; 72: 203-8.
- Asmus CIRF. O atendimento ao adolescente que trabalha. Rev Brasileira de Medicina Psicossomática. 1997; 1:153-56.
- Asmus CIRF, Raymundo CM, Barker SL, Pepe CCCA, Ruzany MH. Atenção integral à saúde de adolescente em situação de trabalho: lições aprendidas. Ciência & Saúde Coletiva. 2005; 10:953-60.
- Bardin L. Análise de Conteúdo. Rio de Janeiro: Edições 70; 2009.
- Becker D. O que é adolescência. São Paulo: Brasiliense; 1987.
- Boni V, Quaresma SJ. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Rev Eletrônica da Pós graduação em Sociologia da UFSC. 2005; 2:68-80.
- Bordieu, P. A. Compreender. In: Miséria do Mundo. 3 ed. Petrópolis: Vozes; 1999. p. 693-713.
- Bosi E. O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia social. Cap. Sugestões para um jovem pesquisador. São Paulo: Ateliê Editorial; 2003.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de out. de 1988. Brasília (DF); 1988.

- Brasil. Decreto nº 5598 de 1º de dez. de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Brasília (DF).
- Brasil. Lei nº 10.097, de 19 de dez. de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília (DF).
- Brasil. Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Rio de Janeiro (RJ).
- Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. 7ª ed. São Paulo (SP), jan. de 1999.
- Brasil. Norma Regulamentadora nº 17. 2 ed. Brasília (DF): MTE, SIT; 2002.
- Campos, H R, Francischini R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*. 2003; 8 (1):119-29.
- Chiavenato, I. Recursos humanos. São Paulo: Atlas; 1998.
- Coelho BLM. A realidade do trabalho educativo no Brasil. *Rev de Informação Legislativa*. 2005; 167:39-52.
- Dauster T. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cad. Pesq. São Paulo*. 1992; 82:31-36.
- Dejours C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré; 1987.
- Denzin NK, Lincoln YS. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed; 2006.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Anuário dos Trabalhadores Sócio-Econômicos. São Paulo; 2007.
- Departamento Intersindical de Estática e Estudos Sócio-Econômicos/Confederação Nacionais dos Trabalhadores em Educação/Organização Internacional do trabalho. A ocupação dos jovens no mercado de trabalho metropolitano. São Paulo; 2006.
- Dourado ACD. História da infância e direitos da criança. In: Ministério da Educação, organizador. Salto para o futuro. Bras; 2009.

- Duarte R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. UFPR: Educar; 2004; 24:213-25.
- Erikson EH. Infância e sociedade. 2ª ed. Rio de Janeiro; 1987.
- Facchini LA, Fassa AG, Agnol MD, Maia MFS. Trabalho Infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2003; 8:953-61.
- Faleiros VP. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. *Educação e Realidade*. 2008; 33:63-82.
- Fischer FM, Martins IS, Oliveira DC, Teixeira LR, Latorre MRDO, Cooper SP. Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Rev Saúde Pública*. 2003;37:351-56.
- Fischer FM, Oliveira DC, Teixeira LR, Teixeira MCTV, Amaral MA. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2003;8:973-84.
- Fischer FM, Oliveira Dc, Teixeira MCTV, Martins IS, Teixeira LR, Amaral MA. Faculdade de Saúde Pública da USP, Relatório final de pesquisa do projeto “O trabalho infantil e do adolescente e suas repercussões biológicas, psicológicas, e sociais. 1998. Disponível na biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP.
- Fischer, FM, Oliveira DC, Nagai R, Teixeira LR, Lombardi Júnior M, Latorre MRDO, Cooper SP. Job control, job demands, social support at work and health among adolescent workers. *Rev Saúde Pública*. 2005; 39: 245-53.
- Franklin RN, Pinto ECMM, Lucas JT, Linné M, PeixotoR, Sauer MTN, Silva CH, Nader PJH. Trabalho precoce e riscos à saúde. *Rev Adolescência Latino Americana*. 2001;1414-7130/2:80-89.
- Freitas MV. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa; 2005.
- Frota AMMC. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para a construção. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*. 2007;1:144-57.

- Galasso L, Fischer FM. “O trampo, a saúde, o futuro...: Trabalho dos adolescentes, problemas e caminhos para uma vida melhor. 1 ed. São Paulo: MPGraf; 2005.
- Gomes CM, Costa SMFT. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*. 1999; 4: 411-21.
- Gomes JV. Vida familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. Paidéia, FFCLRP-USP. Rib. Preto, fev/ago; 1998.
- Gomez CM, Meirelles ZV. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*. 1997;13:135-40.
- Grupo Técnico de Estudos e Implantação da Aprendizagem Profissional – GTAP. Manual de Orientação – Aprendizagem Profissional Lei 10.097/2000. DRT/SP. São Paulo; 2000.
- Guerra IC. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia; 2008.
- Guimaraes, RM, Romanelli, G. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. *Psicol. estud.* [online]. 2002; 7:117-26.
- Heywood C. Um história da infância. Porto Alegre: Artmed; 2004.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001. Brasília: IBGE, 2001.
- Martins IS, Fischer FM, Oliveira DC, Teixeira LR, Costa LAR, Marinho SP, Perestrelo JPP, Latorre MRDO, Costa LAR. Crescimento e trabalho de estudantes de ensino fundamental e médio em São Paulo, Brasil. *Rev Saúde Pública*. 2002;36:19-25.
- Marx k. O capital. Crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Bertrand; 1987.
- Mazzotti AJ. Do trabalho á rua: uma análise das representações sociais produzidas por meninos trabalhadores e meninos de rua. In: Vários autores. Tecendo saberes. Rio de Janeiro; 1994.
- Mazzotti AJ. O “aluno da escola pública”: o que dizem as professoras. *Rev Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 2006; 87: 349-59.

- Meire AMG. Quando o trabalho da criança é o brincar. In: Jerusalinsky A. et al. O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Porto Alegre: Artes e Ofícios; 2000.
- Meirelles ZV. Do que adoecem e como se acidentam crianças e adolescentes. Rev Brasileira de Medicina Psicossomática. 1997;1:145-48.
- Minayo M C. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes; 1996.
- Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Hucitec/ABRASCO; 1999.
- Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Hucitec/ABRASCO; 2004.
- Nagai R, Lefèvre AMC, Lefèvre F, Steluti J, Teixeira LR, Zinn LCS, Soares NS, Fischer FM. Conhecimentos e práticas de adolescentes na prevenção de acidentes de trabalho: estudo qualitativo. Rev Saúde Pública. 2007;41:404-11.
- Neto, Z. Meninos trabalhadores. Cadernos de Pesquisa. 1979; 31:95-101.
- Oliveira BRG, Robazzi MLCC. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. Rev Latino-am enfermagem. 2001; 9:83-9.
- Oliveira DC, Fischer FM, Martins IS, Teixeira LR, Sá CP. Futuro e Liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais adolescentes. Rev Estudos de Psicologia. 2001;6:245-58.
- Oliveira DC, Fischer FM, Martins IS, Teixeira MCTV, Gomes AMT. Teorias do senso comum sobre o trabalho de adolescentes em São Paulo e Rio de Janeiro – Brasil. Rev Ciência, cuidado e saúde. 2006; 5:135-46.
- Oliveira DC, Fischer FM, Teixeira MCTV, Sá CP, Gomes AMT. Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores. Ciência & Saúde Coletiva; 2010; 15: 621-31.
- Oliveira MCSL. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. Psicologia em Estudo. 2006; 11:427-36.
- Oliveira O. Trabalho e profissionalização de adolescente. São Paulo: LTr; 2009.

- Organização Internacional do Trabalho. Legislação, trabalho e escolaridade dos adolescentes no Brasil. Brasília (DF): OIT; 2004.
- Organização Internacional do Trabalho. Perfil do trabalho decente. In: Relatório Trabalho decente e juventude no Brasil, organizador. Brasília e Genebra: OIT; 2009.
- Organização Panamericana de Saúde. Programa de Saúde materno-infantil. O marco conceptual da saúde integral do adolescente e de seu cuidado. OPAS; 1990.
- Pochmann M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Educ. Soc. Campinas. 2004; 25: 383-99.
- Priore M. História da crianças no Brasil, organizador. São Paulo: Contexto; 2000.
- Rocha, S. A Inserção Dos Jovens No Mercado De Trabalho. Caderno Crh, Salvador. 2008; 21:533-50.
- Saito MI, Silva LEV. Adolescência, prevenção e risco. São Paulo: Atheneu; 2001.
- Salles LMF. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. Rev Estudos de Psicologia. 2005; 22:33-41.
- Santana VS, Cooper SP, Roberts RE, Araújo-Filho JB. Adolescent students who work: gender differences in school performances and self-perceived health. Int J Occup Environ Health. 2005;11:294-01.
- Sarriera JC, Silva MA, Kabbas CP, Lopes VB. Formação da Identidade ocupacional em adolescentes. Rev Estudos de Psicologia. 2001; 6: 27-32.
- Seligmann SE. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: Silva Filho, F S da & Jardim, S, organizadores. A danação do trabalho: Organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Corá; 1997.
- Sousa OMCG, Alberto MFP. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. Rev Psicologia em Estudo. 2008; 13: 713-22.
- Souza RC. Representações sociais do trabalho rural infanto-juvenil e dos agrotóxicos – um estudo de campo no município de nova Friburgo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro (RJ); 1999.

- Teixeira LR, Fischer FM, Andrade MMM, Louzada FM, Nagai R. Sleep patterns of day-working, evening high-schooled adolescents of São Paulo, Brazil. *Chronobiology Int.* 2004a; 21:239-52.
- Teixeira LR, Lowden A, Turte SL, Nagai R, Moreno CRC, Latorre, MRDO, Fischer FM. Sleep and sleepiness among working and non-working high school evening students. *Chronobiol Int.* 2007; 24: 99-113.
- Vieira N. Jovens Brasileiros: o conflito entre o estudo e o trabalho e a crise de desemprego [tese de doutorado]. Piracicaba, São Paulo: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP; 2001.
- Vilela LV, Assunção AA. Os mecanismos de controle da atividade no setor de teleatendimento e as queixas de cansaço e esgotamento dos trabalhadores. *Cad. Saúde Pública.* 2004;20:1069-78.
- Watarai F, Romanelli G. Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares. In: *Simpósio Internacional do adolescente;* 2005.
- Weller W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Rev Educação e Pesquisa.* 2006; 32: 241-60.
- Wickert L F. Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. *Psicol. Ciência e Profissão.* 2006; 26:258-69.
- World Health Organization – WHO. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Geneva: WHO; 2003.
- Zaher et. al. Saúde e Trabalho. Cap. 18. In: Saito MI & Silva LEV. *Adolescência, prevenção e risco.* São Paulo: Atheneu; 2001.

Quadro1: Histórico das principais Leis referentes ao trabalho infanto-juvenil no Brasil

Legislação	Ano	Medidas
Decreto 1.313	1891	Regulamenta o trabalho dos menores de 12 a 18 anos. Proíbe trabalho noturno a menores de 15 anos
Departamento Estadual do Trabalho/São Paulo	1911	Proíbe o trabalho de menores de 10 anos
Confederação Brasileira do Trabalho - CBT	1912	Limitação da jornada de trabalho para mulheres e menores de quatorze anos
Conselho Nacional do Trabalho	1923	Criação do Conselho Nacional do Trabalho
Código do menor	1927	Código de menores – idade mínima de 12 anos para o trabalho.
Política de Educação Nacional	1934	Normatização do preparo profissionalizante para trabalho.
Decreto 4.048	1942	Criada primeira instituição profissionalizante do Brasil. SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
Decreto 8.621	1946	Criado SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Constituição	1946	Art. 157. IX - proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores, de dezoito anos; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos
Lei nº 87.497	1982	Lei do estágio
Constituição	1988	Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 7 XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

Lei nº 8.069	1990	ECA Estatuto da Criança e Adolescente
Lei nº 8.074	1992	Criação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Emenda Constitucional nº 20	1998	Altera idade da aprendizagem, acesso para jovens maiores de 14 anos.
Decreto nº 179	1999	Aprova os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Empreg, Adotadas em junho de 1973, em Genebra.
Lei nº 10.097	2000	Lei do Aprendiz considera aprendiz o jovem entre 14 e 18 anos.
Lei nº 10.748	2003	Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE
Decreto nº 5.598	2005	Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências
Lei nº 11.542	2007	Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil
Portaria nº 615	2007	Criação CNA- Cadastro Nacional de Aprendizagem
Lei nº 11.692	2008	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem
Lei nº 11.788	2008	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
Programa PETI	2008	Criação PETI - Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil

Fonte: <http://www.mte.gov.br/institucional/historia.asp>. Acessado em 29 de abril de 2010.

Anexo 2

Roteiro de Entrevistas

1. Quando você ingressou no trabalho, o que você esperava que acontecesse? E daí o que aconteceu? (motivos que o levaram a trabalhar)
2. Descreva o que você faz no trabalho? (suas atividades)
3. Existe algum fator ou fatores que dificultam a realização do seu trabalho?
4. Existe algum fator ou fatores que facilitam a realização do seu trabalho?
5. Quais são as satisfações do seu trabalho?
6. Quais são as insatisfações no seu trabalho?
7. Você realiza suas atividades sozinho (a)? Tem alguém que o (a) orienta/coordena na realização das suas atividades? Comente um pouco sobre o treinamento.
8. Você recebeu treinamento para realizar seu trabalho? Se sim comente sobre o treinamento.
9. O que você faz para dar conta do seu trabalho?
10. No seu trabalho você possui pausas e intervalos? Em que momentos?
11. Você já se machucou no trabalho? Se sim comente um pouco.
12. Se não, porque você acha que não se machucou no trabalho?

13. Já viu alguém se machucar no trabalho? Se sim, comente um pouco.
14. Existem fatores relacionados ao seu trabalho atividades que você faz, que podem ser prejudiciais a sua saúde? Se sim, comente um pouco.
15. Compare sua saúde antes e após o ingresso no trabalho, melhorou, piorou ou ficou na mesma?
16. O que vem a sua cabeça quando você pensa nas palavras trabalhar e estudar?
17. O que você faz para dar conta de trabalhar e estudar?
18. Compare seu desempenho escolar antes e após o ingresso no trabalho, melhorou, piorou ou ficou na mesma?
19. Sua empresa possui incentivos aos estudos? Respeita o horário de ir para a escola?
20. Para você o que é ser um (aprendiz/estagiário)? Participar de um programa de inserção ao primeiro emprego?
21. Você conhece alguma lei sobre o trabalho do adolescente / jovem?Comente um pouco.
22. Comente o que quiser sobre sua vida ou sobre seu trabalho atual.

Anexo 3

Questionário

1. Nome completo:

2. Bairro:

3. Cidade onde mora:

4. Idade: _____ anos completos
5. Sexo: () Masculino () Feminino
6. Estado civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Vive com
companheiro (a)
7. Você tem filhos? () Sim () Não Quantos? _____
8. Escolaridade: _____
9. Onde você trabalha?
() Indústria = Produção Administrativo Financeiro Comercial outros
() Comércio = Produção Administrativo Financeiro Comercial outros
() Prestação de serviço = Produção Administrativo Financeiro Comercial
 outros
() Outros: _____
9. Qual o seu cargo?
() Aprendiz () Estagiário () Outros _____
10. Há quanto tempo esta trabalhando nesta empresa? _____
11. Qual a sua função no trabalho:

12. Qual o seu salário mensal? Valor (R\$) _____

13. Qual a renda total da família (todas as pessoas que moram na casa e possui renda)?

Valor (R\$) _____

14. Profissão do pai: _____

15. Profissão da mãe: _____

16. Na sua família você:

() Contribui com sua renda em casa - Valor (R\$) _____

() Não contribui com sua renda em casa

17. Dias que trabalha:

() De segunda a sexta-feira

() De segunda a sábado

() De segunda a domingo

() Só no fim de semana (sábado e domingo)

18. Duração da jornada diária de trabalho: Início _____h Término _____h

19. Duração da jornada semanal: _____ horas

20. Você faz horas extras?

() Diariamente _____ horas

() Algumas vezes na semana _____ horas

() Algumas vezes no mês _____ horas

21. Porque é necessário fazer horas extras em seu trabalho?

2 . Hábitos e estilos de vida

Antes de ingressar no trabalho

1. Você praticava atividade(s) física(s) regularmente (como lazer ou exercício físico)?

Não

Sim. Qual? _____ dias/semana duração: ___ min/dia

Sim. Qual? _____ dias/semana duração: ___ min/dia

Sim. Qual? _____ dias/semana duração: ___ min/dia

2. Você fumava?

0. Não
1. Raramente
2. Apenas nos fins de semana Quantos cigarros? ____ por dia.
3. Todos os dias Quantos cigarros? ____ por dia.

3. Você ingeria bebida alcoólica?

1. Nunca 4. De 2 a 3 vezes por semana
2. Raramente 5. Mais de 4 vezes por semana
3. Um dia por semana 6. Todo dia ou quase todo dia

4. Quantidade:

1. Copo 200ml Quantidade: _____
2. Garrafa 500ml Quantidade: _____
3. Lata 330 ml Quantidade: _____
4. Outros Quantidade: _____

5. O que costumava beber? _____**6. Você ingeria café?**

1. Nunca 4. De 2 a 3 vezes por semana
2. Raramente 5. Mais de 4 vezes por semana
3. Um dia por semana 6. Todo dia ou quase todo dia

7. Quantidade:

1. Copo 200ml Quantidade: _____
2. Garrafa 500ml Quantidade: _____

6. Você ingeria refrigerante?

1. Nunca 4. De 2 a 3 vezes por semana
2. Raramente 5. Mais de 4 vezes por semana
3. Um dia por semana 6. Todo dia ou quase todo dia

7. Quantidade:

1. Copo 200ml Quantidade: _____
2. Garrafa 500ml Quantidade: _____
3. Lata 330 ml Quantidade: _____
4. Outros Quantidade: _____

8. Que refrigerante você costumava beber?

9. Qual era usualmente o seu horário de dormir e acordar?

- a) De segunda a quinta-feira: das | ___| ___| h às ___| ___| h
 b) De sexta-feira para sábado: das | ___| ___| h às ___| ___| h
 c) De sábado para domingo: das | ___| ___| h às ___| ___| h
 d) De domingo para segunda-feira: das | ___| ___| h às ___| ___| h

7. Você teve alguns destes problemas antes de ingressar no trabalho

- a) Dificuldades para pegar no sono () nunca () com freqüência () raramente
- b) Acordar no meio da noite e sentir dificuldade para voltar a dormir () nunca () com freqüência () raramente
- c) Acordar muito cedo e não conseguir voltar a dormir () nunca () com freqüência () raramente
- d) Acordar muitas vezes, mas, frequentemente voltar a dormir () nunca () com freqüência () raramente
- e) Ter ataques de sono durante o dia (períodos repentinos de sono que não pode resistir) () nunca () com freqüência () raramente
- f) Precisar de muito mais tempo do que os outros (da casa) para acordar pela manhã () nunca () com freqüência () raramente
- g) Dormir demais ou durante muito tempo a noite () nunca () com freqüência () raramente
- h) Dormir demais ou durante muito tempo durante o dia () nunca () com freqüência () raramente
- i) Sentir-se cansado ou muito sonolento durante o dia () nunca () com freqüência () raramente
- j) Dormia o suficiente () nunca () com freqüência () raramente

Depois de ingressar no trabalho

1. Você pratica atividade(s) física(s) regularmente (como lazer ou exercício físico)?

- Não
- Sim. Qual? _____ dias/semana duração: ___ min/dia
- Sim. Qual? _____ dias/semana duração: ___ min/dia
- Sim. Qual? _____ dias/semana duração: ___ min/dia

2. Você fuma?

0. Não
1. Raramente
2. Apenas nos fins de semana Quantos cigarros? ___ por dia.
3. Todos os dias Quantos cigarros? ___ por dia.

2.1. Se você é um fumante. Há quanto tempo você fuma? ___ meses

3. Você ingere bebida alcoólica?

1. Nunca 4. De 2 a 3 vezes por semana
2. Raramente 5. Mais de 4 vezes por semana
3. Um dia por semana 6. Todo dia ou quase todo dia

3.1. Se você bebe. Há quanto tempo você bebe? ___ meses

4. Quantidade:

1. Copo Quantidade: _____
2. Garrafa Quantidade: _____
3. Lata Quantidade: _____

5. O que costuma beber? _____

6. Você ingere café?

1. Nunca 4. De 2 a 3 vezes por semana
2. Raramente 5. Mais de 4 vezes por semana
3. Um dia por semana 6. Todo dia ou quase todo dia

7. Quantidade:

1. Copo 200ml Quantidade: _____
2. Garrafa 500ml Quantidade: _____
3. Lata 330 ml Quantidade: _____
4. Outros Quantidade: _____

8. Você ingere refrigerante?

1. Nunca 4. De 2 a 3 vezes por semana
2. Raramente 5. Mais de 4 vezes por semana
3. Um dia por semana 6. Todo dia ou quase todo dia

9. Quantidade:

- | | |
|---|-------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Copo 200ml | Quantidade: _____ |
| <input type="checkbox"/> 2. Garrafa 500ml | Quantidade: _____ |
| <input type="checkbox"/> 3. Lata 330 ml | Quantidade: _____ |
| <input type="checkbox"/> 4. Outros | Quantidade: _____ |

10. Que refrigerante você costuma beber?

11. Qual é usualmente o seu horário de dormir e acordar?

- a) De segunda a quinta-feira: das | ___| ___| h às ___| ___| h
- b) De sexta-feira para sábado: das | ___| ___| h às ___| ___| h
- c) De sábado para domingo: das | ___| ___| h às ___| ___| h
- d) De domingo para segunda-feira: das | ___| ___| h às ___| ___| h

12. Você teve alguns destes problemas após ingressar no trabalho

- a) Dificuldades para pegar no sono () nunca () com frequência () raramente
- b) Acordar no meio da noite e sentir dificuldade para voltar a dormir () nunca () com frequência () raramente
- c) Acordar muito cedo e não conseguir voltar a dormir () nunca () com frequência () raramente
- d) Acordar muitas vezes, mas, frequentemente voltar a dormir () nunca () com frequência () raramente
- e) Ter ataques de sono durante o dia (períodos repentinos de sono que não pode resistir) () nunca () com frequência () raramente
- f) Precisar de muito mais tempo do que os outros (da casa) para acordar pela manhã () nunca () com frequência () raramente
- g) Dormir demais ou durante muito tempo a noite () nunca () com frequência () raramente
- h) Dormir demais ou durante muito tempo () nunca () com frequência () raramente

durante o dia

i) Sentir-se cansado ou muito sonolento () nunca () com freqüência () raramente durante o dia

j) Dormia o suficiente () nunca () com freqüência () raramente

13. Durante o trabalho como se sente geralmente em relação a sonolência:

Muito sonolento

Nenhum pouco sonolento

14. Durante o período escolar como se sente geralmente em relação a sonolência:

Muito sonolento

Nenhum pouco sonolento

15. Durante as aulas do projeto (ONG) como se sente geralmente em relação a sonolência:

Muito sonolento

Nenhum pouco sonolento

16. Você ficou doente nos últimos 30 dias?

() Sim () Não Qual doença: _____

17. Usa medicamentos?

() Sim () não

18. Quais? _____

Anexo 4



Universidade de São Paulo
 Faculdade de Saúde Pública
 Av. Dr. Arnaldo, 715 – CEP 01246-904 – São Paulo – Brasil

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA OU LEGAL RESPONSÁVEL

1. Dados de Identificação

Nome do aluno:

Documento de Identidade Nº : Sexo: () M () F

Data de Nascimento:...../...../.....

Endereço:.....Nº:.....Apto:.....

Bairro:.....Cidade:.....

CEP:.....Telefone:.....

Assinatura do aluno:.....

2. Responsável

Legal:.....

Natureza (grau de parentesco, tutor, curador, etc.):

Documento de Identidade Nº : Sexo: () M () F

Data de Nascimento:...../...../.....

Endereço:.....Nº:.....Apto:.....

Bairro:.....Cidade:.....

CEP:.....Telefone:.....

Assinatura dos pais ou responsável legal:.....

II – DADOS SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no trabalho

1. Pesquisador: Andréa Aparecida da Luz

Documento de Identidade N°: XXXXX Sexo: () M (X) F

Cargo/Função: Aluna de Mestrado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Endereço profissional: Avenida Dr. Arnaldo, 715, 01246-904, São Paulo, SP. Tel. 3061-7755.

E-mail: andrealuz@usp.br**2. Avaliação de Risco da Pesquisa:** Os procedimentos da pesquisa não apresentam risco de ocorrência de dano físico ou moral para os participantes.

() Sem Risco (X) Risco Mínimo () Risco Médio

() Risco Baixo () Risco Maior

3. Duração da Pesquisa: 24 meses**III – REGISTRO DAS EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO SUJEITO DA PESQUISA OU SEU REPRESENTANTE LEGAL:****Estamos lhe convidando para participar de uma pesquisa que visa os seguintes objetivos:**

- Descrever e analisar relatos de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após ingresso no primeiro emprego.
- Conhecer as repercussões do trabalho na vida de jovens estudantes.
- Identificar os principais fatores relacionados ao ingresso cada vez mais cedo de jovens no mercado de trabalho.
- Verificar se os jovens ao ingressar no mercado de trabalho estão preparados para identificar e conseqüentemente proteger-se de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho.

Participantes

Jovens aprendizes e estagiários, entre 14 e 24 anos, que trabalhem há pelo menos seis meses, com jornada de até oito horas diárias de trabalho. Todos os participantes devem estudar no período noturno e concomitantemente ao estudo e trabalho, frequentar os programas de aprendizagem e trabalho educativo de uma Organização Não Governamental situada na zona sul de São Paulo, capital.

Procedimentos

Os dados serão coletados em uma ONG localizada na região sul de São Paulo, capital. Essa instituição tem como principal objetivo a capacitação e a colocação de jovens no mercado de trabalho.

Serão utilizados diferentes instrumentos para a coleta de dados, tais como: entrevistas individuais e coletivas com roteiro semi-estruturado (gravadas e filmadas) e questionário para caracterização sócio-demográfica e algumas questões sobre sono, hábitos e estilo de vida e saúde.

Para participar os jovens, pais ou responsáveis terão que assinar este termo de consentimento.

Os participantes poderão, a qualquer momento, desistir da sua participação sem nenhum prejuízo no curso da ONG. Além disso, todos os jovens aprendizes e estagiários terão acesso aos resultados desta pesquisa.

Contribuições

Os dados obtidos poderão dar suporte técnico às Políticas Públicas e nas instâncias: acadêmicas, escolares, empresas e instituições de capacitação profissional no âmbito do trabalho de jovens, levando sugestões/recomendações de temas de leitura e discussão que sejam incluídos nos currículos dos programas de aprendizagem. Além disso, será possível dar maior visibilidade a questões ligadas à saúde e ao desempenho acadêmico de jovens após o ingresso no primeiro emprego.

IV – ESCLARECIMENTOS DADOS PELO PESQUISADOR SOBRE GARANTIAS DO SUJEITO DA PESQUISA

Os dados serão mantidos sob sigilo, somente disponíveis para o próprio participante. Garantimos que quaisquer dúvidas ou esclarecimentos que se façam necessários acerca dos procedimentos, riscos e benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa serão dados pelos pesquisadores de campo ou pela coordenação do projeto a qualquer momento.

Todos os resultados são confidenciais e serão apresentados sem identificação do jovem, da empresa e da ONG, utilizados unicamente para fins desta pesquisa.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados em congressos, reuniões científicas, relatórios para agências financiadoras e de fomento, artigos para revistas científicas, bem como apresentação da defesa de mestrado.

Devolutiva

Serão realizadas oficinas de trabalho para proporcionar aos jovens momentos de discussão e conhecimentos sobre os assuntos relacionados à temática: trabalho, escola e saúde.

V – INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA PARA CONTATO EM CASO DE ESCLARECIMENTOS E/OU DÚVIDAS E/OU DENÚNCIAS.

Nome: Frida Marina Fischer

Telefone: 3061-7755

Nome: Andréa Aparecida da luz

Telefone: 3061-7722 R. 226

Endereço: Av. Dr. Arnaldo Nº: 715 Saúde do Trabalhador

Bairro: Cerqueira César Cidade: São Paulo – SP CEP: 01246-904

Comitê de Ética: Faculdade de Saúde Pública da USP

Av. Dr. Arnaldo, 715 – térreo – Cerqueira César – CEP: 01246-904 – São Paulo

Assessoria Acadêmica - Comitê de Ética

Fone: 3061-7779/7742 e-mail: coep@fsp.usp.br

VII – CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após esclarecimentos sobre a pesquisa pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar do presente estudo/concordo com a participação do meu filho (a).

São Paulo, de _____ de _____.

Assinatura do participante
ou responsável legal

Assinatura do pesquisador
(nome legível)

Anexo 5

Redação dada pelo (a) Portaria 1003/2008/MTE

Arcos Ocupacionais – CBO Aprendizagem

O Arco Ocupacional trata-se de agrupamento de ocupações relacionadas, que possuem base técnica próxima e características complementares.

Nesse sentido, a descrição dos arcos de ocupações para adolescentes e jovens servirá como elemento orientador e facilitador do processo de qualificação dos jovens para inserção no mercado de trabalho. Para a construção dos referidos Arcos de Ocupações, foram consultados os Ministérios da Educação, da Saúde e do Turismo.

Relação Arco de Ocupações - Ocupação - Código CBO Versão 5.2

ARCO – OCUPAÇÕES - CÓDIGO CBO

1. Telemática	d) Trabalhador da manutenção de
a) Operador de Microcomputador	edificações (revestimentos)
a) 4121-10	d) 9914-05
b) Telemarketing (vendas)	2.B. Construção e Reparos II (Instalações)
b) 4223-10	a) Eletricista Predial
c) Helpdesk (assistência)	a) 7156-10
c) 3172-10	b) Instalador-reparador de linhas e
d) Assistente de vendas (informática e	equipamentos de telecomunicações
celulares)	b) 7313-20
d) 3541-25	c) Instalador de sistemas eletrônicos de
2.A. Construção e Reparos I	segurança
(Revestimentos)	c) 9513-05
a) Ladrilheiro	d) Trabalhador da manutenção de
a) 7165-10	edificações (instalações elétricas e de
b) Pintor	telecomunicações)
b) 7233-10/7166-10	d) 9914-05
c) Gesseiro	3. Turismo e Hospitalidade
c) 7164-05	a) Cumim (auxiliar de garçom)
	a) 5134-15

- b) Recepcionista
 b) 4221-05
 c) Guia de turismo (Local)
 c) 5114-05
 d) Organizador de evento
 d) 3548-20
4. Vestuário
 a) Costureiro
 a) 7632-10
 b) Reformadora de roupas
 b) 7630-15
 c) Montador de artefatos de couro
 c) 7653-15
 d) Vendedor de comércio varejista (vestuário)
 d) 5211-10 = 5.
- Administração
 a) Arquivista/arquivador
 a) 4151-05
 b) Almojarife
 b) 4141-05
 c) Auxiliar de escritório/administrativo
 c) 4110-05
 d) Contínuo/Office-boy/Office-girl
 d) 4122-05
6. Serviços Pessoais
 a) Cabeleireiro escovista
 a) 5161-10
 b) Manicure/pedicure
 b) 5161-20/5161-40
 c) Maquiador
 c) 5161-25
 d) Depilador
 d) 5161
7. Esporte e Lazer
 a) Recreador
 a) 3714-10
 b) Monitor de esportes e lazer
 b) 3714-10
 c) Animador de eventos esportivos
 c) 3763-05
8. Metalmeccânica
 a) Serralheiro
 a) 7244-40
 b) Funileiro industrial
 b) 7244-35
 c) Assistente de vendas (automóveis e autopeças)
 c) 3541-25
 d) Auxiliar de promoção de vendas - administrativo (lojas de automóveis e autopeças)
 d) 4110-05
9. Madeira e Móveis
 a) Marceneiro
 a) 7711-05
 b) Reformador de móveis
 b) 7652-35
 c) Vendedor lojista (móveis)
 c) 5211-10
12. Arte e Cultura I
 a) Assistente de coreografia
 a) 2628-05
 b) Animador de eventos culturais
 b) 3763-05/3763-10
 c) Assistente de produção

- c) 3741
13. Arte e Cultura II
- a) Revelador de filmes fotográficos
a) 7664-10/7664-15
- b) Fotógrafo social
b) 2618-15
- c) Operador de câmara de vídeo
(cameraman)
c) 3721-15
- d) Finalizador de vídeo
d) 3744-15
14. Saúde
- a) Recepcionista de consultório médico ou
dentário
a) 4221-10
- b) Atendente de farmácia-balconista
b) 5211-30
- c) Auxiliar de administração (hospitais e
clínicas)
c) 4110-05
15. Gestão Pública e 3º Setor
- a) Auxiliar administrativo
a) 4110-10
- b) Coletor de dados em pesquisas
b) 4241-05
16. Educação
- a) Monitor de recreação
a) 3714-10
- b) Reforço escolar
b) 3341
- c) Contador de histórias
c) 2625-05
- d) Auxiliar administrativo
(escolas/bibliotecas)
d) 4110-10
17. Transporte
- a) Cobrador
a) 5112-15
- b) Ajudante de motorista (entregador)
b) 7832-25
- c) Assistente administrativo (transporte)
c) 4110-10
- d) Despachante de transportes coletivos
d) 5112-10
18. Alimentação
- a) Chapista
a) 5134-35
- b) Repositor de mercadorias (em
supermercados)
b) 5211-25
- c) Cozinheiro auxiliar
c) 5132-05
- d) Vendedor ambulante (alimentação)
d) 3541-30
19. Gráfica
- a) Guilhotineiro - na indústria gráfica
a) 7663-20
- b) Encadernador
b) 7687-05
- c) Impressor (serigrafia)
c) 7662-05
- d) Operador de acabamento (indústria
gráfica)
d) 7663-15
20. Joalheria

- a) Joalheiro na confecção de bijuterias e jóias de fantasia
 - a) 7510-10
 - b) Joalheiro (reparações)
 - b) 7510-15
 - c) Gravador (joalheria e ourivesaria)
 - c) 7511-15
 - d) Vendedor de comércio varejista (jóias, bijuterias e adereços)
 - d) 5211-10
- 21. Agro-extrativista
 - a) Criador de pequenos animais (apicultura ou avicultura de corte ou avicultura de postura)
 - a) 6234-10/6233-05/6233-10
 - b) Trabalhador em Cultivo regional (fruticultura, olericultura)
 - b) 6225/6223
 - c) Extrativista florestal de produtos regionais (madeira; alimentos silvestres; fibras, ceras e óleos; gomas e resinas)
 - c) 6321/6324/6323/6322
 - d) Artesão regional (cerâmica, bordados, madeira, palha e materiais orgânicos)
 - d) 7521-05/7523-10/7682-05/8332-05
- 22. Pesca/piscicultura
 - a) Pescador artesanal (pescado de água doce e salgada)
 - a) 6311-05/6310-20
 - b) Auxiliar de piscicultor
 - b) 6313-25
 - c) Trabalhador no beneficiamento do pescado (limpeza, salgador, defumador e subprodutos dos peixes)
 - c) 8414-84/8481-10/ 8481-05
 - d) Vendedor de pescado - Peixeiro (comércio varejista)
 - d) 1414-10